

MEGI MONIQUE MARIA DIAS

**O BOLETIM DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARANAENSE
E A ESCRITA DA HISTÓRIA ENTRE 1918-1925**

IRATI (PR), 2016

MEGI MONIQUE MARIA DIAS

**O BOLETIM DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARANAENSE
E A ESCRITA DA HISTÓRIA ENTRE 1918-1925**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História, Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração “História e Regiões”, da Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO-PR.

Orientador: Prof. Dr. Vanderlei Sebastião de Souza

IRATI (PR), 2016

Ficha elaborada pela Biblioteca da Unicentro-Guarapuava, Campus Santa Cruz

- D541b Dias, Megi Monique Maria
O Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense e a escrita da história entre 1918-1925 / Megi Monique Maria Dias.– Irati: Unicentro, 2016.
xi, 102 f.
- Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Programa de Pós-Graduação em História; área de concentração: História e Regiões.
Orientador: Prof. Dr. Vanderlei Sebastião de Souza;
Banca examinadora: Profa. Dra. Karina Anhezini de Araújo, Prof. Dr. Hêlvio Alexandre Mariano.
- Bibliografia
1. História. 2. Historiografia. 3. IHGP – Instituto Histórico e Geográfico Paranaense. 4. Paraná. 5. Nação. I. Título. II. Programa de Pós-Graduação em História.

CDD 20. ed. 302.2324082



TERMO DE APROVAÇÃO

Megi Monique Maria Dias

“O Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense e a escrita da história entre
1918-1925”

Dissertação aprovada em 26/07/2016, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre, no Programa de Pós-Graduação em História, área de concentração em História e Regiões, do *Campus* Santa Cruz, pela seguinte Banca Examinadora:



Dr.^a Karina Anhezini de Araújo
Universidade Estadual Paulista
Titular



Dr. Hélvio Alexandre Mariano
Universidade Estadual do Centro-Oeste
Titular



Dr.^a Vanderlei Sebastião de Souza
Universidade Estadual do Centro-Oeste
Orientador e Presidente da Banca Examinadora

Irati – PR
2016

“Os bóias-frias quando tomam uma biritas
espantando a tristeza sonham...”

(Aldir Blanc / João Bosco)

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho seria impossível de ser concretizado sem a colaboração de inúmeros amigos e professores da graduação e da pós-graduação, com os quais compartilho os méritos que possa haver neste trabalho. Portanto, os agradecimentos que seguem não são mera formalidade, mas sim o reconhecimento de que foram importantes nesse esforço coletivo do qual resultou esta dissertação.

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pela concessão da bolsa de estudo, o que me possibilitou a dedicação em tempo integral à elaboração desta pesquisa.

Não posso deixar de citar a Professora Dra. Liliane Freitag da Costa, a quem devo as orientações iniciais desse trabalho que teve seu princípio ainda na graduação.

Além disso, agradeço as contribuições do Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, Ernani Costa Straube, e a paciência de Lívia Maria Nogas Dimbarre, responsável pelo setor do Arquivo e da Biblioteca da instituição, cujo acervo documental foi decisivo para a elaboração desse trabalho.

Manifesto meu respeito e reconhecimento pela banca examinadora que me deu todo apoio e orientação proporcionando-me momentos de muito aprendizado. Assim, agradeço: ao Professor Dr. Vanderlei Sebastião de Souza por ter assumido a orientação dessa dissertação e pela capacidade demonstrada na construção desse trabalho, sempre de forma segura e tranquila; ao Professor Dr. Hélivio Alexandre Mariano, pela fraterna amizade e por estar presente compartilhando mais esse momento da minha formação acadêmica e profissional, sempre dando o apoio necessário; meus agradecimentos à Professora Dra. Karina Anhezini de Araújo por ter aceitado esse desafio, sempre contribuindo com sua leitura atenta, apontando críticas e fazendo sugestões que proporcionaram o amadurecimento dessa pesquisa, cujos benefícios podem ser vistos em seu resultado final.

Concluindo, não poderia esquecer do amigo de todas as horas Gilberto Vicente Wouk (Giba) e a amiga, leitora e incansável revisora desse trabalho, Keissy Guariento Carvelli.

*Aos meus ancestrais que me ensinaram o
ofício de viver.*

Resumo

A presente pesquisa pretende identificar, a partir da leitura do Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense (IHGP), publicado entre os anos de 1918-1925, quais foram os fundamentos e temáticas que endossaram a escrita da história do Paraná em princípios do século XX. Este estudo procura perceber que tipo de historiografia os intelectuais do instituto produziram e divulgaram neste periódico. Desta maneira, o IHGP é analisado enquanto um espaço de produção histórica e de divulgação saberes, como, por exemplo, aqueles que configuravam o Paraná como região moderna e como padrão de civilidade. O ponto central do trabalho busca: compreender as condições de produção e os elementos que caracterizavam a escrita da história no Estado, bem como, entender em que medida suas propostas estavam coadunadas com as de outras instituições nacionais, como o próprio Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Disto, busca-se compreender também como o Boletim se apresentou enquanto espaço profícuo para a divulgação de material relevante sobre a história do Paraná e do Brasil. Para tanto, pensar esse periódico e a produção historiográfica realizada por seus intelectuais naquele período consiste em entender quais narrativas históricas foram produzidas e divulgadas pelo Instituto Histórico e Geográfico Paranaense, bem como nos permite averiguar a contribuição, o alcance e a pertinência dos seus estudos para a escrita da história do início do século XX.

Palavras-Chave: História do Paraná. Boletim do IHGP. Nação.

Abstract

This research intends to identify, from the reading of the Bulletin of the Parana's Historic and Geographic Institute (IHGP), published between the years of 1918-1925, which were the foundations and themes that endorsed the writing of Paraná's history on the early 20th century. This study seeks to perceive the kind of historiography that the institute's intellectuals had produced and divulged on this periodic. In this way, the IHGP is analyzed as a space of historical production and knowledge divulgation as, for instance, those which configured Paraná as a modern region and as a civilization standard. The crucial point of this work seeks: to understand the production conditions and the elements that characterized the writing of history on the state, as well as understand in which measure its proposals were united with the other national institutions, as the very Brazilian Historic and Geographic Institute. Being said so, it also seeks to understand how the bulletin had presented itself as a profitable space for the divulging of relevant material about Paraná's and Brazil's history. In order to do so, thinking about this periodic and the historiographic production performed by its intellectuals on that moment consists in understanding which historical narratives were produced and divulged by the Paraná's Historic and Geographical Institute, as well as it permits us to inquire the contribution, the reach and the pertinence of the writing of history's studies in the beginning of the 20th century.

Key-Word: History of Paraná. Bulletin of the Parana's Historic and Geographic Institute (IHGP). Nation.

LISTA DE TABELAS

Tabela I - Dados da Tabela 1.....	24
Tabela II - Dados da Tabela 2	25
Tabela III – Dados da Tabela 3	35

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IHGP - Instituto Histórico e Geographico Paranaense

IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IHGSP - Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

SGMB - Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 INSTITUIÇÕES CIENTÍFICAS E CULTURAIS: PRÁTICAS E LUGARES DE HISTÓRIA	17
2.1 A influência do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) para a Historiografia Paranaense no início do Século XX	17
2.2 <i>Notícia Histórica</i> : O Instituto Histórico E Geographico Paranaense (1900-1925)	39
2.3 A história do periódico do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense (IHGP) entre 1918-1925.....	46
3 CONTRIBUIÇÃO DO BOLETIM DO IHGP À HISTÓRIOGRAFIA BRASILEIRA NO SÉCULO XX	52
3.1 A Questão dos Limites nas páginas do BIHGP (1900-1925).....	52
3.1.1 A construção de estradas: narrativas dos rumos da civilização	59
3.2 Impressões sobre o episódio do Contestado	63
3.3 Escrevendo o Paraná: ‘Acontecimentos Históricos’	69
4 INTERCÂMBIOS INTELLECTUAIS E MOBILIDADES DA ESCRITA DA HISTÓRIA	75
4.1 Contribuições dos intelectuais do IHGP para a <i>Revista do Club Curitibano</i>	75
4.2 A participação dos intelectuais do IHGP no periódico do Instituto Histórico e Geográfico De São Paulo	80
4.3 A contribuição dos intelectuais do IHGP para a escrita da história na Revista do IHGB	90
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
6 FONTES	96
7 REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICOS	99

1 INTRODUÇÃO

A fundação do Instituto Histórico e Geographico Paranaense foi um mecanismo utilizado não apenas para divulgar o conhecimento histórico, bem como para promover a atividade intelectual nas primeiras décadas do século XX. Além disso, a publicação do seu periódico se constituiu como suporte decisivo por meio dos quais os anseios movidos pelos intelectuais do instituto se realizavam a partir de um importante suporte institucional. Compreende-se que o Instituto Paranaense deste período representou um espaço que reunia os interessados na ciência, lugar de produção e difusão de saberes, representando a importância que o discurso científico adquiria na construção de um Estado moderno, sobretudo através dos escritos históricos e geográficos. Desta maneira, a ciência não era apenas debatida, mas promovida através da publicação de textos sobre o Paraná, colaborando para a construção do enredo sobre o Estado e gerando a circulação no âmbito regional e nacional dos conhecimentos publicados.

É necessário pensarmos a ciência e a história como características marcantes do pensamento intelectual moderno entre o final do século XIX e o início do século XX. Aqui, se faz importante retomar as considerações feitas por Reinhart Koselleck e et alii (2013) que demonstra a importância e o papel que o conceito de história adquiriu no processo de construção da modernidade, tempo esse que deve ser compreendido na sua historicidade, exigindo portanto um movimento crítico e reflexivo do historiador sobre a construção semântica dos tempos históricos, um conhecimento ao qual desde o final do século XVIII passou-se a recorrer. O trabalho realizado pelo autor buscou perceber como a história, “antiga palavra usual se transformou num conceito central da linguagem política e social” (2013, p. 38). Deste modo, a história como conceito-legitimador vai muito além de sua aplicação científica, conseguindo demonstrar as experiências e expectativas da Era Moderna, a qual conseguiu se tornar “termo de discórdia e palavra de ordem em nossa linguagem político-social” (KOSELLECK, 2013, p. 40).

A partir do final do século XIX, a inserção do Brasil no processo de modernização e o papel que os intelectuais e a imprensa tiveram na construção e na propagação desses novos ideais vivenciados no país, de acordo com Nicolau Sevcenko, demonstram que os adeptos da modernidade se colocaram a pensar sobre a questão do envolvimento e da dimensão que a palavra assumiu para a intelectualidade brasileira na Primeira República, apontando para um sentimento de missão em relação aos sentidos desse programa que fazia das letras um lugar

particular e cada vez mais representativo do desenvolvimento histórico e cultural de um povo (SEVCENKO, 1995). Por sua vez, o Instituto Histórico e Geographico Paranaense foi uma forma encontrada para dar extensão aos objetivos de afirmação da identidade coletiva, moderna e civilizada, e representou uma tentativa de transformar a imagem cultural do Estado.

Período de muitas novidades vivenciadas pelo Paraná foi o final do século XIX e início do século XX. Constantemente aplicada à política, a produção da história também estabeleceria como parâmetros de sua construção os mesmos preceitos financiados pela burguesia ervateira, que demonstravam todos os desejos de modernização (BELTRAMI, 2002; ROSEVICS, 2009). Foi nas dependências deste grêmio que foram lançadas a bases para um projeto científico e renovador das práticas referentes ao saber histórico no Paraná. Repensar intimamente aquela época é de alguma maneira recorrer à produção dos intelectuais que participaram daquele momento de construção de um projeto que buscava sedimentar uma história para o Paraná de princípios do século XX.

A marca elitista da produção historiográfica do Instituto Paranaense no início do século XX demonstra como esse lugar fabricou um tipo de história que desempenhará papel crucial nos escritos científicos sobre o Estado. O IHGP, lugar tradicionalmente restrito aos grupos das academias ou instituições congêneres, - instâncias de consagração de história nacional e frequentadas por interessados em discutir as dinâmicas políticas e governamentais do cenário Estadual e nacional - sofreu profundas modificações ao longo da sua trajetória.

Escrever novas páginas para a historiografia a partir da análise do Boletim do Instituto Histórico Geographico é lançar mão de uma atividade que nos permite compreender as possibilidades de escrita da história no Paraná no início do século XX, nas edições publicadas pelo grêmio entre os anos de 1918 e 1925. Além disto, justificamos nosso trabalho de análise das edições impressas neste período porque depois desse momento ocorrerá uma mudança significativa no instituto, que diz respeito às alterações nas suas normativas estatutárias. Tais modificações podem ser sentidas na publicação do volume IV do Boletim, cujo nome do periódico é alterado passando a ser publicado com o título de Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense¹. De fato, podemos perceber que uma das preocupações que geraram a busca por transformações diz respeito ao interesse nas pesquisas referentes à etnografia, conhecimento que será incorporado à instituição num momento

¹ Depois da publicação do terceiro volume do seu Boletim, o IHGP volta a cair num período de letargia, sendo essa situação sanada somente em 1946 com a notícia e a realização de uma reunião. Nesta oportunidade o Instituto passou a discutir a adoção de seu novo Estatuto. A IV edição do Boletim do IHGP seria publicada somente em janeiro de 1950 (BIHGPR, 2010).

avanzado da vida da entidade, passando por transformações nos rumos de sua prática historiadora. Essas características evidenciam um processo de redefinição das finalidades do reduto intelectual paranaense.

Essa postura acompanha a reorganização que o IHGB passou no século XX. No que tange às orientações do grêmio e suas finalidades², nota-se que houve mudanças na instituição assumindo um perfil mais acadêmico significando, portanto, um momento de reformas, inclusive nas normativas dos Estatutos, que, por sua vez, entrou em vigor no ano de 1912. Desta maneira, percebe-se que desde sua fundação, o Instituto se destinava a

(...) coligir, metodizar, arquivar e publicar os documentos necessários para a escrita da história do Brasil. Doravante, tais objetivos deveriam constituir os meios para alcançar o principal objetivo do IHGB, assim definido (...) proceder a estudos e investigações concernentes à História e Geografia, Etnografia e Arqueologia, principalmente do Brasil (GUIMARÃES, 2007, p. 51).

No caso do Instituto Paranaense, as novas problemáticas foram incorporadas aos demais estudos praticados no grêmio e gerou, inclusive, a modificação do nome da entidade, que passou a se chamar, no ano de 1947, Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense evidenciando a adesão de outras perspectivas em suas apreciações e produções científicas.

aprovado em Assembléia Geral extraordinária, os Estatutos do IHGPR, sociedade civil de caráter cultural, sem fins lucrativos, descreve que o grêmio foi fundado em 24 de Maio de 1900 com a denominação, até 3 de abril de 1947, de Instituto Histórico e Geographico Paranaense, quando passou a Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense (Cap. I, Art. 1º dos Estatutos do IHGPR aprovados em 29/09/1999, que versa sobre as questões Do instituto e sua finalidade).

Por sua vez, em janeiro de 1950, o Instituto lança o volume IV do seu Boletim, já com o título de Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. A nova edição aparece reunida em quatro fascículos, um deles dedicado à memória de Romário Martins, o segundo homenageia o Visconde de Guarapuava, os dois outros foram destinados à comemoração do cinquentenário da fundação do Instituto e a rememoração do centenário histórico do navio Comorant (BIHGPR, 2010, p. 18-19);

² Uma das mais significativas alterações nos estudos do IHGB. Sobre o papel da etnografia e a escrita da história na Revista do IHGB em princípios do século XX, consultar: (SOUZA, 2015).

Neste sentido, nossa proposta consiste em, primeiramente, apontar alguns aspectos importantes sobre os desdobramentos da produção do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e sua importância para a historiografia brasileira no século XX. Para isso buscamos marcar as diferenças que fazem deste período um momento específico da produção do conhecimento histórico no Brasil. Além disso, realizamos uma análise que buscou demonstrar em que medida as orientações do Instituto Paranaense estavam coadunadas com a produção do grêmio nacional.

Seguindo, nos atentamos para a descrição da *notícia histórica*, que veio a público a fim de informar a festividade de fundação do instituto paranaense, o evento que foi conduzido por parte da elite local de Curitiba. Mais do que apresentar a trajetória histórica do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense (IHGP), nos esforçamos em descrever aspectos deste lugar que experimentou a construção de uma versão da história do Paraná para o Brasil. Concluindo o capítulo, optamos por abordar aspectos relacionados à história do periódico publicado pelo IHGP, de maneira que fosse possível perceber a importância deste veículo para a divulgação dos escritos de seus associados, utilizado para evidenciar seus feitos na história do Estado. Nas suas páginas foram narrados acontecimentos que contribuíram para reforçar os episódios que favoreceram os propósitos políticos do grupo que dirigia o instituto paranaense.

Já no segundo capítulo optamos por dimensionar a contribuição do Boletim do IHGP para a escrita da história produzida no início do século XX, de forma que nossa leitura buscou verificar quais foram as temáticas priorizadas pela historiografia paranaense, a saber, a que foi produzida pelos membros do IHGP. Disto, propomos uma discussão sobre a questão de limites, que por seus desdobramentos e acontecimentos, foi destaque entre as problemáticas do conhecimento histórico elaborado no período, não só no Paraná como em todo o Brasil, os institutos históricos estão discutindo limites.

Concluindo, nosso terceiro capítulo analisar o material que foi publicado pelos intelectuais do IHGP em outras instituições locais e nacionais, de forma a demonstrar os intercâmbios intelectuais e as mobilidades da escrita da história produzida pelos sócios do IHGP. Sendo assim, nota-se o interesse em evidenciar a dimensão da produção historiográfica dos intelectuais da entidade paranaense a fim de constatar o alcance e a pertinência de tais estudos para a escrita da história praticada no início do século XX.

2 INSTITUIÇÕES CIENTÍFICAS E CULTURAIS: PRÁTICAS E LUGARES DE HISTÓRIA

2.1 A influência do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) para a Historiografia Paranaense no início do Século XX

A ciência e história foram elementos marcantes da metade do século XIX e princípios do século XX. Escrever e problematizar a nação se caracterizava como um momento histórico preciso da sua construção, prerrogativa que movia o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) como um lugar de onde emanavam as problemáticas legitimadoras da cultura historiográfica, uma maneira própria “eminente restrita” e “excludente” de sistematizar e definir uma história para a nação brasileira (GUIMARÃES, 1988, p. 7). Reconstruir um passado segundo um método científico foi considerado um caminho indispensável para a construção da história da nacionalidade. Assim, conhecimentos como a história e geografia foram entendidos como indispensáveis espaços de ciência onde poderia aparecer a integridade dos aspectos físicos e sociais, de forma que no IHGB, “o conhecimento histórico adquiriu sentido de garantia e legitimidade para decisões de natureza política, para questões de fronteiras e de identidade” (DIEHL, 1998, p.33).

A tendência da produção de uma ciência unificadora foi uma constante no grêmio, que era entendido como embrião da civilização. Os intelectuais vão produzir um tipo de narrativa que servirá para reiterar e regularizar práticas políticas oficiais da época, em especial dos grupos ligados a esses estabelecimentos. A delimitação da noção de um grupo com alguma coesão, que ligados a papéis sociais e projetos políticos harmonizam e autorizam uma determinada produção historiográfica, nos permite compreender o fato de que no “projeto do grêmio carioca não havia, portanto, exclusivamente a ideia do levantamento exaustivo de eventos, documentos e personagens, mas também a afirmação de uma perspectiva, sobretudo, patriótica e de construção nacional” (SCHWARCZ, 1989, p. 9).

A criação e consolidação de espaços culturais de produção de ciência, a exemplo do IHGB, fez parte de um vasto projeto das elites brasileiras que num momento importante da história do Brasil se comprometeram em forjar simbolicamente a Nação, projeto que criou

raízes pelo interior do Brasil, principalmente através da criação de instituições regionais congêneres. Nos materiais que os Institutos regionais produziram é possível perceber a riqueza das características de suas trajetórias e a distinção existente entre os projetos historiográficos propostos por essas agremiações, demonstrando que a escrita histórica apresenta relevos específicos, ainda que limitados pelas propostas e exigências do projeto do qual fazem parte.

Depois de viver das benesses que o Imperador concedia a *escola palatina*, conforme explica Lúcia Maria Paschoal Guimarães (2007), o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) concentrou-se em sua adaptação aos novos tempos da história brasileira reunindo em torno de si e de suas preocupações nomes importantes da política e do cenário cultural brasileiro. Em seu estudo, intitulado *Da escola Palatina ao Silogeu: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*, a autora revela aspectos significativos sobre a produção do conhecimento histórico realizado nesta agremiação. Seus apontamentos marcam as diferenças sobre a trajetória histórica desta Instituição, apontando suas dinâmicas internas que favoreceram para sua recuperação e reorganização institucional, permitindo a sobrevivência das atividades desse tipo de agremiação também no século XX.

Com o fim da *proteção imediata do Imperador* e o fato de passar por algumas dificuldades decorrentes da transição política do período imperial para o republicano, o IHGB aos poucos sobreviveria. Com este cenário algumas modificações iriam acontecer no interior do grêmio, como por exemplo, as temáticas que passaram a ser priorizadas em seus estudos históricos e a forma de financiamento da entidade. A realização de novas atividades, como às que foram iniciadas pelo Barão do Rio Branco, seriam garantidas pela continuidade e atuação decisiva realizada pelo conde de Afonso Celso, Max Fleuiss e Benjamin Franklin de Ramiz Galvão. Cabe lembrar que as referências destes intelectuais quase sempre se reportavam aos estudos de Varnhagen, do Barão do Rio Branco e de Capistrano de Abreu. Foi com essa equipe que o Instituto adquiriu prestígio, principalmente no exterior. Essa gestão também permitiu ao IHGB recuperar seu lugar de prestígio no panorama intelectual brasileiro nas três primeiras décadas do século XX (GUIMARÃES, 2007, p. 50).

Outro estudioso sobre a história do IHGB, principalmente entre 1889-1912, é Hugo Hruby que, ao optar por estudar as revistas do IHGB, nos indica a possibilidade desse tipo de análise. Após as iniciativas positivas de José Maria da Silva Paranhos Jr, o Barão de Rio Branco no IHGB na primeira década do século XX, o instituto passaria por uma mudança

ainda maior, representada pela gestão do Conde de Afonso Celso (1912-1938), mentor da alteração do ritmo nos trabalhos do grêmio. Foi na presidência de Afonso Celso que houve

a organização dos Congressos de História (do Brasil e da América), os Centenários da Independência e do nascimento de D. Pedro II, os festejos sobre a vinda dos restos mortais do Imperador e da Imperatriz, a inauguração da nova sede e a fundação da Academia de Altos Estudos. Mesmo longe do trono que tanto contribuiu para a sua existência, o IHGB continuou a imprimir a sua marca nos estudos históricos brasileiros século XX adentro (HRUBY, 2007, p. 211).

Por sua vez, a afinidade entre política e cultura presente no cenário paranaense das duas primeiras décadas do século XX aponta para a configuração do projeto de passado e do futuro da sociedade que se pretendia. Não imunizada do universo das ideias, a escrita da história que então era edificada nas páginas do Boletim do IHGP assegurava, antes de tudo, as especificidades de um sentido histórico para o Paraná³. Pensando na possibilidade de observar como essa instituição político-cultural funcionou no Brasil como espaço de disseminação de modelos de produção da história, questionamos sobre a viabilidade desse projeto em outros institutos que se alastraram por outras regiões do Brasil, como por exemplo, o Instituto Histórico e Geográfico Paranaense, agremiação onde reuniam-se intelectuais não apenas em torno de uma instituição, mas principalmente que optaram por certo modo de fazer história.

Ao se aproximar das instâncias do poder republicano, os institutos históricos passaram a absorver para os seus quadros associativos políticos vinculados ao governo. Isso renderia benesses a esse tipo de instituição, em troca estes espaços disponibilizariam os conhecimentos que ali eram produzidos ao poder público, demonstrando certa objetividade nas suas ações. No caso do Instituto Paranaense, segundo Larissa Rosevics (2009), “ainda que fosse uma instituição dependente de seus sócios e não do poder público, ela era composta por homens públicos que estavam dispostos a construir uma sociedade homogênea, a partir dos seus próprios valores e conceitos” (p.115).

Em relação à importância desta entidade, cabe lembrar que a ausência de ambiente universitário no Brasil faria com que as agremiações de cunho oficial, como eram o caso dos Institutos Históricos, tivesse no âmbito dos estudos históricos uma iniciativa pioneira, que do

³ Para a realização do mapeamento do material produzido pelos intelectuais paranaenses membros do IHGP e que foi publicado no Boletim do IHGP consultamos: o Arquivo e a Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, localizado em Curitiba, onde pudemos ter acesso à coleção desse periódico.

IHGB se estenderia às demais associações do país. Para Maria Cecília Westphalen, em discurso proferido em conferência no IHGB,

a pesquisa histórica, sem dúvida, foi introduzida no Brasil pela ação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que, por ocasião da sua fundação, estava perfeitamente entrosado com as modernas correntes do pensamento histórico em vigor nos centros europeus, à época, renovadores dos estudos históricos (WESTPHALEN, 1983, p. 105).

A valorização da realidade local começou a se desencadear na medida em que o IHGB iniciou seu projeto de escrever e divulgar escritos sobre a história nacional, ainda que à semelhança do modelo de civilização europeu, sendo visível a apropriação dos pensamentos das vanguardas europeias nas produções dos intelectuais do Instituto. Acima dos procedimentos científicos de levantamento de eventos, documentos e personagens, existia a necessidade histórica de consolidação de uma experiência patriótica e de construção da cultura nacional.

Perceber como a escrita da história da nação se edifica diante da luta pela representação do mundo social permite estabelecer discursos e temporalidades específicas, atentando para as experiências e os limites da produção das coletividades humanas em sua dimensão sociocultural. Neste sentido, os intelectuais engajados nessa atividade de impulsionar o nacional se configuraram como porta-vozes da esperança e da confiança de um futuro melhor. As questões de ciência, o papel dos intelectuais bem como o da cultura historiográfica e política são algumas ferramentas que viabilizaram o pensamento histórico crítico sobre os desdobramentos na sociedade contemporânea da modernidade e suas leis (GOMES, 2010).

No Brasil, esse discurso esteve presente durante a institucionalização política e cultural da Primeira República (1889-1930), período em que a ciência foi uma intensa atividade exercida via Institutos Históricos e produzida como “fundamento para qualquer tipo de progresso da humanidade” (GOMES, 2010 p.12). Naquele momento histórico defendia-se a ideia de que, “não se faria ciência e não se civilizaria um país sem história” (idem, p.29). Desta forma, a compreensão desse lugar como revelador de práticas e das bases científicas do pensamento histórico brasileiro nos ajudou a repensar como se processou a construção do saber histórico e os procedimentos de sua institucionalização no Brasil. Além de tais características, também é importante se compreender “o IHGB como lugar de sociabilidade

fundamental para a vida política e intelectual do país, como instituição encarregada de trabalhar com o ‘passado’”(GOMES, 2010, p. 16).

Durante a I República, as províncias assumiram papéis marcantes na construção de identidades e na formação do Estado nacional e a história foi uma das alternativas encontradas pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para reunir e solidificar os fatos que dariam homogeneidade às personalidades regionais que até então estavam dispersos.

[...] Coerentemente com seu projeto original, que tinha a ideia de constituir ‘uma história nacional como forma de unir e transmitir um conjunto único e articulado de interpretações’ o IHGB construía e apontava seus aliados e, por oposição, seus “inimigos diletos”. O instituto expressava, dessa maneira, a sua posição no interior do debate que se tratava em outros círculos intelectuais da época [...] Quem oferecia as bases de interpretação era uma história católica, patriótica, cada vez mais permeável a uma discurso evolucionista e muito vinculada à política oficial [...]. Resta analisar como esse modelo funcionou em outros institutos que se formaram em regiões diversas do país que tinham a uni-los não só um nome, mas antes uma certa concepção de fazer história (SCHWARCZ, 1989, p. 32).

A historiografia regional proposta pelo IHGB com a intenção de aproximar as escritas da história do Brasil concedeu às regiões lugar de destaque sobretudo se considerarmos o processo de interiorização do Estado Nacional para além do litoral e eixo Rio-São Paulo. Desta maneira, o Instituto Histórico e Geográfico Paranaense se apresentou como espaço de continuidade da proposta de ampliar as fronteiras dos domínios políticos do Brasil. As regiões passaram a ocupar um lugar de destaque na produção do IHGB e de mais Institutos Históricos, justamente por representarem versões seletivas e espaços produtores de conhecimentos. O IHGP se realizaria como proposta do projeto que buscava compor a história nacional através dos conhecimentos científicos que seriam produzidos sobre as mais diversas localidades.

Ao trilharmos um caminho de investigação para os Boletins, buscamos explorar os procedimentos de escrita da história utilizados pelos letrados paranaenses e discutir sob a ótica das práticas, e dos encaminhamentos específicos que resultaram na sua elaboração. Tendo reunido tendências históricas distintas, o Instituto Histórico e Geográfico Paranaense se apresenta como um espaço de importante significado para os estudos sobre a cultura histórica. Conforme explica (ROSEVICS, 2009):

fomentadoras e legitimadoras desses projetos de passado e de futuro para a região, as instituições desenvolveram um papel importante nesse processo (...) tanto pelos seus objetivos, seus membros e suas pesquisas, quanto pela representatividade de seu discurso, considerado pelos pensadores do período como científico, verdadeiro e incontestável (p. 4).

Analisar o conjunto de escritos históricos que formam os volumes dos periódicos verificados leva-nos a pensar sobre as inúmeras problemáticas que permeiam esse tipo de trabalho, que têm como procedimentos de pesquisa: valorizar os estilos de textos adotados nas edições impressas e as áreas de conhecimento que foram valorizadas, saberes estes que aos poucos se distanciaram entre si e se consolidaram como campo científico específico, principalmente, nos Institutos Históricos.

É importante conhecer o saber histórico disponível nas duas primeiras décadas do século XX, especialmente, o oriundo das iniciativas pioneiras que do IHGB inspiravam os pensamentos e ajudavam a consolidar perspectivas e modelos de escrita da história, Brasil afora. Seguindo esta tendência, o IHGB, organizaria de 7 a 15 de Setembro de 1914, o Primeiro Congresso de História Nacional num período de efervescente reafirmação das virtudes cívicas (GUIMARÃES, 2005).

Aliado aos preceitos lançados pelo IHGB (história nacional), o IHGP buscava definir seus elementos identitários. Neste sentido, visando apresentar o Paraná ao Nacional ao mesmo tempo em que delineava certos elementos que comporiam a escrita de sua história, o Instituto Histórico e Geographico Paranaense, através da publicação dos seus Boletins, nos dá condições de visualizar o esforço de identificação da região Paraná e também compreendermos em que medida as áreas temáticas apresentam-se em consonância com a escrita da história da nação.

Em *Primeiro Congresso de História Nacional: breve balanço da atividade historiográfica no alvorecer do século XX*, Lucia Maria Paschoal Guimarães apresenta um balanço sobre a historiografia brasileira no século XX, afirmando que as propostas para o evento em questão estavam familiarizadas “com as principais tendências européias que orientavam o estudo da disciplina, tanto com as noções da escola metódica, em especial na sua vertente francesa” (GUIMARÃES, 2005, p. 166). Segundo a autora, foi por meio do Primeiro Congresso de História Nacional, que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro promoveu “a sistematização do conhecimento histórico disponível, conferindo-lhe unidade e coerência, incorporando inclusive à história pátria o passado *recente* do país”(idem, p.167).

A autora indica que nos primeiros anos do século XX havia um nítido privilégio da história política e territórios correlatos (história militar, história diplomática, história constitucional e administrativa e história parlamentar). A história literária e das artes, bem como algumas áreas consideradas *emergentes*, assim como a história econômica, à chamada *história das explorações arqueológicas e etnográficas* também se fez presente (GUIMARÃES, 2005, p. 153-4).

O I Congresso de História Nacional contou com nove sessões dedicadas aos estudos históricos. São eles: História Geral do Brasil, História das explorações Geográficas⁴; História das Explorações Arqueológicas e Etnográficas⁵; História Constitucional e Administrativa; História Parlamentar; História Econômica; História Militar; História Diplomática, História Literária e das Artes. A opção metodológica consistiu em partir da História Geral do Brasil para as demais.

Pelo conjunto dos textos que seguem nas tabelas 1 e 2, podemos visualizar em que medida a produção da história no Paraná publicada nos anos de 1918 e 1919 se associa a produção da história nacional, tecida pelo IHGB, local de produção da escrita da história no Brasil.

⁴ A título de curiosidade, alertamos que esta seção preocupou-se com a análise do processo de formação do território nacional (GUIMARÃES, 2005, p. 155).

⁵ O programa desta seção trazia a assinatura de Edgard Roquette Pinto. Direcionava-se para o exame dos elementos constitutivos da formação étnica da população brasileira. Mais detalhes sobre os aspectos abordados no evento sobre a escrita etnográfica, consultar: (SOUZA, 2015). Sobre detalhes da importância de Eduardo Roquette Pinto, consultar: SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1905-1935). Tese (Doutorado em História das Ciências) – Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, 2011.

Tabela 1

ESTUDOS PUBLICADOS NO BOLETIM DO IHGP DE 1918	SESSÕES DE HISTÓRIA (Cf. I CONGRESSO DE HISTÓRIA NACIONAL)	Nº DE ESTUDOS PUBLICADOS NO BOLETIM DO IHGP DE ACORDO COM AS SESSÕES	%
*O Descobrimento do Brasil – J. C. Rodrigues; *Descobrimientos Marítimos – Sebastião Paraná; *O Paraná em 1853 – Antonio Manoel Fernandes Jr.; *Fundação da Villa de Curytiba – Romário Martins; *Curytiba em 1820 – Ermelino de Leão;	História do Brasil	5	29%
* Notícia sobre as Minas de Carvão de Pedro da Bacia do Rio das Cinzas – Euzebio Paulo de Oliveira; * Pesquisas de Petróleo – Euzebio Paulo de Oliveira; *Sobre a ocorrência de pedras petrolíferas em Serra Morena, Município de Palmas, Estado do Paraná – Euzebio Paulo de Oliveira; *Investigações no Sertão Paranaense – Barão de Capanema;	História das Explorações Geográficas	4	23%
*Paleonethologia – José Franco Grillo; *Ligeiras Notas sobre a Ethnologia Paranaense - Dr. Jayme Dormund dos Reis;	História das Explorações Arqueológicas e Etnográficas	1	12%
*Memória apresentada ao Primeiro Congresso de Estradas de Rodagem (1916) – João Moreira Garcez; *O Parque Nacional do Guayra – J. Barbosa Rodrigues;	História Constitucional e Administrativa	3	12%
-	História Parlamentar	-	-
*Regimen Administrativo e Fiscal das Minas – Basílio de Magalhães;	História Econômica	1	6 %
-	História Militar	-	-
*A União do Paraná e Santa Catarina – Silvio Romero;	História Diplomática	1	6 %
*Lendas, Crenças e Superstições – J. Barbosa Rodrigues; *Lenda do Itararé - Oscar Guanabario;	História Literária e das Artes	2	12 %
TOTAL	9	18	100%

FONTE: Boletim do Instituto Histórico e Geographico Paranaense, Livraria Mundial: Curitiba, 1918.

Tabela 2

ESTUDOS PUBLICADOS NO BOLETIM DE 1919	SESSÕES DE HISTÓRIA (Cf. o I CONGRESSO DE HISTÓRIA NACIONAL)	Nº DE ESTUDOS PUBLICADOS DE ACORDO COM AS SESSÕES	%
*Itinerário – José Francisco Lopes; *Descrição Geral da Província do Paraná em 1867 – Drs. J. Candido da Silva Muricy, F. A. Monteiro Tourinho e José Lourenço de Sá Ribas;	História do Brasil	2	16,7%
*Geologia Economica – Dr. Euzebio de Oliveira; *Geologia do Rio das Cinzas – dr.Euzebio de Oliveira; *Viagem de exploração – John Henrique Elliot; *Os dois rios do Sahy - Romario Martins; *A confluência do Yguassú no Rio Paraná – Visconde de Mont-Alegre;	História das Explorações Geográficas	5	41,7%
-	História das Explorações Arqueológicas e Etnográficas	-	-
*Os limites dos municípios do Paraná – Relatório de 1916 do Dr. Enéas Marques; *A Nova Guayra – Monteiro Tourinho *Pinhaes – Ermelino de Leão;	História Constitucional e Administrativa	3	25,0%
-	História Parlamentar	-	-
-	História Econômica	-	-
-	História Militar	-	-
*Partilha internacional dos grandes saltos do Iguazu – Edmundo de Barros	História Diplomática	1	8,3%
*Bento Cego – Nestor de Castro	História Literária e das Artes	1	8,3%
Total	9	12	100%

FONTE: Boletim do Instituto Histórico e Geographico Paranaense, Livraria Mundial: Curitiba, 1919.

Se comparadas as publicações do Boletim de 1918 e 1919, podemos notar que três autores são constantes entre tais edições, são eles: Romário Martins⁶ com dois artigos, Ermelino de Leão⁷ com dois trabalhos selecionados e Euzébio Paulo de Oliveira⁸ com cinco textos (cf. tabelas acima descritas), enquadrados respectivamente como: sócio fundador, sócio honorário e sócio correspondente, o que demonstra que representantes dessas categorias eram ativos nas atividades editoriais realizadas pelo IHGP.

Os dois textos publicados por Romário Martins nas edições em questão foram, respectivamente, *Fundação da Villa de Curitiba*⁹ e *Os dois rios Sahy*¹⁰. No primeiro trabalho, o autor buscou inserir a fundação de Curitiba num enredo dos “actos de ocupação do território brasileiro nos séculos do descobrimento e da conquista feitos a luz do espírito religioso” (MARTINS, 1918, p. 277), além disso, afirmava ser tal feito “o maior avanço da dominação portuguesa ao occidente brasileiro no século XVII” (MARTINS, 1918, p. 284). Publicar um texto sobre Curitiba significava um esforço da elite política e intelectual local radicada no IHGP, em cristalizar o evento de 29 de Março 1693 caracterizando-o como um marco histórico da política do Estado. Percebe-se que havia uma tendência em se legitimar a construção de uma narrativa histórica na qual os feitos políticos de conquista e consolidação do Estado Nacional passavam a significar a história do Paraná e vice-versa.

Por sua vez, *Os dois rios do Sahy*, foi um estudo realizados por Romário Martins, em decorrência das pesquisas que realizou em vários arquivos, quando foi comissionado pelo governo do Estado, a fim de solucionar a questão da indefinição dos limites fronteiriços entre Paraná e Santa Catarina. Essa publicação está inserida num rol de artigos que o autor

⁶ Alfredo Romário Martins (1874-1948) nasceu em Curitiba. Tipógrafo, jornalista, desempenhou vários cargos públicos como, o de Oficial da Secretaria de Obras Públicas e Colonização, o de Diretor do Museu Paranaense, além de, membro do Centro de Letras do Paraná foi também um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense, sendo laureado pela entidade com o título de ‘Presidente Perpétuo’. Ativo na questão de limites entre Paraná e Santa Catharina, publicou inúmeros trabalhos sobre a questão. No campo político, foi eleito deputado ao Congresso Legislativo em 10 legislaturas (MENDES et. al., 2013, p. 88-89). Inserido definitivamente no cenário político-cultural paranaense após a publicação de sua obra *História do Paraná*, onde Romário Martins, apresenta um rol de detalhes acerca do Estado do Paraná (IURKIV, 2002, p. 128).

⁷ Ermelino Agostinho de Leão (1871-1932), desembargador, político e industrial do mate. Formou-se em Direito, e no biênio 1897-99, exerceu o mandato de deputado estadual. Publicou diversos artigos sobre a história regional do Paraná, e colaborou nos jornais *Comércio do Paraná*, *A República*, *Diário da Tarde*, e outros. Como historiador, destaca-se sua pesquisa para o vasto *Dicionário Histórico e Geográfico do Paraná*, trabalho ao qual se dedicou durante as duas primeiras décadas do século XX (BELTRAMI, 2002, p.23).

⁸ Engenheiro Civil e de Minas, Euzébio Paulo de Oliveira (1883-1939) foi um dos membros fundadores da Associação Brasileira de Ciência. Como funcionário e diretor do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, foi um dos mais importantes geólogos do período, desenvolvendo pesquisas por todo o país sobre petróleo e minérios diversos (ROSEVICS, 2009, p. 81). Em 1926, a questão do petróleo foi pela primeira vez colocada em termos de uma ‘questão nacional’ (FIGUERÔA, 1997, p. 227).

⁹ Martins, Romário. Fundação da Villa de Curityba. In: Boletim do IHGP, Livraria Mundial: Curitiba, 1918, p. 275-283.

¹⁰ Martins, Romário. O Rio Sahy. In: Boletim do IHGP, Livraria Mundial: Curitiba, 1919, p. 25-50.

produziu e que atestam, portanto, seu empenho em comprovar “qual os dous rios do Sahy é o que assignala, os limites no litoral com o Estado de Santa Catharina (MARTINS, 1919, p. 29)”. Pautado em argumentações de fôlego, buscava legitimar a área pertencente ao Paraná através dos documentos históricos, além disso, ficava evidente como era latente a preocupação e a presença da temática dos limites no periódico do IHGP.

Ermelino de Leão publicou entre 1918 e 1919, dois textos, *Curityba em 1820*¹¹ e *Pinhaes*¹². Publicado em 1918, *Curityba em 1820*, consistiu numa análise realizada pelo autor, sobre algumas narrativas feitas por Saint Hilaire sobre Curitiba, durante sua passagem nesta região no século XIX, o que possibilitou a produção de informações preciosas sobre o período. Já, em *Pinhaes*, buscou expor alguns acontecimentos que contribuíram para a fundação de Curitiba, explicava que a história dos primeiros seus primeiros dias, estava relacionada aos acontecimentos da antiga *Villa Nossa Senhora da Luz dos Pinhaes*. Para o autor a criação da vila seria resultado da deliberação de seus moradores, ‘eleitores republicanos’ que “requereram ao capitão povoador que creasse a câmara de justiça ordinárias à 29 de Março de 1693” (LEÃO, 1919, p. 111).

A análise do Boletim do IHGP revela que artigos versando sobre Historia Natural – e mais especificamente sobre ciências geológicas – são constantes em suas páginas, distribuindo-se ao longo do periódico, principalmente nos dois primeiros volumes publicados pela instituição Paranaense. Constatamos a partir das investigações realizadas que a publicação de trabalhos técnicos elaborados pelo Serviço Mineralógico e Geológico do Brasil, pesquisas que até o ano de 1920 eram divulgados nos Boletins do Ministério da Agricultura, nos Anais da Escola de Minas de Ouro Preto (cf. FIGUERÔA, 1997, p.22) e também como podemos verificar em nossas leituras nos dois primeiros volumes do Boletim do IHGP (1918 e 1919), foram consideradas pesquisas de destaque e publicadas nas edições em questão. Depois desse período a Sociedade Geológica e Mineralógica do Brasil (SGMB), publicaria seu próprio periódico. Foi na gestão de Orville Derby que teve início os estudos sobre “as fontes energéticas” e “a possibilidade de investigações petrolíferas no território nacional” (FIGUERÔA, p. 227), dos quais foi encarregado, justamente, Eusébio Paulo de Oliveira, responsável pela autoria de cinco textos publicados pelo periódico, o que demonstra uma proeminência desta temática nos boletins analisados.

Em seu estudo sobre o processo histórico de desenvolvimento das ciências geológicas no Brasil, Silvia Figuerôa, em *As ciências geológicas no Brasil: uma história*

¹¹ LEÃO, Ermelino de. *Curityba em 1820*. In: Boletim do IHGP, Livraria Mundial: Curitiba, 1918, p. 285-294.

¹² LEÃO, Ermelino de Leão. *Pinhaes*. In: Boletim do IHGP, Livraria Mundial: Curitiba, 1919, p. 103-121.

social e institucional (1875-1934) demonstra a influência de Orville Derby tanto, para a Comissão Geográfica de São Paulo e no Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil¹³. Ambas as instituições eram organizadas e dirigidas por Orville Derby. Por sua vez, esses espaços buscavam “atender o processo de modernização” (FIGUEROA, p. 167) mediante um ‘acurado’ estudo do meio físico brasileiro. Dando continuidade as suas atividades, o Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil (SGMB) incorporou os Serviços da *Comissão de Estudos das Minas de Carvão de Pedra no Brasil*, essa ação fez com que alguns técnicos fossem absorvidos pela instituição, a exemplo de Euzébio Paulo de Oliveira.

Em *Notícia sobre as Minas de Carvão de Pedra - da Bacia do Rio das Cinzas*¹⁴, escrito em 1916, podemos averiguar a transcrição de um dos trabalhos realizado por Euzébio Paulo Oliveira. Tal experiência aconteceu na fazenda do Cambuhy, onde realizou “estudo das minas de carvão arrendadas pela Companhia Paulista de Minas e Carvão e Pedra e Petroleo” (OLIVEIRA, 1918, p.57). Em suas pesquisas, buscou antes de descrever os afloramentos de carvão dando atenção às características das feições geológicas, observadas durante os itinerários realizados no Paraná. Esse artigo demonstra uma profícua atividade de pesquisa sobre a geologia do Estado, cujas análises eram realizadas no Laboratório do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil. A busca pela extração do combustível estava sendo experimentada por ocasião da viabilidade da construção de estradas de ferro, com essa finalidade “em 1915 foi constituída em São Paulo a Companhia de Minas de Carvão de Pedra e Petroleo dos Estados do Paraná e São Paulo” (OLIVEIRA, 1918, p. 61).

Enquanto Euzébio contribuía com seus textos, Orville Derby era uma referencia constantemente citada pelos estudiosos da questão. Esses nomes eram constantes nos Boletins do IHGP, em *Sobre a ocorrência de Rochas Petrolíferas na Serra Morena*¹⁵, localizada no município de Palmas, Estrada do Paraná, o Dr. Euzébio Paulo de Oliveira, afirma que,

desde 1914, o professor Orville Derby, havia chamado atenção, para a possibilidade de se descobrirem jazidas petrolíferas de valor comercial, no sul do Brasil, pondo a disposição os mais modernos trabalhos sobre o

¹³ A Comissão Geológica do Brasil foi criada em 1875, como um órgão subordinado ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (FIGUEROA, p. 151). Esse modelo permaneceu no país, sendo retomado na Comissão Geográfica e Geológica e São Paulo (1886) e no Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil (1907) (FIGUEROA, p. 163).

¹⁴ OLIVEIRA, Euzébio Paulo. *Notícia sobre as Minas de Carvão de Pedra – da Bacia do Rio das Cinzas*. Boletim do IHGP, 1918, p. 54-72.

¹⁵ OLIVEIRA, Euzébio Paulo. *Sobre a ocorrência de Rochas Petrolíferas na Serra Morena*. Boletim do IHGP, Livraria Mundial: Curitiba, 1918, p. 311-319.

assumpto e aconselhando-nos a dirigir nossos estudos nesse sentido (OLIVEIRA, 1918, p. 313).

Parte dos resultados obtidos foi publicado nos Boletins do IHGP. No que tange a questão da existência de petróleo no Brasil, Euzebio Oliveira, dizia que esse assunto só poderia ser resolvido “pelas sondagens que devem ser feitas nos lugares onde existem seus indícios (...). A localização das sondagens deve ser precedida de estudos muito perfeitos da estrutura geológica” (OLIVEIRA, 1918, p. 314). Seus argumentos, sobre o aconselhamento de uma nova sondagem nesta região, apontavam que ela era necessária porque “estes indícios de petróleo da serra Morena são indubitavelmente os mais importantes conhecidos no sul do Brasil” (OLIVEIRA, 1918, p. 317). Desta maneira, fica evidente a intenção de adequar o fazer científico aos interesses do país, por meio de objetivos claramente bem definidos.

Outro artigo publicado foi *Contribuição a Geologia da Bacia do rio das Cinzas*¹⁶, considerado importante por reunir possibilidades econômicas que encerram as jazidas de carvão do Paraná, a constituição geológica da bacia do rio das Cinzas também foi mote dos trabalhos do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil. Nesta pesquisa foram descritos: a geologia e as condições de atravessamento do rio e o percurso do rio das Cinzas. Segundo Rosevics (2009) o

Rio das Cinzas nasce no município de Piraí do Sul, no Paraná e corre em direção ao rio Paranapanema. Ele é importante, pois, além de receber diversos afluentes da região, foi o primeiro rio da região em que foram encontrados ouro e diamantes pelos exploradores (p. 81).

Notamos que o Boletim publicava textos de diversas temáticas, não se restringindo apenas aos estudos históricos, mas geológicos, geográficos, dentre outros, se apresentando como um veículo capaz de imprimir trabalhos considerados importantes que seguiam as orientações pretendidas para o Estado. De um lado, os estudos geológicos iriam ser identificados como uma preocupação central vinculada a questão da afirmação da nacionalidade. De outro, os Boletins do IHGP constituíram espaço para a circulação de uma produção científica realizada por brasileiros, cujo assunto era exclusivamente abordar aspectos sobre o Paraná.

¹⁶ OLIVEIRA, Euzebio Paulo. *Contribuição a Geologia da Bacia do rio das Cinzas*. Boletim do IHGP, Vol. II, Livraria Mundial: Curitiba, 1919, p. 50-69.

O Boletim do IHGP priorizou em suas páginas a divulgação científica de diversos estudos, o texto, *Geologia Economica - Feldspathos*¹⁷, de Euzebio Oliveira, é exemplo dessa pluralidade de pesquisas, consideradas importantes no início do século XX na instituição. Neste texto, o autor busca enfatizar e colaborar, a partir da descrição química e geológica da formação do solo, para com a exploração mineralógica e usos industriais dos feldspathos, sua contribuição foi no sentido de expor os “metodos de mineração” (OLIVEIRA, 1919, Vol. II, p. 6). A ênfase dada às questões geográficas, mediante o realce das potencialidades dos recursos naturais disponíveis em território paranaense, demonstra uma postura específica dos pensadores brasileiros na forma como passaram se posicionar frente às riquezas do território.

Nas leituras que realizamos dos Boletins do IHGP, verificamos a proeminência dos estudos realizados por Euzébio Paulo de Oliveira, sobretudo, suas publicações sobre as possibilidades de extração de petróleo e minério do subsolo paranaense. No texto que publicou *Pesquisas de Petróleo*¹⁸, escrito em decorrência do trabalho que executou sob a encomenda do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, no ano de 1915, o autor indica a “possibilidade da existência de petróleo commercial no sul do Brasil” (OLIVEIRA, 1918, p. 188).

Segundo, o estudioso isso só seria possível, a partir da realização de uma série de pesquisas que o levaram a confirmar a presença de petróleo, contrariando, portanto, a tese de I. C. White, responsável por elaborar um trabalho científico que contestava a possibilidade da existência de petróleo na região do Paraná. A partir de tais afirmações aos poucos o Paraná era reconhecido como uma das principais vias de exploração de recursos energéticos do país. Para tanto, seria necessário dar continuidade nas pesquisas sobre a existência de jazidas.

Notamos que a distribuição percentual dos temas por seção demonstra como os textos publicados nos dois primeiros volumes pelo IHGP estavam coadunados com as principais tendências da historiografia brasileira dos primeiros anos do século XX. Os Boletins que buscaremos apresentar detalhadamente nesta pesquisa se constituíram em produções de um projeto que delegou ao Instituto Histórico e Geográfico Paranaense status de espaço cultural de produção de uma história “legítima”. Neste momento, adiantamos que foram publicados textos que realçaram os traços das riquezas minerais, perfis culturais, a caracterização geológica do solo, folclores, raízes antropológicas, a geografia e a história.

¹⁷ OLIVEIRA, Euzebio Paulo. *Geologia Economica – Feldspathos*. Boletim do IHGP, Vol. II, Livraria Mundial: Curitiba, 1919, p. 1-8.

¹⁸ OLIVEIRA, Euzébio Paulo. *Pesquisas de Petróleo*. Boletim do IHGP, 1919, Vol. II, p. 183-196.

Outra temática relevante foi História do Brasil, principalmente por abranger o maior número de estudos das publicações do Boletim de 1918, com cinco no total, e outros dois textos, publicados na edição de 1919, demonstrando o alcance deste debate no âmbito do grêmio paranaense. Fica evidente a tentativa de inserir a história do Paraná ao contexto da história da nação, além disso, a noção de continuidade do projeto de conquista portuguesa sobre as terras americanas confirma a tendência da proposta que seguia o IHGP, a de descrever o Brasil a partir das colonizações do litoral.

Apuramos que a história empreendida pelo IHGP está marcada por um programa que consiste em dar conta das origens do Paraná no contexto nacional, inserindo-o principalmente a um projeto de unificação nacional, ou seja, a uma tradição de civilização europeia, atividade que exigirá esforços dos intelectuais, sobretudo pela realidade paranaense ser tão distinta da prevista como modelo social para o Brasil daqueles anos.

Outro aspecto interessante consiste em identificar a presença no Boletim de 1918 de produções em áreas consideradas “emergentes”, como a exemplo da chamada história das explorações arqueológicas e etnográficas. Estudo que pode auxiliar na compreensão aprofundada sobre alguns aspectos da produção historiográfica do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, é o realizado na dissertação de mestrado de Breno Sabino de Souza (2015), que percebe nas revistas do IHGB a dimensão e o lugar da escrita da história etnográfica em princípios do século XX. Diga-se de passagem, para o autor, uma das principais preocupações quanto a essa temática etnográfica consistiu em descrever as culturas da sociedade brasileira que estava em formação. Avisamos que o papel que a etnografia ocupou no IHGB, será comentado com mais profundidade no terceiro capítulo.

No Boletim do IHGP de 1918 foi publicado o texto *Paleoethnologia*¹⁹, de autoria de José Franco Grillo²⁰, a fim de conhecer a partir da natureza geológica, a história dos povos primitivos que habitaram o Paraná. Para descrever esse processo de configuração das diferentes fases da história geológica do Paraná, o autor parte da beira mar. Valendo-se de pouco material, que existiam por esforços e conquistas do Museu Paranaense, foi possível ao estudioso averiguar a Paleoethnologia do Paraná, absolutamente desconhecida. Até então os estudos sobre os *sambaquis* eram baseados em toda uma gama de pesquisas craniométricas realizadas para reforçar a concepção de inferioridade desses habitantes da região. Além disso, os “aborígenes”, “índios vermelhos” do Paraná, como eram conhecidos os indígenas que ali

¹⁹ GRILLO, José Franco. *PaleoEthnologia*. In: Boletim do IHGP, Curitiba: Livraria Mundial, 1918, p. 169-181.

²⁰ José Franco Grillo, médico formado em Nápoli, na Itália, exerceu o cargo de deputado estadual entre os anos de 1902 e 1903 (ROSEVICIS, 2009, p. 84).

habitavam, seriam mais tarde “quase eliminados pelos brancos de além mar” (GRILLO, 1918, p. 181).

A tentativa de reformular a história nacional no início do século XX foi pautada pelas interpretações deterministas da história, naquele momento considerado caminho seguro no ambiente científico. Escrever a história nacional através do debate racial ou da influência da natureza era, para o Instituto Histórico, uma maneira importante de percorrer a história do Brasil. As doutrinas raciais disseminadas até então buscavam como alternativas para a construção da nação brasileira várias orientações teóricas que viam no branqueamento caminho para a inserção do Brasil no chamado concerto das nações civilizadas. Neste aspecto, era fundamental valorizar a contribuição europeia para a formação racial e civilizacional do país, o que permitia pensar uma nação livre da mácula africana (SKIDMORE, 1976; SCHWARCZ, 1993).

Fica evidente que para a construção da nação eram desejáveis os elementos brancos que pudessem desempenhar a sua superioridade ao misturar-se com as demais culturas aqui existentes²¹. Resultado da miscigenação, os brasileiros e os paranaenses deveriam festejar uma homogeneidade resultado do amálgama que constituiria os habitantes do país. Era preciso, então, encontrar o lugar do Paraná entre as demais regiões e isso só seria possível na medida em que as suas próprias características fossem criadas, consolidadas e valorizadas.

As análises realizadas - a partir das leituras de pesquisadores sobre as produções publicadas nos Boletins o IHGP, - nos permitem reconhecer que essa mesma historiografia, que consagrou um passado ilustre da história nacional, era a mesma que estabeleceria os indesejados elementos do processo de construção de um projeto de civilização para a história do Paraná: negros e índios. O ritual de construir um enredo ilustre para o passado do país silenciando e excluindo da historiografia brasileira as demais tradições que compõem nossa cultura foi uma das características produzidas pelos intelectuais brasileiros entre os séculos XIX e XX.

A exaltação do elemento europeu entre os intelectuais paranaenses era uma constante, sobretudo porque seria o responsável por transformar a realidade local pela disseminação dos preceitos de civilização, esses exemplos multiplicam-se e podem ser encontrados diluídos entre os textos publicados no Boletim. Exemplo disso é, *Branco*,

²¹ Para uma discussão mais ampla sobre a tese do branqueamento no Brasil, consultar: SKIDMORE, T. Preto no Branco – Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. Schwarcz, Lilia M. O espetáculo das raças. Cientistas, Instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. STEPAN, Nancy. “A hora da eugenia” - raça, gênero e nação na América Latina. FioCruz: Rio de Janeiro, 2005.

*Amarelo e Preto*²², de Romário Martins, impresso na edição de 1925 do Boletim do IHGP que concorre para a descrição da existência de uma população paranaense branca. De fato, houve uma naturalização do discurso do branqueamento como sinônimo de civilização.

A questão racial aportou na historiografia do instituto, de modo que essa “discursividade” foi fundada e legitimada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A perspectiva racial atravessa os discursos dos Institutos Históricos em fins do século XIX e princípios do século XX e se apresentou como modelo explicativo e característica central da proposta desse tipo de agremiação. A instituição aproximava sua compreensão do nacional e fundamentava a escrita da história através de uma explicação para a formação do âmbito social brasileiro que valorizava o amálgama das três raças (branco, negro e índio), deixando evidentes as problematizações sobre a emergência do racial como problema do nacional.

Estudos do discurso historiográfico paranaense de princípios do século XX podem ser reveladores de algumas práticas desencadeadas no Paraná, pois se apresentam como um espaço profícuo para debates sobre este tipo de produção histórica. Em sua pesquisa *Pontes e Muralhas*, Beatriz Olinto (2013) buscou perceber através da construção historiográfica a presença dos debates sobre a diferença, de maneira que entendeu os escritos dos Boletins do período que estamos analisando como saberes autorizados, criadores das “identidades legítimas”, capazes de “qualificar e desqualificar” as distinções culturais através de “categorias racializadas”, inferindo para o fato de que, eram esses os atributos que forjaria “uma memória para o Estado e também para os grupos”(p. 111).

Atividade desenvolvida pelo IHGB, que auxilia a nossa reflexão, foi a organização do I Congresso Internacional de História da América, evento que aconteceu por ocasião das festividades do Centenário da Independência do Brasil (Guimarães, 2007, p. 33). A proposta de organizar este evento surgiu durante o Primeiro Congresso de História Nacional promovido pelo IHGB em 1914, onde se discutiu a necessidade de planejar um evento capaz de reunir representantes do continente para uma reflexão conjunta sobre os rumos e os povos que habitam o Novo Mundo, o evento aconteceu em setembro de 1922 (GUIMARÃES, 1998, p. 222).

Neste sentido, optamos por elaborar uma tabela que demonstrasse em que medida as produções publicadas no Boletim de 1925 se aproximavam das temáticas propostas no evento internacional de história da América, além disso, este volume contaria com uma edição especial em homenagem a D. Pedro II, seguindo o exemplo do IHGB, que optou por uma

²² MARTINS, Romário. Branco, Amarelo e Preto. In: Boletim do IHGP, Empreza Placido e Silva & Cia Ltd: Curitiba 1925, p. 35-42.

publicação comemorativa do centenário do nascimento do imperador brasileiro. Esse tipo de escrita destinada a refazer o percurso de personalidades políticas que contribuíram para a história do estado nacional no Brasil e do passado ilustre da vida intelectual do país demonstram que a produção desse material auxiliava a consagração de nomes ‘cruciais’ para a história do país e que deveriam estar presentes nos textos publicados a fim de, autopromover os destaques da vida nacional através da construção de uma genealogia. A publicação de biografias ajuda a pensar nas personalidades selecionadas para figurarem como atores da história nacional brasileira.

TABELA 3

ESTUDOS PUBLICADOS NO BOLETIM DE 1925	SESSÕES DE HISTÓRIA DO I CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA AMÉRICA (1922)	Nº DE ESTUDOS PUBLICADOS NO (BOLETIM DO IHGP) Cf. SESSÕES	%
*Saudação à Bolívia - Alcides Munhoz; *O Povoamento do Rio Negro - Francisco Negrão; *Branco, Amarello e Preto, Romário Martins; *D. Pedro II, Imperador Constitucional do Brasil – Commandante Diddio Costa; *A viagem de D. Pedro II pelo Paraná, extracto dos jornaes da época – F. Negão e Altramirano Nunes Pereira; *A passagem de D. Pedro II por Porto de Cima – Antonio Ribeiro Macedo;	História Geral	6	50,0%
*O rio da Villa - Dr Pamphilo d' Assumpção; *A estrada do Paralelo médio – Commandante Diddio Costa; *A prehistoria brasileira – Padre Fernando Taddei;	História das Explorações geográficas, arqueológicas e etnográficas;	3	25,0%
-	História constitucional e administrativa	-	-
-	História Econômica	-	-
*A conquista do Guayra, Dr. Ermelino de Leão; *O sitio da Lapa – Felipe Schmidt;	História Militar	3	25,0%
-	História Literária e das Artes	-	-
Total	6	12	100%

FONTE: Boletim do Instituto Histórico e Geographico Paranaense, Empreza Placido e Silva & Cia Ltd.: Curitiba, 1925.

Em relação às sessões de história propostas no I Congresso de História Nacional (1914), houve algumas mudanças em relação ao Congresso Internacional de História da América, sutis, mas que modificaram a forma de organização dos campos de história. Neste evento, por exemplo, ao invés de uma seção destinada à história do Brasil, optou-se pelo campo da história geral; além disso, verificamos que entre um evento e outro, houve uma fusão das áreas da história das explorações geográficas, com as arqueológicas e etnográficas;

outros campos da história privilegiados no Congresso Internacional de História da América, foram, história constitucional e administrativa; história econômica; história militar; história literária e das artes. Apesar da gama dos temas e das abordagens realizadas, os estudos do evento de história da América contemplavam desde debates sobre as sociedades pré-colombianas até episódios recentes da diplomacia do continente, sendo que outros ainda procuravam focalizar problemáticas comuns aos países americanos (GUIMARÃES, 2005).

Verifica-se nos dados expostos acima, uma preponderância nos assuntos inseridos na temática História Geral, correspondendo a metade das publicações do periódico. Vale lembrar que as duas principais preocupações do Boletim do IHGP de 1925 eram: a comemoração do centenário da Independência e a festividade dos cem anos do nascimento de Pedro II. Ao publicar *Saudação à Bolívia*²³, de Alcides Munhoz²⁴, o Boletim se coaduna com uma das temáticas discutidas neste período, caracterizado não só por um movimento de aproximação com os demais países latinos, mas principalmente pelo fato de passar a referenciar a Independência do Brasil e o processo de emancipação política dos demais países latinos, a exemplo da Bolívia. O estudo significou uma exaltação aos povos americanos, suas origens, e a proclamação da Independência. Para tanto, Alcides Munhoz percorre parte da história da formação do estado independente, optando por construir a imagem de alguns heróis, e da Bolívia como uma “nação livre para trabalhar no concerto da civilização americana” (MUNHOZ, 1925, p. 22). Nota-se que a publicação do IHGP, durante o século XX acompanhava as orientações do grêmio carioca, à exemplo da abertura para o exame das questões internacionais, revelando, portanto, coerência com o programa de trabalho do IHGB.

A publicação de textos como, por exemplo, *D. Pedro II, Imperador Constitucional do Brasil*²⁵, realizada pelo Commandante Diddio Costa²⁶, que busca realizar uma homenagem

²³ MUNHOZ, Alcides. Saudação à Bolívia. In: Boletim do IHGP, Empreza Placido e Silva & Cia Ltd: Curitiba 1925, p. 15-25.

²⁴ Alcides Munhoz (1873-1930) foi membro de diversas instituições do início do século, tais como a Academia de Letras do Paraná e o próprio *Instituto Histórico e Geográfico Paranaense*, tendo maior destaque como escritor. Seus textos versavam sobre diversos assuntos, da literatura a política, publicados em jornais e revistas da época (ROSEVICS, 2009, p. 111). Travou, polêmicas com intelectuais, do porte do erudito Sílvio Romero, transcritos nos opúsculos: *Sílvio Romero* e o *Alemanismo no Sul do Brasil*, em 1907, e *A Teutofobia do Sr. Sílvio Romero*, em 1910, trabalhos que chegaram a merecer a transcrição nos mais destacados órgãos da imprensa paulista e carioca, merecendo tradução e publicação em periódicos alemães que circulavam em Nova York. Autêntico propagandista do potencial socioeconômico do Paraná destacou-se no exercício de diversos cargos da administração pública, além disso, destacou-se também como autor teatral (MENDES et alii, 2013, p. 128-129).

²⁵ COSTA, Diddio. D. Pedro II, Imperador Constitucional do Brasil. In: Boletim do IHGP, Empreza Placido e Silva & Cia Ltd: Curitiba, 1925, p. 3-68.

²⁶ Diddio Iratym Affonso da Costa nasceu em Guaratuba em 1881 e foi enviado ao Rio de Janeiro para estudar na Escola Naval pela qual seguiu carreira militar. Em paralelo, foi escritor e pesquisador de assuntos militares, com textos publicados em diversas revistas, jornais e periódicos especializados da época. Além do *Instituto Histórico*

ao imperador, segundo ele figura importante para o desenvolvimento histórico do Paraná, reforça - através dos dados biográficos e de momentos importantes da vida política de Pedro de Alcântara- a relevância de suas ações para a formação do Estado brasileiro; *A viagem de D. Pedro II pelo Paraná, extracto dos jornaes da época*²⁷, elaborada por F. Negrão e Altramirano Nunes Pereira²⁸ cujo trabalho consistiu em realizar um levantamento de documentos sobre a vinda de D. Pedro II ao Paraná, de forma a expor nuances do cronograma de recepção e percurso da comitiva imperial no Paraná, este trajeto incluiria visitas a Paranaguá, Curitiba, nas vilas de Campo Largo, Palmeira e cidade de Ponta Grossa Ponta Grossa, Morretes e Antonina, e *A passagem de D. Pedro II por Porto de Cima*²⁹, de autoria de Antonio Ribeiro Macedo³⁰, texto elaborado em memória do Imperador do Brasil, quando da sua visita em 1881 a Porto de Cima, são produções que demonstram certa simpatia e admiração que o Instituto Histórico e Geographico Paranaense nutria pelo imperador e pelos feitos por ele realizados. Neste sentido, nota-se que o IHGP abriu mão de uma historiografia que colocava em cheque as contribuições do imperador e da política por ele realizada, preferindo optar por caminhos que valorizassem a cristalização de seus feitos. No caso do IHGB, “almejava-se deixá-lo longe das contendas historiográficas. De protetor do Instituto, D. Pedro II passou a ser seu protegido” (HRUBY, 2007, p. 218). Refazer o percurso de personalidades políticas do estado nacional e do passado ilustre da vida intelectual e política do país consistia em demonstrar como a produção desse material auxiliou a consagração de destaques da vida nacional e guiou os caminhos da história produzida nos Institutos Históricos. A publicação de biografias nos ajuda a pensar nos heróis selecionados para a glória de serem agentes da história nacional brasileira³¹.

A publicação da Revista do IHGB servia para consagrar as figuras exemplares, nomes que se confundiam com a própria história da nacionalidade, sendo o reflexo, portanto,

e *Geographico Paranaense*, também foi sócio da Academia de Letras do Paraná, na qual exerceu o cargo de primeiro vice-presidente (ROSEVICS, 2009, p. 97).

²⁷ NEGRÃO, Francisco; PEREIRA, Altramirano Nunes. *A viagem de D. Pedro II pelo Paraná, extracto dos jornaes da época*. In: Boletim do IHGP, Empreza Placido e Silva & Cia Ltd.: Curitiba, 1925, p. 69-115.

²⁸ Francisco de Paula Dias Negrão (1871-1937), historiador, funcionário público e membro de várias instituições e Altramirano Nunes Pereira, oficial do exército e engenheiro civil (ROSEVICS, 2009, p. 98).

²⁹ MACEDO, Antonio Ribeiro. *A passagem de D. Pedro II por porto de Cima*. In: Boletim do IHGP, Empreza Placido e Silva & Cia Ltd.: Curitiba, 1925, p. 117-124.

³⁰ Antonio Ribeiro de Macedo, importante exportador de erva mate que exerceu diversos cargos públicos como suplente de juiz, delegado de política, prefeito de Antonina e deputado da província. Como escritor, teve a oportunidade de dissertar sobre a disputa entre Santa Catarina e Paraná, além de diversos textos literários classificados como pertencentes ao simbolismo (ROSEVICS, 2009, p. 98).

³¹ A viagem de D. Pedro II ao Paraná foi notícia relatada pelo Visconde de Taunay, em texto publicado sobre as “curiosidades naturais do Paraná”, mais informações sobre esse assunto, consultar: Revista IHGB, Tomo LXXVII, parte II, 1916, Imprensa Oficial: Rio de Janeiro, 1916, p. 87-115.

do perfil patriótico e da missão civilizatória que despertava os intelectuais brasileiros. Inserido numa das propostas temáticas do congresso internacional, o trabalho *Prehistória Brasileira*³², do Pe. Fernando Taddei³³ indica a necessidade da utilização de métodos científicos na coleta de fragmentos capazes de desvendar a pré-história brasileira e relata as descobertas arqueológicas de vários naturalistas que viajaram pelo país, tais como Saint-Hilaire, Peter Wilhelm Lund. Sua defesa da pré-história tem um segundo objetivo: exaltar a vida indígena existente no território brasileiro como a origem do povo (ROSEVICS, 2009, p. 95).

Dentre as possibilidades de análise, foi importante pensar os encaminhamentos da escrita da história proposta pelo IHGB, de maneira que fosse possível perceber como tais questionamentos foram incorporados ao debate do Instituto Paranaense. É importante perceber a relação que tais publicações mantinham com a produção nacional, sobretudo com as normativas do conhecimento histórico advindos do IHGB lugar seminal para os desdobramentos da historiografia brasileira. Desta maneira, o IHGB buscava criar um perfil institucional de regularidades na escrita da história nacional, a publicação dos Boletins do IHGP significava um momento de sistematização dessa história, no entanto um perfil comum não era possível devido às diferenças e particularidades históricas de cada região na composição da nação.

O interesse em assinalar a importância das contribuições dos periódicos do IHGP entre o período que se estende entre 1918 e 1925 nos impõe a necessidade de buscar verificar em que medida as produções dessa agremiação estavam concatenadas com as propostas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro de princípios do século XX. Nossa intenção consistiu em perceber quais problemáticas foram apropriadas pelos integrantes da entidade paranaense e em que medida tais ideias foram debatidas no cenário intelectual brasileiro.

Notamos que a historiografia praticada no interior dos Institutos Históricos demonstra um teor a favor da construção da história nacional, desta maneira, nosso esforço consiste em analisar as produções do IHGP e a dimensão que tais editoriais representaram para o contexto político e cultural aos quais estavam submetidos os Boletins, fontes indispensáveis para a nossa compreensão dos escritos históricos e que ali foram produzidos e

³² TADDEI, Fernando. Pré-história Brasileira. In: Boletim do IHGP, Empreza Placido e Silva & Cia Ltd: Curitiba, 1925, p. 65-70.

³³ Fernando Taddei (1867-1940), o único clérigo a conseguir certa visibilidade foi enviado em missão ao Brasil como diácono, em 1890 ele tornou-se sacerdote no estado da Bahia. Percorreu diversas regiões do país em missão, tais como Rio de Janeiro, Minas Gerais e por fim o Paraná. Defensor da doutrina católica, Taddei acreditava na educação como meio de propagação da fé e da salvação, tornando-se voz ativa em jornais e revistas da época (ROSEVICS, 2009, p. 94).

utilizados como instrumentos de consolidação dos contornos do Paraná na história do Brasil. Perceber as especificidades que marcaram a trajetória da produção de história realizada nesses espaços onde se consolidaram as bases do pensamento científico brasileiro, implica em averiguar em que medida os debates contidos nos Boletins estão articulados com o debate da historiografia nacional produzida no IHGB. Apresentar as produções do IHGP consiste em pensar historicamente os aspectos de continuidade do projeto político e cultural inaugurado no país pelo grêmio carioca o que permitiu averiguar as opções e escolhas realizadas pelos intelectuais do instituto paranaense.

A publicação dos Boletins apontava para o desejo de se estabelecer no Paraná uma produção científica sintonizada com outros meios culturais, especialmente com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Apesar de portar particularidades que conferissem uma feição própria à escrita produzida no Paraná, os procedimentos ali praticados não poderiam deixar de estar atrelados a uma concepção e a um modelo de história que transpusesse os limites do regional. No que concerne ao Instituto Histórico e Geográfico Paranaense, as publicações do grupo marcam a escrita da história do Paraná, sobretudo, porque a partir dessa necessidade, a entidade passou a ser considerada um dos núcleos principais da fabricação e disseminação da história paranaense para o âmbito regional e nacional.

2.2 *Notícia Histórica: O Instituto Histórico e Geográfico Paranaense (1900-1925)*

O Instituto Histórico e Geográfico Paranaense nasceu em meio a ideia de edificação da escrita da história, sustentado pela aura patriótica de comemoração ao IV Centenário do Descobrimento do Brasil e, simultaneamente, do 47º ano da Instalação da Província do Estado do Paraná. A rigor, esse evento ganhou notoriedade na imprensa local no jornal *A Republica* sendo publicado como uma solenidade. Divulgada como *Notícia Histórica*, a nota trazia à disposição os nomes de “pessoas que (...) se preocupam com os assumptos de que pretende ocupar-se o Instituto”(Boletim do IHGP, 1918, p. 06). Na ocasião, Romário Martins, um dos principais idealizadores desse projeto, expressou algumas preocupações pertinentes ao seu tempo e que considerava como condições necessárias para o desempenho das tarefas do Instituto em prol do Estado do Paraná e, por consequência, da Pátria. Para ele, “*critério, patriotismo e trabalho*” (Boletim do IHGP, 1918, p. 6). A questão

nacional movimentou o pensamento dos intelectuais brasileiros no início do século XX sendo que fazer a história da pátria era um exercício cívico³⁴.

Aglutinador de ideais que se aproximava dos princípios civilizatórios e patrióticos do período, o Instituto edificava em suas publicações uma visão construtiva dos feitos que favoreciam a afirmação da nação. O IHGP nasceu de um momento específico da política nacional brasileira num tempo de interiorização da oficialidade do Estado Nacional, neste contexto ele terá papel fundamental para o projeto de expansão do programa de unificação proposto, que assimilado por um determinado grupo político contribuiu para que esse projeto fosse legitimado. Pensar o Paraná no contexto nacional neste momento era refletir sobre os elementos que forjariam sua historicidade, que por sua vez, sempre tendiam para noção de progresso (SOUZA, 2002). Revestido por fins patrióticos, tinha o Instituto Histórico e Geográfico Paranaense,

a utilidade, desempenhar certa influência em questões de alta transcendência para o Paraná (...) existência de nome dos seus melhores filhos, influência histórica de seus acontecimentos, descrevendo o curso de seus rios, delimitando a altitude de suas regiões esplendentes e expor com acentuada feição nossas características” (Boletim do IHGP, 1918, p. 06).

A criação de Instituições científicas desse porte no estado foi conduzida pela elite local de Curitiba o que demonstrava como tal grupo buscava solidificar e ampliar os espaços de sua atuação e da circulação dos ideais republicanos no Paraná expandindo suas atividades através da criação e uma porção de centros e associações literárias, bem como revistas, jornais e toda uma série de produções históricas e de espaços culturais e sociais, utilizados para consolidar um projeto político cultural específico para o Paraná³⁵. O Instituto significaria uma associação ímpar no ramo das pesquisas científicas, isto porque pela primeira vez os conhecimentos da história e da geografia não estariam subsumidos às demais áreas, representando, portanto, o início de uma trajetória de sistematização dos conhecimentos produzidos pelo grêmio.

Para os festejos de inauguração do IHGP, foram convidados representantes da elite local que viam nesse evento uma oportunidade de inserção num cenário de discussões e

³⁴ Informações sobre esse debate podem ser encontradas em Lúcia Lippi de Oliveira (1990), sobretudo, a investigação histórica que realizou sobre as origens do nacionalismo no Brasil, principalmente, o da I República, momento privilegiado pela autora em sua análise do universo da cultura política da sociedade brasileira.

³⁵ MYSKIW, Antonio Marcos. Curitiba “República das Letras (1870-0920)”. *Revista Eletrônica História em Reflexão*: Vol. 2, n. 3 – UFGD - Dourados Jan/Jun, 2008, p. 1-27.

produção de saberes, além de significar para alguns a conquista de visibilidade perante uma elite letrada e restrita. A festividade contou com a participação de figuras proeminentes da sociedade paranaense, nomes de “pessoas que [...] se preocupam com os assumptos de que pretende ocupar-se o Instituto”, conforme anunciava o próprio periódico da instituição (Boletim do IHGP, 1918, p. 06). Essa nomeação fazia parte do ritual de legitimação do panteão cívico que a história da República buscava firmar através dos seus discursos e produções historiográficas os movimentos de construção dos heróis e dos símbolos nacionais. Seguindo essa tendência, segue-se abaixo o público a que se destinava esse empreendimento,

[...] o Dr. Sebastião Paraná, Dario Velloso, General J. Bernardino Bormann, Dr. Emiliano Pernetta, Dr. Candido de Abreu, JulioPernetta, Nestor de Castro, Dr. Manoel Ferreira Correia, Lucio Pereira, Capitão José Muricy, Coronel Jocelyn Borba, Dr. Camillo Vanzolini, Luiz Tonisse, Dr. Ermelino de Leão e Desembargador Bento Fernandes de Barros. No entanto, reunidos no *Club Curytibano*, estavam os cidadãos: Romário Martins, JulioPernetta, Dr. Sebastião Paraná, Dr. Camillo Vanzolini, Dr. Luiz Tonisse e Dr. Ermelino Agostinho de Leão.” (RIHGR, Vol. I, 1918, p. 8) Não compareceram, mas justificaram a ausência por motivos de ordem pessoal os cidadãos: General José Bernardino Bormann, Coronel JocelymMorosini Borba, Dario Velloso, Dr. Manoel Francisco Ferreira Correia, Dr. Emiliano Pernetta e Nestor Pereira de Castro; Não compareceram e nem justificaram ausência: Desembargador Bento Fernandes de Barros, Dr. Candido Ferreira de Abreu, Tenente José Candido da Silva Muricy e Lucio Pereira. (Boletim do IHGP, 1918, p. 08).

O imaginário republicano se fazia presente em diversas esferas: era publicado em jornais, nos periódicos e em revistas, verdadeiros porta-vozes da manifestação desse ideal. O principal responsável pelas críticas à Monarquia foi o jornal *A República*, órgão que veiculou a *notícia histórica* de fundação do IHGP e que serviu no Paraná para a divulgação das ideias republicanas, ferrenho crítico das manobras políticas feitas pelo Império e por seus partidos de sustentação (PEREIRA, 1998). O periódico surge como primeira impressão dos republicanos na capital paranaense em 1886 e é extinto em 1930, completando 44 anos de existência (CORRÊA, 2006).

Ao analisarmos o percurso do grêmio entre os de 1900 e 1925, a fim de perceber os antecedentes institucionais que promoveram a publicação dos Boletins, verificamos o seu percurso instável, marcado por intensas dificuldades e de inúmeras tentativas de reorganizações revelando uma série de problemas estruturais que acabaram adiando suas atividades de pesquisa, dentre as quais se inseria a consolidação da publicação de seus periódicos. Notamos que as atividades do grêmio se realizavam de acordo com a frequência

dos encontros dos integrantes e das aproximações entre os membros em prol da execução desse projeto cultural que buscavam manter ativa as atividades do grêmio e dar continuidade na publicação de estudos científicos referentes ao Paraná. Em nossas análises podemos observar alguns aspectos do perfil da política de publicação da entidade, cuja participação nos editoriais se dava principalmente através da atividade dos membros no executivo da instituição.

Mesmo em âmbito de reunião, ainda no salão onde se davam as comemorações acerca da fundação do Instituto, decisões sobre os nomes que comporiam a diretoria e até mesmo quem daria prosseguimento a reunião eram assuntos debatidos pelos idealizadores do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense. A Assembleia que aprovou o instrumento normativo do IHGP, através do estabelecimento das propostas em Estatuto e lhe concedeu direito de funcionamento, aconteceu no dia 03 de Junho de 1900³⁶, na cidade de Curitiba, mediante a definição dos programas e das atividades que deveriam ser priorizados pelo grêmio. Tais demarcações dessas orientações podem ser observadas na composição do seu Estatuto, cuja Comissão responsável por redigir tal documento contou com a participação de nomes como Romário Martins, Camillo Vanzolini³⁷ e Dario Velloso³⁸, nomeados pelo General J. Bernardino Bormann, presidente do IHGP na diretoria composta aos 24 de maio de 1900.

O reduto paranaense contou com a presença de militares, parlamentares, escritores, jornalistas, engenheiros, médicos, dentre outras profissões liberais, uma constante entre os sócios, sobretudo nos vinte e cinco anos iniciais de atividade do grêmio. Em relação à definição das categorias *Dos Socios*, consta em seu Estatuto que seriam seis: fundadores,

³⁶ O primeiro Estatuto do IHGP, redigido em 03 de junho de 1900, está disponível no Boletim do IHGP, 1918, p. 16-21. Os Estatutos tratam de diversos assuntos, além da coleta de documentos, determinavam diferentes comissões, anunciavam a publicação de um periódico, diziam das finalidades do IHGP, das atividades a serem desempenhadas e dos objetivos ambicionados pela Diretoria; bem como organizam a legislação dos sócios, as questões referentes ao Boletim e outras disposições.

³⁷ Camillo Vanzolini, era italiano, residente em Curitiba, era médico, demonstrando a presença do imigrantes e sua integração a sociedade paranaense mediante a participação em associações culturais, à exemplo do IHGP. Outro estrangeiro, italiano, que compartilhava de tais atividades foi Luís Tonissi, que atuava no comércio entre os países e na imigração, e, durante uma das suas rápidas passagens pelo Estado, em maio de 1900, foi convidado a fazer parte do Instituto Histórico. Os jornais, aliaz, dão amplo destaque à visita de Tonissi; tanto o *Diário da Tarde*, quanto *A República*, como *O Commercio*, publicam *interviews* com o italiano, que, inclusive, tem livros publicados na Itália sobre o Paraná, "capazes de atrair a atenção dos capitalistas e industriaes italianos" (BELTRAMI, 2002, p. 24).

³⁸ Dario Persiano de Castro Vellozo nasceu no Rio de Janeiro (1869-1937), mudou-se para Curitiba anos mais tarde. Conviveu com talentos do seu tempo, entre os quais Ermiliano Pernetta, Romário Martins, Nestor Victor, Leôncio Correia e Olavo Bilac (MENDES et. alii, 2013).

efetivos, beneméritos, honorários, correspondentes e auxiliares³⁹. A possibilidade de se discutir o Instituto Histórico e Geográfico Paranaense e suas contribuições para formação da história da sociedade paranaense inclui a percepção do legado que esse espaço significou para a construção de um passado da história do Estado do Paraná, além disso com a vasta produção intelectual seus agentes seriam responsáveis por colocar em prática, no início do século XX, um projeto político de cunho científico-cultural que revela aspectos históricos e encaminhamentos específicos cruciais para a compreensão das nuances do ofício de escrever história daquele tempo.

Na pesquisa sobre a trajetória do IHGP e dos discursos contidos nas publicações do grêmio desenvolvida por Larissa Rosevics (2009), *O Instituto Histórico e Geográfico Paranaense e a Construção de um Imaginário Regional*, a autora afirma ser o Instituto um lugar que passa a instituir significados no âmbito do imaginário e no simbólico, aspecto esse que seria evidenciado justamente em decorrência da sua inatividade em alguns momentos da instituição e suas sucessivas reuniões de reorganização e a falta de uma sede, o que para autora significou o fato de que

[...] a instituição paranaense forneceu mais um respaldo de aparente estrutura científica para a produção intelectual de seus membros, do que necessariamente um ambiente de desenvolvimento de pesquisas e de discussões. Contudo, as poucas publicações produzidas revelam características importantes do pensamento paranaense no período estudado. Durante este período, da sua fundação em 1900 a 1925, o Instituto Histórico e Geográfico Paranaense exercia a função simbólica de representar a inserção do Paraná no mundo dos estudos científicos, servindo de suporte institucional para a produção de seus membros e fundadores (ROSEVICS, 2009, p. 75-6).

Isso nos faz refletir sobre as instabilidades estruturais a que esteve submetida, significando um projeto cultural que delegou ao Paraná a autoridade de possuir um espaço cultural de produção de história nacional. Embora reafirmar a ideia de Paraná seja assumir seu compromisso histórico com o nacional, buscamos perceber a importância do IHGP na definição dos parâmetros e na construção de uma história do Paraná.

³⁹ Para observações sobre as atividades a ser realizada por cada categoria, consultar o Estatuto do IHGP (Cap. III, nos artigos I ao VI – 03 de Junho de 1900; Boletim do IHGP, 1918, p. 19-20).

O Estatuto e o discurso de fundação vão além das funções e objetivos esperados pela instituição, eles revelam as angústias e os anseios desses paranaenses do início do século. Ainda que fosse uma instituição dependente de seus sócios e não do poder público, ela era composta por homens públicos que estavam dispostos a construir uma sociedade homogênea, a partir dos seus próprios valores e conceitos (ROSEVICS, 2009, p. 115).

Além de outras intenções que possuía o IHGP, existiam as que versavam sobre a sua estabilidade e progresso e que estavam previstas em seu Estatuto, como por exemplo, a garantia da execução das propostas elaboradas neste documento sobre as atividades da Diretoria, à ela competia também, “Nomear comissões para o estudo de trabalhos científicos apresentados ao Instituto por sócios ou estranhos”⁴⁰ e “Organizar o Regimento Interno do Instituto, Bibliotheca e Archivo Publico”⁴¹ o que demonstra que suas atividades e influências se estendiam para além dos círculos do IHGP. Para ampliar a sua influência, o IHGP valer-se-á

[...] até mesmo de suas ligações com as instituições governamentais na medida em que o próprio governo paranaense terá interesse em forjar tal identidade. Em 1911 encontramos uma autorização do Executivo do Estado para conceder auxílio 3:600\$000 ao Instituto Histórico e Geográfico do Paraná para a manutenção e publicação de sua revista (PARANÁ, LEI N. 1206. 19. ABR. 1911. Leis e Decretos do Estado, APPR.). [...] Era preciso construir uma história regional que mostrasse o Paraná como um local que possuía uma tradição (PEREIRA, 1998, p. 71).

Destinado, então, a promover e estimular todas as iniciativas úteis ao progresso e à civilização, o IHGP pode ser observado a partir das preocupações que o norteavam. Uma delas era a busca por se instituir no Paraná uma história que o fizesse ser reconhecido aos seus, a si e à Nação, pautada na crença no progresso e no desenvolvimento social. Levando em conta que no Brasil esse ideário atingiu o apogeu nas duas primeiras décadas do século XX, a proposta do grêmio estava em consonância com as preocupações daquele tempo.

Os problemas vivenciados pelo Instituto poucos anos após a solenidade de fundação favoreceram para que parte das intenções desta entidade não fosse cumprida com algumas tentativas de reorganização empreendidas sem sucesso. Por meio da formação de sucessivas Diretorias⁴²(antes da publicação de sua primeira revista), o Instituto buscava a manutenção de

⁴⁰(Cap. II, Art. 8º, inciso 3 – Da Diretoria; Boletim do IHGP, 1918, p. 19).

⁴¹(Cap. II, Art. 8º, inciso 4 – Da Diretoria; Boletim do IHGP, 1918, p. 19).

⁴² Diretorias constituídas entre 1900 e 1918 no IHGP: *Primeira* Diretoria fora formada de 24 de Maio de 1900, contava com Presidente: General J. Bernardino Bormann; Vice-Presidente: Dr. Sebastião Paraná; Secretário: Romário Martins; Orador: Dr. Emiliano Pernetta; Thesoureiro: Dr. M. F. Ferreira Correia. Enquanto que a *Segunda* seria composta em 24 de Maio de 1906, e seria composta por Presidente: J. P. P. Chichorro Junior;

sua existência. Cabe lembrar que parte dos esforços realizados pelos membros do IHGP eram percebidos principalmente pelos inúmeros lugares onde se organizavam a fim de levar suas propostas e consolidar os ideias históricos que estavam em questão no cenário político-cultural daquele momento. Para Larissa Rosevics,

Entre 1900 a 1930, o Instituto utilizou como sede a Biblioteca Pública, as dependências do Club Curytibano e a residência de Romário Martins, na Rua Cruz Machado, número 269. A partir da década de 1948, o Instituto alocou-se junto ao Circulo de Estudos Bandeirantes, até receber de doação da prefeitura de Curitiba, em 1953, o terreno na rua José Loureiro, onde foi construída sua sede permanente ocupada desde 1959 (ROSEVICS, 2009, p. 75).

Além disso, durante o período 1900-1925, as atividades realizadas pelo Instituto demonstram ter significativo engajamento de alguns integrantes do grupo em detrimento de outros, esse é o caso, por exemplo, de Alfredo Romário Martins, experiente nas atividades referentes à prática do jornalismo e da editoração, e que será figura marcante e dinâmica nas quatro primeiras décadas do século XX, sendo também o Diretor dos Boletins publicados pelo IHGP entre os anos de 1918-1925.

Assim, cabe ressaltar algumas características deste espaço nos quais os saberes circulavam e daqueles que promoveram sua difusão, de forma que o que nos interessa averiguar são os procedimentos e escolhas históricas da produção científica através dos quais se realiza a construção do conhecimento histórico brasileiro. Ao compreender o IHGP como um espaço dinâmico do debate das idéias correntes e dos múltiplos conhecimentos de Brasil devemos ser considerar a seleção e inserção das temáticas que obtiveram o aval da história numa configuração coesa e homogênea, mesmo diante de um Brasil historicamente tão heterogêneo.

Vice-Presidente: Domingos Virgilio do Nascimento; 1º Secretário: Romário Martins; 2º Secretário: Alcides Munhos; Orador: Dr. João David Pernetta, Thesoureiro: Brasilino Moura; a *Terceira* Diretoria formada aos 30 de Setembro de 1911, foi formada por Presidente: Romário Martins; 1º Vice-Presidente: Dr. Sebastião Paraná; 2º Vice-Presidente: Conego João Evangelista Braga; 1º Secretário João Barcellos; 2º Secretário: Alcides Munhoz; 1º Orador: Dario Velloso; 2º Orador: JulioPernetta; 1º Thesoureiro: JulioTheodorico Guimarães; 2º Thesoureiro: Domingos Duarte; a *quarta* Diretoria constituída a 31 de Julho de 1916 formada por Presidente: Dr. Marins Alvez de Camargo; 1º Vice-Presidente: Romario Martins; 2º Vice-Presidente: Dr. Ermelino Agostinho de Leão; 3º Vice-Presidente: Coronel Telemaco Borba; 1º Secretário: Alcidez Munhoz; 2º Secretário: Francisco Negrão; 1º Orador: Dario Velloso; 2º Orador: Sr. Sebastião Paraná; 1º Tesoureiro: João Barcellos; 2º Thesoureiro: Domingos Duarte Velloso (Boletim do IHGP, 1918, p. 12-13).

2.3 A história do periódico do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense (IHGP) entre 1918-1925

Percebe-se que alguns objetivos e intenções do IHGP eram apropriados do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que no século XX se configurou como lugar de construção de um projeto de história, além de ter significado um marco para a produção dos estudos históricos sobre o Brasil. Nota-se que uma das preocupações do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense consistia na tarefa de “colligir, estudar, publicar e archivar os documentos que sirvam à historiografia do Paraná, promovendo a difusão do seu conhecimento pela imprensa e pela tribuna”⁴³, isso evidenciava que a execução de atividades no interior no grêmio para além do levantamento de dados e documentos sobre o Paraná favoreceu para que a instituição se consolidasse como um espaço de publicação de estudos que pudessem ajudar no projeto de construção da escrita de uma história do Paraná para o Brasil.

Buscando sua caracterização interna e representatividade perante a Nação, os periódicos, conforme previa o Art. VII de seu estatuto deveria ser capaz de “publicar o maior número de estudos e dados historiográficos e geográficos relativos ao Paraná” (Boletim do IHGP, 1918, p. 18). O legado deixado pelos intelectuais, a saber, os boletins do IHGP, naquele início do século XX, representava um salto qualitativo para a solução de problemas acerca da história, “[...] geographia, e, por conseguinte, sobre os diversos ramos correlativos a estas sciencias, como a ethnographia, a paleoethnologia, etc” (Boletim do IHGP, Vol. I, 1918, p. 7).

Referência importante é a análise dos periódicos realizada por ROSEVICS (2009) em sua pesquisa sobre *O Instituto Histórico e Geográfico Paranaense e a construção do imaginário regional*, cuja observação das três primeiras publicações do grêmio fez uma apreciação do IHGP e da publicação dos Boletins. Além disso, também foram importantes suas observações sobre o imaginário regional criado nos discursos produzidos nos três primeiros boletins do grêmio, pois suas abordagens sociológicas da análise do discurso buscam a compreensão da formação da nação, através da produção de um discurso histórico para a região, elemento de unificação da nação. Sendo assim, contribui quando nos ajuda a pensar o perfil dos intelectuais e suas influências na produção de um passado histórico pela produção historiográfica do grêmio em questão. O surgimento de instituições culturais e científicas foi o que viabilizou a formação de projetos coletivos, através da padronização de

⁴³ Art. I, Inciso I, Dos Fins do Instituto, Estatutos do IHGP, 03 de Junho de 1900.

suas práticas fabricaram um passado e foram responsáveis por elucidar as bases do futuro dos paranaenses.

Dando continuidade às atividades do grêmio, a quarta diretoria seria nomeada aos 31 de Julho de 1916 e organizou as atividades do Instituto até 1919, sendo responsável pela concretização da principal ação em prol da efetivação de seus objetivos: a publicação do Boletins do Instituto Histórico e Geographico Paranaense. A Diretoria constituída a 31 de Julho de 1916 é formada pelo Presidente: Dr. Marins Alvez de Camargo; 1º Vice-Presidente: Romario Martins; 2º Vice-Presidente: Dr. Ermelino Agostinho de Leão; 3º Vice-Presidente: Coronel Telemaco Borba; 1º Secretário: Alcidez Munhoz; 2º Secretário: Francisco Negrão; 1º Orador: Dario Velloso; 2º Orador: Sr. Sebastião Paraná; 1º Tesoureiro: João Barcellos; 2º Tesoureiro: Domingos Duarte Velloso (Boletim do IHGP, 1918, p. 12-13).

Em sua maioria, os integrantes do grupo que compunha o grêmio faziam parte do círculo intelectual e político do Estado, em meio a esse cenário surgiu a necessidade de criar manifestações originais que gerassem comportamentos de identificação sendo uma das principais questões da elite letrada do início do século XX. Para tanto buscavam na publicação de pesquisas a partir das fontes locais uma forma de criar uma história regional, escritas que mereceriam espaço no periódico do Instituto Histórico e Geographico Paranaense, já que os boletins representavam um novo tipo de publicação cultural e acima de tudo um espaço de investigação científica.

Mais do que apresentar a trajetória histórica das produções do Instituto Histórico e Geographico Paranaense (IHGP), nos esforçamos neste momento em descrever parte da história deste periódico que contribuiu para a consolidação da história do Paraná no cenário nacional. Com relação à organização dos boletins, ficou definido pelo Estatuto que sua responsabilidade era de incumbência de seu Diretor ou diretores, que deveriam:

- 1º - Organisar o plano pelo qual se guie esta publicação;
- 2º - Divil-a nas secções mais convenientes ao melhor methodo;
- 3º - Sómente dar publicidade a assumptos da cogitação do Instituto;
- 4º - Sómente publicar escriptos por cuja censura se responsabilise;
- 5º - Fazer transcripções de documentos do seu archivo e de outros, de reconhecido valor e authenticidade;
- 6º - Exigir a assignatura dos sócios, ou pseudonymo registrado, deuma maneira ou de outra com a aexplicação da cathegoria a que o autor pertencer, se for sócio do Instituto (Boletim do IHGP, 1918, p. 20-21 / Estatutos do IHGP, Da Revista, Cap. IV, Art. II).

A intenção de se ter uma publicação trimestral conforme foi sugerido no Estatuto da entidade (Cap. IV, Art. 1, Estatuto Aprovado em 03 de Junho 1900) não aconteceu. Dezoito anos após os festejos da inauguração do Instituto Histórico e Geographico Paranaense (IHGP) o primeiro periódico da instituição era publicado. Esse exemplar significava um momento de modernização das letras paranaense, um momento peculiar na produção de textos científicos. Reunido o grupo, suas ideias irão se fortalecer com a publicação de um periódico revelador de um discurso histórico peculiar. Para compreendermos como se escreveu a história do Paraná do início do século XX no IHGP foi necessário especular sobre um modo específico de fazer a história do Brasil.

O papel da imprensa e a relevância dos estudos que privilegiam os periódicos como fonte para os estudos históricos (GOMES, 2010; LUCA, 1998) nos permitem executar uma revisão crítica do papel desse tipo de publicação para o desenvolvimento da história da cultura nacional. Desta maneira, verificamos que revistas, assim como jornais, constituíam-se como espaços de circulação de ideias reconhecidos por Ângela de Castro Gomes como salões, os quais colocavam em exibição homens de letras a um público inusitado. De acordo com essa autora,

[...] é fundamental destacar os chamados lugares de sociabilidade intelectual (jornais, revistas, editoras, associações, etc.), que articulavam uma diversidade de atores (escritores, editores, livreiros) em torno de um projeto coletivo: uma “conduta organizada para atingir finalidades específicas” (GOMES, 2010, p. 14).

Averiguar o lugar expresso pelas revistas na historiografia brasileira a partir dos preceitos lançados por Tânia de Luca (1998) é reconhecer a importância e a dimensão que possuem os estudos históricos sobre periódicos. A autora nos fez perceber, a partir das suas considerações sobre a *Revista do Brasil*, a possibilidade de vislumbrarmos o periódico publicado pelo Instituto Histórico e Geographico Paranaense como um “veículo condutor de ideias de um grupo, parâmetro para o conhecimento da realidade histórico-social do momento de sua produção” (p. 11). Além disso, em outros estudos, ratifica suas considerações sobre a utilização dos impressos periódicos como fonte e objeto de pesquisa pela riqueza e densidade dos conteúdos publicados, nos fazendo perceber que existem “disputas em torno de interpretações e da capacidade de arregimentar, orientar e influenciar o mundo letrado e suas instituições” (LUCA, s/d, p.7).

Foram diversificadas, as instituições que desejavam difundir projetos oficiais, isso fazia com que adquirissem prestígio por meio da edição dos periódicos culturais. Desta maneira, não se pode desconsiderar o fato de que os Boletins se configuravam como uma forma de intervenção política no debate público sobre a realidade nacional. Diferente da Revista do Brasil que seguia uma política cultural, mas de viés comercial, a política editorial do IHGP também possuía o caráter cultural, mas seus fins eram especialmente científicos. Em outros termos, tais programas tinham propostas distintas sobretudo no que tange a compreensão da cultura e suas finalidades.

É importante lembrar o fato de que os Boletins são compreendidos como obras coletivas que dizem sobre a concepção e organização do conhecimento de um determinado grupo que agiu e interferiu durante um período da história paranaense na maneira de se produzir e divulgar saberes. A construção de um grupo social como o dos intelectuais nos remete ao estudo da sociabilidade de instituições que fomentaram a fabricação de periódicos que se transformaram em referências culturais e históricas e que conseguiram impor as suas ideias à história paranaense. As orientações de Jean-François Sirinelli nos permite pensar o fato de que,

as revistas conferem uma estrutura ao campo intelectual por meio de forças antagônicas de adesão [...] e de exclusão pelas posições tomadas, os debates suscitados, e as cisões advindas. Ao mesmo tempo que um observatório de primeiro plano da sociabilidade de microcosmos intelectuais, elas são aliás um lugar precisos para a análise do movimento das ideias. Em suma, uma revista é antes de tudo um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade, e pode ser, em ter outras abordagens, estudada nesta dupla dimensão (SIRINELLI, 2003, p. 249).

O grupo que se formou em torno dos Boletins são lideranças do cenário político e militar da sociedade paranaense, além disso, corroboram com a construção de uma identidade, utilizando-se da história e da ciência para tal feito. Dessa forma, confirma-se que o grupo reunido não só possuía afinidades literárias como também possuíam a força política suficiente para pretenderam fundar uma nova história para um estado criado havia menos de cinquenta anos (BELTRAMI, 2002, p. 88).

O legado deixado pelos intelectuais paranaenses nos permite analisar os processos que culminaram com a formação da história da sociedade paranaense que, naquele início do século XX, representava um salto qualitativo para a solução de problemas acerca da história, É importante considerar que no momento em que se consolidava os limites e as

especificidades de cada saber no mundo das ciências brasileiras, todas as dimensões dos estudos humanos viviam um momento de transição e um estágio de especialização.

O Instituto significaria uma associação ímpar no ramo das pesquisas científicas, isto porque pela primeira vez os conhecimentos da história e da geografia não estariam subsumidos às demais áreas, representando, portanto, o início de uma trajetória de sistematização dos conhecimentos produzidos pelo grêmio

A impressão dos dois primeiros volumes dos Boletins publicados pela entidade ocorreu inicialmente nas oficinas da Livraria mundial, depois o terceiro periódico foi editado pela Empresa Gráfica Paranaense Plácido e Silva, ambas as oficinas se localizavam em Curitiba, revelando o potencial de desenvolvimento da imprensa na capital do Estado. Nota-se que a mudança do lugar das impressões e o fato de serem impressos por livrarias distintas pode ser sinônimo da ampliação da circulação desses intelectuais e de suas propostas.

Dentre os autores que publicaram seus textos havia representantes de diversas atividades correspondentes às variadas áreas do conhecimento. O Boletim significava um veículo capaz de divulgar os escritos de seus integrantes, de evidenciar seus feitos na história do Estado e de fabricar, através de tais publicações, uma identidade paranaense. Os dispositivos simbólicos acionados pela República brasileira demonstra que no campo das letras os intelectuais não ficaram imunes e se lançaram a tal atividade patriótica.

Os Boletins revelam uma escrita da história que foi publicada como versão oficial da entidade a respeito da história do Paraná. O trabalho de celebração das oligarquias se realizava através de uma série de atividades, sobretudo, editoriais. Segundo (MICELI, 2001, p. 55), “o posto de editorialista era muito cobiçado, e para muitos escritores significou” o início de uma trajetória política. Os escritores se identificavam com os interesses políticos que divulgavam em seus escritos, além disso o êxito de suas atividades autorais poderia lhes render benesses das mais diversificadas formas.

Os debates levantados em torno dos Boletins do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense suscitam análises sobre o que foi possível ser questionado pela produção histórica da historiografia paranaense. Neste sentido, foi possível compreender parte do teor dos debates travados por um ‘grupo’ específico e que atravessaram os primeiros anos da produção da agremiação. As intenções e as propostas apresentadas, já no primeiro Boletim, apontam para o fato de que tinham “a função de analisar e propor soluções para as questões percebidas como problemas brasileiros, assim como todo o *establishment* intelectual brasileiro do início do século XX” (OLINTO, 2013, p. 111).

Dando continuidade ao programa do Instituto, o segundo periódico publicado pelo IHGP completava a proposta dos editores, o material veio à tona no ano de 1919. O terceiro Boletim do IHGP seria publicado somente no ano de 1925, tendo em vista que incidentes concorreram para o adiamento da publicação dessa edição. Em sua grande maioria, os atores do grêmio eram personalidades de destaque a política nacional, cuja maior preocupação era vincular a entidade com as diretrizes da política oficial. Assim, os Boletins do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense podem ser compreendidos como mosaicos que experimentam a ligação entre diversos pontos para explicar a quais histórias e quais projetos estavam atrelados os seus compromissos. Nas suas páginas, eram narrados os acontecimentos que contribuíram para reforçar os episódios que favoreceram os propósitos políticos do grupo que dirigia o IHGP.

As prioridades da instituição caminhavam no sentido de elaborar uma história para o Paraná, tarefa das mais urgentes a ser solucionada pelos intelectuais envolvidos nesse dilema. Agrupando diferentes setores da cultura letrada, as várias propostas civilizatórias e patrióticas acabam por apresentar um mesmo relevo identitário. O propósito civilizatório tinha o desejo de consolidar uma identidade coletiva, civilizada e moderna, tais princípios estavam associados aos preceitos de desenvolvimento cultural da província e estiveram presentes, nos ideais que permitiram a fundação do IHGP e nas publicações desta entidade num momento de modernização do Estado do Paraná.

3 CONTRIBUIÇÃO DO BOLETIM DO IHGP À HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA NO SÉCULO XX

3.1 A Questão dos Limites nas páginas do BIHGP (1900-1925)

Temática importante que aparece como uma discussão proeminente no Instituto Histórico e Geográfico Paranaense (IHGP) entre 1900 e 1925, é a questão de limites territoriais, sendo este o eixo norteador do debate que vamos expandir nesse momento da pesquisa. Essa problemática foi destaque naquele período, não só no Paraná como em todo o Brasil, os institutos históricos estão discutindo esses limites. História e geografia apareciam como conhecimentos essenciais para as definições da vida social e do meio físico brasileiro. A atuação do grêmio mostra que tais propostas foram levadas adiante. As iniciativas do Instituto Paranaense incidiam com o propósito de se construir a região Paraná através da elaboração de uma história capaz de vencer os obstáculos e construir imagens homogêneas e hegemônicas do progresso paranaense. Percebem-se peculiaridades nos debates intelectuais e políticos travados no Estado do Paraná, a saber, no IHGP, em princípios do século XX, sobretudo, em relação às indefinições geográficas do seu território, especialmente, quanto aos seus limites com os Estados de São Paulo e Santa Catarina⁴⁴, e suas fronteiras internacionais, com Argentina e Paraguai, sendo estas, motivo de disputas, até meados do século passado.

No Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), por exemplo, nesse mesmo período será: a questão de limites de São Paulo, o grande tema, o tema principal. Segundo Antônio Celso Ferreira, estudioso, da *epopeia bandeirante*, será discussão constante na Revista do referido instituto essa importância se deve ao alargamento, “nas questões limites entre São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso e Paraná” (FERREIRA, 2002, p.133). Além disso, a geografia tendia, a “crescer e a definir seus métodos, recebendo fartos investimentos dos Estados Nacionais, em processo de consolidação” (*idem*, p. 120),

⁴⁴ Muitos foram convidados pela sua atuação na defesa dos limites com Santa Catarina. Atuaram nessa área o Desembargador Bento Fernandes de Barros, original do Ceará, mas que desde o final da década de 1870 produzia trabalhos sobre os limites. Ermelino de Leão também escreveu obras nessa área, e atuou diretamente como um dos representantes legais do Estado, mais tarde. Manoel Francisco Ferreira Correia (1831-1905), outro bacharel, também possuía folhetos e mapas sobre o Paraná, alguns deles juntamente com Cândido de Abreu (1856-1918), engenheiro, Secretário Estadual de Obras e Viações Públicas nos anos que antecedem a fundação. (BELTRAMI, 2002, p. 23).

principalmente porque estes dependiam do mapeamento dos territórios para a definição da nova fronteira nacional brasileira efetuada em decorrência da consolidação da I República do início do século XX.

Neste sentido, vale assinalar o estudo realizado por Sérgio Nunes, intitulado *I Congresso Brasileiro de Geografia (1909): um “festival científico” no início do século XX*⁴⁵, que situa alguns princípios norteadores da geografia naquele momento, principalmente sobre “a identificação estabelecida entre progresso científico e expansão do horizonte geográfico” (2010, p.164). Este trabalho ajuda a entender que a Geografia atuava com a finalidade de atender a situação excepcional do Brasil por ser encarada como um meio de ação profícuo para legitimar o território nacional e trabalhar pela consecução do conhecimento exato do Brasil.

Os silêncios sobre os aspectos geográficos brasileiros deveriam ser cessados por meio da execução de escritos e estudos cujos dados ajudariam no conhecimento das regiões brasileiras. Em *Método crítico e escrita da história em Capistrano de Abreu (1853-1927)*, Maria da Glória, nos ajuda a entender a partir de Capistrano de Abreu, um dos historiadores mais influentes do período, o panorama da escrita da história no Brasil. Segundo a autora, a insistência no uso da geografia foi uma constante na narrativa histórica daquele momento, de forma que àquele historiador trouxe à cena dos escritos historiográficos assuntos que estavam relacionados com o problema da unificação do espaço territorial brasileiro. Percebe-se o alcance que esta problemática iria assumir nos estudos históricos, segundo Capistrano de Abreu, essa temática se consolidaria como algo especial. A importância da questão do espaço territorial brasileiro, fez com que, defendesse a investigação da ocupação do território interior, e não apenas o litoral, uma vez que, para Capistrano, somente assim “se completaria o projeto de uma verdadeira história pátria” (OLIVEIRA, 2006, p. 47).

Outra estudiosa de João Capistrano de Abreu é Denise Botmann, que em *Padrões Explicativos da Historiografia Brasileira* (1999) apresenta um detalhado estudo da obra daquele historiador. Num dos momentos de sua densa análise sobre Capistrano de Abreu se atentou em descrever a dimensão que o ‘sertão’ passou a ocupar nos escritos do autor, definindo seu interesse pelo fato de significar “a base empírica que permitirá a legal definição do contorno do país” (BOTMANN, 1999, p. 32). Esse tema será uma das expressões máximas da sua história nacional, pois entende que a força desse país “encontra-se na

⁴⁵ A realização do I Congresso Brasileiro de Geografia foi uma organização da Sociedade de Geografia, fundada no Brasil em 1878, bem como da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, que iniciou suas atividades em 1883 (NUNES, 2010, P. 163), tal atividade buscava reformular as pretensões da Geografia no Brasil.

conjugação do vasto território que se expande continentalmente – e não litoraneamente” (idem, p. 31), de onde, afirmava ser esse o movimento que deu os “contornos efetivos do território” (idem, ibidem).

O movimento de adentrar as regiões do interior significava, antes de tudo, “as vitórias sobre a geografia do território” (idem, ibidem). O interesse pelo sertão, de olhar o interior do território, nos fez perceber a proximidade de alguns aspectos da produção de João Capistrano de Abreu entre as publicações do Boletim do IHGP. Cabe dizer que além de sócio do IHGB, foi admitido pelo Instituto Paranaense, em 05 de Agosto de 1916. Aludimos para o fato de que essa aproximação pode significar certa influência da obra de Capistrano nas escolhas das temáticas históricas dos textos selecionados para figurar no periódico do IHGP, que por sua vez, deveria reunir e publicar mais e mais documentos que comprovassem a história da formação do território paranaense.

A exploração do “sertão desconhecido” (Boletim do IHGP, 1918, , p. 194), era uma das tarefas dos estudos realizados. Uma publicação no Boletim do IHGP, *Investigações sobre o sertão paranaense, questões a estudar em relação aos princípios da nossa história*⁴⁶, de Guilherme Shüch (1820-1908) - Barão de Capanema⁴⁷ -, consiste em prova incontestável desse movimento de exploração ao interior do país, tais *investigações* seriam importantes para o objetivo de demarcação do território nacional principalmente através da abertura de estradas. Isso seria possível mediante o levantamento de documentação de estradas antigas que pudessem cooperar para com o prolongamento das viações existentes até aquele momento, para o Barão de Capanema, nas considerações que fez após a sua passagem pelo sertão paranaense, era importante, que as estradas fossem planejadas de forma a “estabelecer comunicação com o litoral para transporte de productos” (SHÜCH, 1918, p. 310).

Seguindo a descrição dos eventos que, naquele momento, eram considerados de relevância histórica e que contribuíram para a consolidação do território paranaense, o Boletim do IHGP, traz na edição de 1919, *Viagem de Exploração*⁴⁸, o resumo do itinerário de uma viagem exploradora, realizada pelo norte-americano radicado no Brasil John Henrique

⁴⁶ SHÜCH, Guilherme. *Investigações sobre o sertão paranaense, questões a estudar em relação aos princípios da nossa história*. In: Boletim do IHGP, 1918, p. 299-310.

⁴⁷ Guilherme Schüch (1820-1908), Barão de Capanema, estudou engenharia, matemática, botânica e foi responsável pela instalação da rede telegráfica nacional. Participou de diversas instituições científicas que surgiram no século XIX e dentre elas foi um membro ativo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no qual foi diretor da Seção Geológica e Mineralógica (ROSEVICS, 2009, p. 101).

⁴⁸ ELLIOT, John. *Viagem de Exploração*. In: Boletim do IHGP, Livraria Mundial: Curitiba, 1919, p. 70-80.

Elliot⁴⁹, e que tinha como um de seus objetivos demarcar o traçado do território que nascia. Cabe lembrar, que Elliot contribuiu com tal questão sendo responsável pela elaboração de materiais corográficos que muito contribuíram para a então Província do Paraná. Esta expedição foi nomeada pelo Barão de Antonina⁵⁰, que buscou realizar tal empreendimento pelos “rios Verde, Itararé, Paranapanema e seus afluentes, pelo Paraná, Ivahy, e sertões adjacentes” (ELLIOT, 1919, Vol. II, p. 73). Podemos notar a concentração de esforços para adentrar ao interior do território paranaense contribuindo para a definição dos contornos do Estado, pelo menos a sul, oeste e norte.

Através das publicações do grêmio podemos notar que, a questão de limites se configurou num importante debate no interior do IHGP. A publicação de *Partilha Internacional – Dos Grandes Saltos do Iguassú*⁵¹, de Edmundo Barros, por exemplo, era um indicativo da dimensão dessa discussão. O texto busca ressaltar a importância em se estabelecer uma linha divisória que demarcasse o domínio eminente nacional naquela fronteira internacional (Brasil-Argentina), baseado no princípio do *talweg*, expressão jurídica alemã tratada para os assuntos relativos a fronteiras que utilizam rios ou volumes de água como limite (ROSEVICS, 2009, p. 84). A utilização dos rios para a demarcação e organização das fronteiras paranaenses, também significava a possibilidade de “aproveitamento de quedas para os fins industriais” (BARROS, 1919, p. 16), demonstrando, por extensão, a importância estratégica de incorporação desse espaço regional a nação brasileira.

Para a historiadora Liliane Freitag (2007), que em sua obra *Extremo-oeste paranaense: história territorial, região, identidade e (re)ocupação* apresentou as construções identitárias tecidas em torno da região extremo-oeste paranaense, área situada na fronteira internacional entre (Argentina, Paraguai e Uruguai). De acordo com essa autora,

no ano de 1895, época em que se definiram limites territoriais entre Argentina e Brasil, torna-se evidente que a edificação de traçados cartográficos paranaenses, não consistem em meras demarcações para o

⁴⁹ John Henrique Elliot nasceu nos Estados Unidos e aos 16 anos mudou-se para o Brasil, terra que se tornou sua pátria após alistar-se ao exército e ser convocado como tenente para lutar na guerra da Cisplatina. Além da patente militar, também foi escritor, geógrafo e aquarelista, participando de diversas expedições nas regiões dos atuais estados do Paraná, São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (ROSEVICS, 2009, p. 92).

⁵⁰ João da Silva Machado (1782-1875). Nascido no Rio Grande do Sul, iniciou sua vida como alfaiate e feitor de fazenda, até decidir seguir carreira militar e política e fazer fortuna na região do Paraná. Encarregou-se de diversas explorações no território e enquanto representante da Quinta Comarca na Assembléia Provincial de São Paulo, foi encarregado de dirigir uma série de obras públicas como abertura de estradas, recuperação e conservação de antigas. Quando da emancipação do Paraná, assumiu uma vaga no senado imperial (ROSEVICS, 2009, p. 91)

⁵¹ BARROS, Edmundo. *Partilha Internacional dos grandes saltos do Iguaçu*. In: BIHGP, 1919, p. 70-80.

espaço, mas, sobretudo, estratégias de reger sua ocupação, informar sobre ele, e por consequência inventariar possíveis riquezas nele existentes. Assim entendida, a construção dessa história regional se dá, entre práticas políticas, e representações como um modo de fazê-la existir (FREITAG, 2007, p. 45).

É importante notar como e por quais meios o território nacional foi aos poucos sendo consolidado. Nesse sentido, o estudo de Edmundo Barros publicado pelo IHGP contribuiu para o levantamento topográfico da região, cujo território de 25.000 hectares seria utilizado no futuro para a construção do “*Parque Nacional*”. A ocupação territorial de fronteira internacional paranaense passou a ser lugar e cenário de novos empreendimentos e personagens que apareceram mediante o processo de exploração e colonização desta área.

A demarcação das fronteiras pátrias também foi tema do artigo de Ermelino de Leão, publicado no Boletim de 1925 e intitulado *A Conquista do Guayrá*⁵², que buscou evidenciar tais avanços fronteiriços a partir das reduções jesuíticas e das incursões bandeirantes no século XVII. O fato da história do Paraná ser atravessada por eventos que se inserem no contexto da história das bandeiras paulistas levou o autor a descrever a importância da campanha decisiva de 1628, investida bandeirante “fatal para as reduções do Guayrá, qual eficaz para a causa nacional” (LEÃO, 1925, Vol. III, p. 8). Tal escolha demonstra que uma das tentativas era a ideia do autor em consolidar a história do Paraná como um desdobramento dos feitos dos bandeirantes os ‘civilizadores’ dos nossos sertões.

Outra publicação que buscou expor a jurisdição das fronteiras do Estado do Paraná, a fim de legitimar os limites geográficos sob domínios paranaenses, foi o trabalho: *Os limites dos municípios do Paraná – Relatório de 1916*⁵³, de autoria de Enéas Marques dos Santos, à época Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública. Neste texto se atentou em descrever as informações prestadas pelas prefeituras municipais, dos limites administrativos e jurídicos dos 50 municípios existentes no Paraná desde as primeiras povoações no século XVII até aquela época. Os municípios existentes até então no Estado do Paraná, eram: Antonina, Araucária, Assungy de Cima, Becayava, Campina Grande, Campo Largo, Castro, Clevelândia, Colombo, Coritiba, Conchas, Deodoro, Entre Rios, Guarakessaba, Guarapuava, Guaratuba, Iguassú, Imbituva, Ipiranga, Iraty, Itaipolis, Jaboticabal, Jacareziho, Jaguariahyva, Lapa, Morretes, Palmas, Palmeira, Palmyra, Paranaguá, Pirahy, Ponta Grossa, Porto de Cima, Prudentópolis, Ribeirão Claro, Rio Banco, Rio Negro, Santo Antônio da Platina, S. João do Triunfo, S. José da Boa Vista, São José dos Pinhães, São Mateus, São Pedro de Mallet, Serro

⁵² LEÃO, Ermelino de. *A Conquista do Guayrá*. BIHGP, Empreza Placido e Silva & Cia Ltd.:Curitiba, 1925, p. 3-8.

⁵³ MARQUES, Enéas. *Os limites dos Municípios do Estado do Paraná em 1916*. In: BIHGP, 1919, p.27-49.

Azul, Tamandaré, Tomazina, Tibagy, Timbó, Três Barras, União da Vitória (SANTOS, 1919, p. 49). Seus limites foram instituídos mediante a execução de leis, subsidiadas por diversos estudos realizados a partir da tentativa de legitimar por meio da fabricação de documentos históricos e geográficos (relatórios, mapas, opúsculos) os contornos do território paranaense.

Outra preocupação latente foi com relação aos limites de Curitiba. No texto *O Rio da Villa*⁵⁴, de João Pamphilo Veloso d'Assumpção⁵⁵ tal questão fica evidente, sobretudo porque procurou expor versões da localização do rio da Vila, esclarecendo algumas questões da história contemporânea de Curitiba. A possibilidade de verificar aspectos geográficos que contribuíram para a formação histórica da região, a exemplo dos rios, foi importante para que a região fosse descrita e reconhecida. Seu interesse e posicionamento, em relação às opiniões sobre o rio da vila, iam à contramão daqueles que afirmavam ser esse o Rio Ivo, para ele, “pode-se pois dizer-se que o *chamado Rio da Villa naquela época, era o Bacachery*” (Boletim do IHGP, 1925, p. 13).

Ora, é exactamete o Bacachery que toma o rumo noroeste, seguindo-se rio acima; e, prosseguindo-se nesse rumo, vae se ter ao Bariguy, como vimo com a demarcação do Roccio [...]. Portanto, parece fora de duvida que o rio Ivo não é o *antigo rio da Villa*, [...] não é também o *Rio da Villa*, em cuja margem se foi concentrado a nossa cidade hoje [...] O rio da Vila era o Bacachery (Boletim do IHGP, 1925, p. 14).

Seu estudo foi resultado da análise que realizou após o levantamento de uma série de documentos que acabaram contribuindo para a descrição do Paraná do século XVIII. Segundo o autor, foram “dois documentos preciosos collectaneados [...], falam no *ribeiro chamado Rio da Villa* [...]” (ASSUMPÇÃO, 1925, p. 12), sendo eles, os “termos de medição que fizeram os officiaes da Camara em 16 de Setembro de 1721 e a 17 do mesmo mez e anno, ambos para se demarcar o Rocio da Villa, a rumo de nordeste e noroeste” (idem, ibidem).

A já reconhecida Vila de Curitiba foi incorporada aos domínios do Estado Português no século XVII, quando então a região passou a ser alvo das iniciativas de exploração do estado brasileiro. Esse processo de exploração e reconhecimento do território brasileiro nos fez pensar no papel dos viajantes para a compreensão da história paranaense, sobretudo, pela dimensão e importância dos seus relatos de viagem e das narrativas que faziam alusão ao

⁵⁴ ASSUMPÇÃO, João Pamphilo Veloso. *O Rio da Villa*. In: BIHGP, Empreza Placido e Silva & Cia Ltd: Curitiba, 1925, p. 9-14.

⁵⁵ João Pamphilo Veloso d'Assumpção (1868-?), exerceu os ofícios de advogado e professor de direito na Universidade do Paraná (ROSEVICS, 2009, p. 91).

contexto histórico de lugares distantes do território paranaense. Essas narrativas ajudaram a moldar discursos e projetos de exploração no interior do Estado, de forma que tais descrições a respeito das paisagens, natureza, riqueza do solo foram essenciais para a consolidação das fronteiras do Paraná.

Exemplo disso foi o relato elaborado por José Candido da Silva Muricy⁵⁶, Francisco Antonio Monteiro Tourinho⁵⁷ e José Loureiro de Sá Ribas⁵⁸ e publicado com o título de *Descrição Geral da Província do Paraná em 1867*⁵⁹, como resultado das expedições realizadas por esses três políticos paranaenses, que, dentre outras finalidades, buscou expor as condições fronteiriças da província, que naquele momento se limitava

ao norte com a de São Paulo; ao sul e sudeste com a província argentina de Corrientes; ao sul e sueste com as províncias de Rio Grand e Santa Catharia; e, finalmente a leste é banhada pelo Atlântico [...]. Servem-lhe de extrema os rios Itararé, Paranapanema, Paraná, Iguassú, Santo Antonio, Peperi-guassú, Uruguay, Sahy-guassú, e as serras do Espigão e do mar (MURICY et. al., 1919, p. 89).

Além de elaborar um texto sobre as condições geográficas e capacidades fluviais, buscou-se apresentar o Paraná como um lugar promissor, possuidor de riquezas naturais e minerais. Assim, era importante ressaltar as potencialidades, consideradas atrativos de colonização para a região. Segundo os dados apresentados, o Paraná deste período possuía “tão vasto território apenas habitado por 102.000 almas” (MURICY et. alii, 1919, p.90), de onde se permitiam pensar que esta região do país era considerada um espaço que estava a espera de civilização.

O trabalho analisado também pode ser considerado uma produção que serviu de propaganda da recém-emancipada Província. Além disso, os autores destas descrições deixaram claro, a importância da participação dos poderes do Estado quanto à necessidade de “aproveitar todos os meios de engrandecimentos nacional [...] estudando as necessidades mais urgentes, já mandando explorar os rios, já novas veredas de comunicação terrestre”

⁵⁶ José Cândido da Silva Muricy (1827-1879), médico natural de Salvador, enviado ao Paraná em 1853 como tenente cirurgião, chegando a cargos políticos como de deputado da província e um dos fundadores do Museu Paranaense (ROSEVIS, 2009, p. 90).

⁵⁷ Francisco Antonio Monteiro Tourinho (1835-1883), natural do Rio de Janeiro, era militar e engenheiro, exercia a função de auxiliar na comissão da estrada de rodagem Dona Francisca, além de ter dado continuidade ao projeto da estrada da Graciosa (ROSEVICS, 2009, p. 90).

⁵⁸ José Lourenço de Sá Ribas (1820-?), advogado e membro da Assembléia provincial (ROSEVICS, 2009, p. 90).

⁵⁹ MURICY, José Candido da Silva et. alii. *Descrição Geral da Província do Paraná em 1867*. In: BIHGP, Livraria Mundial: Curitiba, 1919, p. 87-101.

(MURICY et. alii, 1919, p. 94). Disso resultaria a possibilidade de fazer levantamentos sobre seus rios, tipos de solo, clima e a infra-estruturas existente até então, de maneira que fica evidente que a publicação do relatório no periódico do IHGP contribuiu para a consolidação da visão e dos projetos de colonização e civilização previstos ao Paraná por um grupo político específico. Concluindo, os autores do texto acima analisado afirmavam descrever sucintamente a província do Paraná com informações sobre “a população, commercio, produtos naturaes, agrícolas e industriaes, das distancias de um diagramma da viação actual” (idem, p. 100).

No território paranaense as expedições de exploração faziam parte de uma proposta que buscava evidenciar que além do território, novas fronteiras econômicas deveriam ser conquistadas a fim de que “no futuro viessem coincidir com as fronteiras políticas da nacionalidade” (FREITAG, 2007, p.32). A necessidade de escoar os produtos fez com que a construção de estradas de rodagem se apresentasse como possibilidade para o aquecimento industrial, comercial, e por fim, como mecanismo de civilização, tais realizações a serem vivenciadas nos sertões paranaenses surgiam como promessas de um futuro promissor.

3.1.1 A construção de estradas: narrativas dos rumos da civilização

Os diversos conhecimentos produzidos sobre o Paraná de fins do XIX e princípios do século XX nos remetem à vocação da valorização de seus signos identitários através dos elementos característicos e da definição do seu território, principalmente se considerarmos ser este um dos principais entraves vivenciado pela elite local de princípios do século. Durante a trajetória do Instituto Histórico e Geographico Paranaense no início do século XX, vários conhecimentos foram desenvolvidos, mas os efeitos do conhecimento historiográfico são abordados aqui como sendo um dos mais significativos.

Notamos que a preocupação com a construção de estradas passou a ser um debate central por parte do governo, tanto é que o descontentamento para com as calamidades das estradas e a falta de consideração destas por parte do Poder Público foi exposto, por Moreira Garcez⁶⁰, no Primeiro Congresso Brasileiro de Estradas de Rodagem (1916)⁶¹. Por ser

⁶⁰ João Moreira Garcez era engenheiro civil e por vezes peça importante na política do estado na discussão de assuntos técnicos. Um dos principais trabalhos que desenvolveu a pedido do governo foi em 1919, quando foi enviado à área contestada entre Paraná e São Paulo, como perito para discutir os limites entre os dois estados (ROSEVICS, 2009, p. 80).

considerado assunto proeminente e, próximo aos ideais defendidos pelos intelectuais do IHGP, foi publicado no Boletim de 1918, quando a construção de estradas foi apresentada como indicativo de um processo de modernização do qual o Paraná começava a fazer parte. Para o autor,

a vinda da locomotiva levou a um descaso para com as estradas de rodagem, sendo mesmo que algumas delas desapareceram por completo, como foram os casos “União e Industria” e “Graciosa e Vergueiro”. Estas mesmo destruídas eram utilizadas como exemplos de construção das estradas modernas (GARCEZ, 1918, p. 25).

As estradas do Paraná eram o principal foco dos estudos do Dr. Moreira, sua preocupação consistia em trazer ao conhecimento de todos o desenvolvimento e a eficiência desse meio de comunicação no Estado do Paraná. Para tanto, descreveu em seu estudo, as estradas de rodagem que estavam em processo de construção ou reconstrução, pois acreditava ser esse um dos feitos mais notáveis para a viação nacional, significava “reaes vantagens ao Comercio e à Industria do Paraná” (GARCEZ, 1918, p. 26-27).

No relatório publicado no primeiro volume do Boletim do IHGP, o autor buscou descrever as condições das estradas existentes nas regiões visitadas no Paraná até o momento. A viabilidade das construções de novas estradas de rodagem, sua infraestrutura, toda uma série de dados que pudessem “facilitar o estabelecimento do intercambio dos produtos entre os mercados consumidores e produtores” (GARCEZ, 1925, p. 30). Neste caso, expõe suas ideias sobre uma solução viável para o problema de viação e de comunicação vivenciado no Paraná em princípios do século XX, de forma que suas informações buscam colocar em prática ou até mesmo assegurar a conservação ou construção do pavimento estradal nesta região brasileira. A modernização da infraestrutura pública demonstrava como e por quais meios à modernidade ia sendo consolidada em território paranaense especialmente pelo fato de tais ações repercutirem nas realizações do Estado, para quem tal empreendimento era considerado indicativo de inserção ao patamar de Estado civilizado, moderno.

Esse processo de abertura e construção de estradas atravessava a questão das fronteiras geográficas paranaenses. A publicação de *A confluência do Ygoassu no Rio*

⁶¹ GARCEZ João Moreira. MEMÓRIA – Apresentada pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez (Delegado do Estado do Paraná) – Primeiro Congresso Nacional de Estradas de Rodagem – Instalado na Capital Federal no dia 12 de outubro de 1916. In: BIHGP, 1925, p. 23-53.

*Paraná*⁶² de Caetano Manoel de Faria e Albuquerque, também conhecido como Visconde de Mont' Alegre, no Boletim do IHGP de 1919 é indicativa das explorações que foram feitas no Paraná no século XIX ordenadas pelo governo de então, ano de 1851, com finalidades de consolidar caminhos e averiguar as potencialidades da região. A exploração desta região do Estado foi incentivada pelo governo principalmente, com a liberação de recursos, resultando em investimentos para a região considerada próspera. Em *Far West Paranaense*⁶³, Edmundo Mercer⁶⁴, chama atenção para a necessidade de cuidar dessa região do Guayrá, entendida como um importante entreposto comercial. Para ele,

o Paraná (o Estado), não estava nos “Campos Geraes”, e sim nos seus sertões de Oeste. A nossa descrição de hoje, se bem que a reconhecamos de pouco valor, prova a verdade dessa afirmativa, pondo em relevo as “riquezas mortas” que ahi estão acumuladas á espera do homem, do capital e da inteligência, para manifestarem-se em força productiva, assombrando o resto do Paiz com a sua opulência florestal e agrícola (MERCER, 1925, p. 73).

A busca pela modernização era um dos anseios do Estado com a exploração da região de fronteira. *O Parque Nacional do Guayrá*⁶⁵ consistiu primeiramente numa estratégia de povoar a região extremo-oeste, além disso, foi uma tentativa de assimilar para a realidade brasileira, uma experiência que aconteceu nos Estados Unidos, nas cabeceiras do rio Yellowstone, junto as Rocky Mountins, da realização de um Parque Nacional, que por sua vez, deveria ser apropriado a região de Guayrá. Tal obra evidenciaria esta região do Brasil como moderna. O texto de André Rebouças⁶⁶, publicado no periódico do IHGP, pode ser entendido como um “esforço de propaganda” (REBOUÇAS, 1918, p. 164), para melhorar tal localidade com a construção de estradas, pontes, passeios, jardins, tudo o que pudesse adequar à região ao povoamento desejado, neste caso, através da consecução de um parque nacional.

⁶² ALBUQUERQUE, Caetano Manoel de Faria. *A confluência do Ygoassu no Rio Paraná*. In: Boletim do IHGP, Livraria Mundial: Curitiba, 1919, p. 51-57.

⁶³ MERCER, Edmundo. *Far West Paranaense*. In: BIHGP, vol. III, 1925, p. 71-78.

⁶⁴ De acordo com Rosevics (2009, p. 85), Edmundo Alberto Mercer (1878-) foi ligado à política estadual, como deputado estadual entre 1928 e 1931, ficou mais conhecido por ter sido Comissário de Terras e latifundiário, sendo responsável pela região de Tibagi, de onde publicou alguns mapas, e pelo seu trabalho para o Serviço de Agrimensura.

⁶⁵ REBOUÇAS, André. *O Parque Nacional do Guayrá*. In: Boletim do IHGP, Livraria Mundial: Curitiba, 1918, p. 157-168.

⁶⁶ André Rebouças, engenheiro que esteve envolvido pessoalmente no projeto da construção de uma estrada de ferro que ligaria o litoral do Paraná e Mato Grosso (ROSEVICS, 2009, p. 90).

Em 1919, Monteiro Tourinho, publica no Boletim do IHGP, *A nova Guayra*⁶⁷, onde expõe uma das preocupações latentes naquele período que consistia na efetivação de políticas de colonização e civilização desta região, também denominada, *extremo-oeste paranaense*⁶⁸. A preocupação do autor consistiu em apresentar as deficiências e potencialidades da região, a fim de denunciar “n’esse torrão fértil as sementes da futura Comarca da Nova Guayrá”, pois deveria se desenvolver sob as “ruínas de Ciudad Real” (TOURINHO, 1919, vol. II, p. 63). Além disso, convém mencionar que essa era uma área extensa a de fronteira internacional, que devia ser, portanto, povoada e guardada. Segundo FREITAG (2007, p. 72) “as terras a extremo-oeste paranaense⁶⁹ permaneciam, nas primeiras décadas do regime Republicano, sob domínio econômico de estrangeiros, e assim conservaram-se até as primeiras décadas do século XX.” A superação da ideia de vazio e isolamento através dos investimentos aos sertões paranaenses iria trazer à tona o desconhecido e próspero sertão do Guayrá, uma região que para os interesses nacionais ‘clamava’ “pela colonização como saída possível para a civilização” (FREITAG, 2007, p. 188).

Verificamos que as dificuldades de acesso a região da fronteira internacional extremo-oeste paranaense aos poucos se configurou como mais uma preocupação dentre tantas outras que deveriam ser sanadas, no entanto, convém frisar, que ao tornar-se uma questão política, o assunto prioritário se estenderá ao tema “povoamento”, pauta que será foco governamental até meados do século XX. Também podemos notar a concentração de esforços em se construir núcleos de povoamento em outras regiões do interior do território paranaense contribuindo para a definição dos contornos do Estado, pelo menos a sul. *O povoamento do Rio Negro*⁷⁰, de Francisco Negrão, nos ajuda a pensar neste que foi o primeiro centro colonial e o primeiro posto agrícola experimental do Paraná. Segundo o autor, seriam os imigrantes, colonos estrangeiros, principalmente os alemães, os responsáveis por colonizar tais terras, de onde, é possível afirmar como, “o elemento nacional da região sentiu o forte influxo de ideias civilizadoras” (NEGRÃO, 1925, p. 34). Os interesses de ordem econômica, política e militar, aconselhavam o Governo a promover o povoamento da “pitoresca Cidade do Rio Negro” (idem, p. 29), através da re-abertura da “Estrada da Matta”, afim de ligar São Paulo ao Rio Grande do Sul.

⁶⁷ TOURINHO, Monteiro. *A nova Guayra*. In: Boletim do IHGP, Livraria Mundial: Curitiba, p. 59-64.

⁶⁸ Substratos e detalhes sobre o contexto da (re)ocupação do território extremo-oeste paranaense. Consultar o estudo realizado por (FREITAG, 2007).

⁶⁹ As dificuldades de acesso a fronteira internacional extremo-oeste paranaense, dentre os inúmeros impedimentos da uniformidade regional, torna a região uma questão política (FREITAG, 2007, p. 46).

⁷⁰ NEGRÃO, Francisco. *O povoamento do Rio Negro*. In: Boletim do IHGP, Empreza Placido e Silva & Cia Ltd: Curitiba, 1925, p. 27-34.

Por aviso régio de 30 de setembro de 1820, foi determinado ao Governo de S. Paulo que providenciasse no sentido de ser aberta a “Estrada da Matta” para que – “por ella podessem passar as manadas de gado vacum e cavalari que vinham sem passar as manadas de gado vacum e cavalari que vinham do Rio Grande para S. Paulo” (idem, *ibidem*).

3.2 Impressões sobre o episódio do Contestado

A fundação do Instituto Histórico e Geographico Paranaense significou uma conquista para os intelectuais da capital, o grêmio nascia com o trabalho e dever de “tornar-se um poderoso auxiliar do Poder Público, reunindo dados e estudando documentos, para a exacta determinação official dos “(...) limites com Santa Catarina” (Boletim do IHGP, 1918, p. 07). A bem dizer, a questão de limites surgiu mediante a criação da Província pela Lei Imperial n. 704, de 29 de Agosto de 1853, que emancipou a 5ª Comarca da Província de São Paulo. No entanto, não definiu expressamente a situação dizendo apenas que “sua extensão e limites serão os mesmos da referida Comarca”(COSTA, 1994, p. 129), fazendo com que o Paraná nascesse territorialmente indefinido. Isso foi o suficiente para que Santa Catarina passasse a se projetar muito além de seus domínios reais. De acordo com Liliane Freitag (2007), em seus apontamentos sobre as redefinições do território paranaense, observamos que,

O Estado do Paraná tivera suas fronteiras cartográficas delineadas a partir da separação de São Paulo e Minas Gerais da administração do Rio de Janeiro. O traçado de seu território foi, no entanto entre os anos 1853 e 1920 alterados sistematicamente (p. 24).

A busca do Estado em firmar e se definir territorialmente, devido a sua recente existência autônoma, faria com que as preocupações acerca dos contornos de seu território fossem algumas das inquietações de sua elite política; o que implicou no fato de que definir seu território passou a ser uma preocupação a ser sanada. A problemática territorial faria com que houvesse uma

(...) disputa interna entre os Estados do Paraná e de Santa Catarina pela definição entre suas fronteiras, embate esse que se estendeu ao longo de

dezesseis anos. Conhecida como região do Contestado, a área em litígio inclui atualmente localidades tais como Palmas, Campo Erê, União da Vitória e Porto União (FREITAG, 2007, p. 41).

A Guerra do Contestado seria vivenciada entre os anos de 1912-1915. Verificamos que esse evento ocorreu concomitante aos anos iniciais da existência do IHGP, de forma que a instabilidade vivenciada pela instituição era em decorrência da dedicação empreendida por seus integrantes nas atividades referentes às questões políticas e militares vivenciadas naquele momento. Tais disputas políticas permearam a tentativa de legitimação das fronteiras paranaenses através das representações cartográficas nos anos iniciais da República, como a exemplo das que foram elaboradas por dois estudiosos de destaque Sebastião Paraná⁷¹ e Romário Martins⁷². Para Larissa Rosevics, como integrantes do IHGP, esses autores,

procuraram defender as fronteiras e os interesses econômicos do Paraná. Produziram leis, projetos e estudos que pudessem favorecer o estado, como aqueles sobre os limites com Santa Catarina. Construíram prestígio [...] valores e projetos para a nascente instituição paranaense (ROSEVICS, 2009, p. 59-60).

A formação do território paranaense foi resultado também de muitos acontecimentos nefastos. O surgimento de conflitos gerados por conta desse processo de delimitação de fronteiras tiveram desfechos ou consequências graves que até hoje continuam silenciadas pela historiografia. Trazer ao conhecimento o detalhamento de tais acontecimentos que contribuíram para a formação do território paranaense não é o nosso mote principal da pesquisa, mas serviu para chamar nossa atenção sobre a presença e dimensão desse debate nos Boletins analisados. Porém, são diversas as fontes e os debates sobre o episódio, de onde nos ocorreu apresentar dentre outras leituras aquilo que foi publicado nos boletins e que sinaliza para uma discussão do tema em questão.

Para a historiadora Katia Abud, em estudo sobre *A construção das fronteiras brasileiras: uma tarefa de historiadores*, o debate da extensão territorial foi um elemento

⁷¹ Sebastião Paraná de Sá Sotto Maior (1874-1938) foi deputado estadual no início do século XX (1902-1903), no entanto, sua presença mais marcante na história paranaense foi como juiz de direito, professor e escritor. Suas obras se estendem da literatura à história (ROSEVICS, 2009, p. 60).

⁷² Além de contribuir com a reunião de documentos em vários arquivos nacionais e a configuração de mapas opúsculos sobre as fronteiras do Estado do Paraná, Romário Martins, contribuiria para a questão, confeccionando uma série de textos, tais como: (1901) Limites a Suéste; (1901) Motivos da elevação de Curitiba a Província; (1902) Argumentos e Subsídios sobre a Questão de Limites; (1904) Rio Sahy; (1909) Santa Catharina versus Paraná; (1910) Limites inter-estadaoes; (1910) Mappa histórico da questão de limites; (1910) Lages; (1910) Catalogo de Mappas dos Seculos XVII e XIX ; (1911) Litigio Territorial entre o Paraná e Santa Catharina; (1911) Mappa do Estado do Paraná para o estudo da questão de limites com o de S. Catharina; (1911) – O litigio em face do Accordam de 6 de julho de 1904 – Artigos de Imprensa.

importante na composição da identidade brasileira. Para ela, “a importância da integridade territorial tem sido destacada por nossos historiadores desde que no Brasil se começou a elaborar uma história brasileira com a produção dos sócios do IHGB” (ABUD, 1999, p. 379). Isto porque “até o final do século XIX e início do XX, na produção histórica, a questão de delimitação do território era definida basicamente em dois cenários: o militar e o diplomático” (ABUD, 1999, p. 381). Sendo que, neste período, os acordos diplomáticos e os tratados que estabeleceram limites, foram sempre os pontos principais para os estudos sobre a ocupação de terras.

Com relação ao desencadeamento dos acontecimentos entre o episódio do Contestado, é importante lembrar que o IHGP publicou em suas páginas, o artigo *A União do Paraná e Santa Catarina*⁷³, texto de autoria de Silvio Romero⁷⁴, que fez parte da edição do Boletim de 1918. Podemos verificar certa preocupação do grêmio para com a questão, sobretudo, pela opção em se publicar uma série de artigos do fato. Ao ressaltar sua visão patriótica e harmônica das grandezas brasileiras, o escritor sergipano demonstrava posicionamento favorável ao discurso de unidade e integração nacional. A fusão dos dois Estados seria em sua opinião exemplo a ser seguido nas demais regiões, já que considerava ser “extravagante a divisão territorial do Brazil” (ROMERO, 1918, p. 77). Para Silvio Romero,

a actual situação de Santa Catharina e Paraná justamente faz com que se apresente a melhor oportunidade para se abrir o patriótico precedente de um auspiciosissima união. Tal facto nem é novidade, nem pode ser taxado como coisa anormal ou irregular. É salutarissima providencia, uma das mais acertadas [...]. O art. 4º da Constituição da Republica [diz]: Vejam todos, veja o povo: “Os Estados podem *incorporar-se entre si*, subdividir-se ou desmembrar-se para annexar-se a outros, ou formar novos Estados [...] (idem, 1918, p. 79).

Nota-se que o autor era contrário ao conflito entre os dois Estados em questão. Para ele, esse episódio, além de representar um problema de definição das fronteiras republicanas, compreendia “o real perigo” que “advem da inadequada divisão política de nossas ex-províncias, hoje estados” (ROMERO, 1918, p. 77). Suas propostas eram favoráveis a tal

⁷³ ROMERO, Sylvio. A União do Paraná e Santa Catharina – O Estado do Iguassu. Extractos de uma serie de artigos publicados no Jornal A Época, da Capital Federal, em novembro de 1912. In: BIHGP, Vol. I, 1918, p.73-98.

⁷⁴ Sílvio Romero nasceu no Sergipe e ficou conhecido por seus estudos e escritos sobre a literatura brasileira. Bacharel em direito, foi deputado provincial por Estância/SE. Mudou-se para o Rio de Janeiro ainda no século XIX, onde se dedicou ao ofício de professor, pesquisador, escritor e político, tendo exercido o cargo de deputado federal entre os anos de 1900 e 1902. Assim como a maioria dos homens públicos de seu tempo, era membro de instituições de prestígio. (ROSEVICS, 2009, p. 105).

fusão, justamente por essa pendência de limites ser responsável pela agitação em que se encontrava as populações dos dois Estados “pendência que póde degenerar em medonha luta civil” (idem, p. 79). A sugestão do autor para solucionar esse problema nacional que entendia como “gravíssimo caso” (idem, ibidem) estaria circunscrita aos “numerosos e fortísimos argumentos. Os principaes são de ordem geographica, militar, econômica, financeira, social, política e até ethnographica” (idem, 1919, p. 81).

Dito isto, o empenho em fortalecer uma história que priorizasse a harmonia como fundamento do processo de formação do Brasil, fecundaria através da união e da fusão das potencialidades de Santa Catarina com o Paraná, uma nova região, a ser denominada, “Estado do Iguassú ou do Guahyra” (ROMERO, 1918, p. 85), [...] Se preferis uma só denominação, como mais esthetica, [...] Estado do Iguassú, como alguns tem lembrado, adotando o nome do magestoso rio que corta ao meio a região” (idem, p. 84). Cabe ponderar, que, para Silvio Romero, a capital da nova unidade da federação seria edificada no terreno contestado, “a grande cidade ficaria na zona central [...]. A nova capital em Porto da União estará além disso sobre a notável via férrea S. Paulo-Rio Grande” (idem, p. 96).

Os interesses do Estado do Paraná para com a região contestada demonstra o objetivo que tinha em defender os interesses dos empresários envolvidos na construção da estrada de ferro do Rio Grande do Sul até São Paulo, gerando a expropriação de uma larga faixa de terras, o que prejudicou famílias locais por onde passava. Importante para o episódio foram os combates em terras catarinenses, na Vila do Irany, em 1912, quando então veio a falecer o Comandante Geral da Polícia Militar, Cel. João Gualberto Gomes de Sá. A guerra, porém, teve seu fim apenas em 1916, quando as tropas federais interviram na questão amparando o Paraná no fim do conflito. O Contestado significou um momento no qual o Estado do Paraná, perdeu vasta porção de seu território para o vizinho ao sul. Segundo Wachowicz (2002), após os conflitos e as negociações, o acordo em 1916 definiu que o Paraná mantivesse 20.000 km² do seu território que estava em disputa, mas perdesse 28.000 km² para Santa Catarina (Apud. ROSEVICS, 2009, p. 36).

A ordem republicana fora instaurada mediante conflitos e tensões, sendo que os limites entre Paraná e Santa Catarina, foram estabelecidos pelo Decreto Federal n. 3304, de 03 de Agosto de 1917, sendo definidos entre os mesmos Estados:

No litoral: - Entre o oceano Atlantico e o Rio Negro, a linha divisória que tem sido reconhecida pelos dois Estados, desde 1771;

No interior – O Rio Negro, desde as suas cabeceiras até a sua foz no Rio Iguassú, e por este até a ponte da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande; pelos eixos desta ponte e da mesma Estrada de Ferro até a sua intercepção com o eixo da estrada de rodagem que atualmente liga a cidade de União da Vitória a cidade de Palmas; pelo eixo da referida estrada de rodagem até o seu encontro com o Rio Jangada; por este acima até as suas cabeceiras, e daí em linha reta na direção do meridiano, até a sua intercepção com a linha divisória das águas dos rios Iguassú e Uruguai, e por esta linha divisória das ditas águas na direção geral do Oeste até encontrar a linha que liga as cabeceiras dos rios Santo Antonio e Pipiri-guassu, na fronteira Argentina” (SILVA, V. XXX, p. 25).

Em *Obreiros e Diligentes*, Hugo Hruby, realiza estudo minucioso das Revistas do IHGB publicadas no início do século XX, nos ajudando a pensar como se processavam as contribuições dos trabalhos do Instituto ao governo, indicando, portanto, a existência de um projeto específico sobre o passado do estado que remetia às orientações de um projeto histórico de política que nem sempre beneficiou ou teve como propósito beneficiar a toda a sociedade. Além disso, o autor nos orienta com o seu trabalho, sobre a importância do periódico como fonte para os estudos sobre a demarcação das fronteiras entre os recém-criados Estados brasileiros. Fato é, que nos lembra do trabalho apresentado por Manuel da Silva Mafra⁷⁵, na Exposição histórico-jurídica por parte do Estado de Santa Catarina sobre a questão de limites com o Estado do Paraná, apresentada como título de admissão ao IHGB (HRUBY, p. 199).

Também, instituída como um debate que figurava na historiografia paranaense a questão de limites, pode ser sentida nas publicações de obras dos intelectuais, ligados ou não as atividades do Instituto Paranaense, sobre o episódio. Texto que faz menção ao episódio, e que foi publicado no período, é o de Antonio Ribeiro de Macedo⁷⁶, sócio do IHGB, *Ligeiro Estudo sobre a Questão de Limite do Paraná com Santa Catharina*⁷⁷, no qual o autor transcreveu diversos artigos publicados no jornal A República, de Curitiba e no Jornal do Commercio, no Rio de Janeiro, apresentando resumidamente o histórico da questão de limites entre os dois Estados envolvidos na questão. As notas transcritas neste texto foram escritas até a primeira sentença sobre o Contestado que foi proferida em 6 de Julho de 1904. O posicionamento do autor nesse debate era favorável à causa paranaense, de onde, chegou a

⁷⁵ O Conselheiro Manoel da Silva Mafra, advogado de Santa Catarina na questão de limites com o Paraná, foi enviado aos arquivos da Torre do Tombo para compilar documentos favoráveis ao estado no litígio. (cf. Beltrami, 2002, p.19).

⁷⁶ Antonio Ribeiro Macedo, importante exportador de erva mate que exerceu diversos cargos públicos como suplente de juiz, prefeito de Antonina e deputado da província. Como escritor, teve a oportunidade de dissertar sobre a disputa entre Santa Catarina e Paraná. (ROSEVICS, 2009, p. 98)

⁷⁷ MACEDO, Antonio Ribeiro. **Estudo sobre a Questão de Limites do Paraná com Santa Catharina**. Typographia a Vapor:Curitiba, s/d., p. 3-23.

afirmar, que o Paraná estava disposto a esgotar todos os recursos, certo de que venceria (MACEDO, s/d, p. 23).

Outro exemplo de publicação que demonstra a proeminência da questão foi *O Litígio em face Accordam – de 16 de Julho de 1904*⁷⁸, um texto publicado por Romário Martins em 1911, que recorre aos documentos para legitimar as posses paranaenses. Neste texto, trata sobre os limites traçados entre as duas vilas, à época, paulistas, Villa de S. Francisco e a Villa de Paranagoá, outorgado em 29 de abril de 1720 pelo ouvidor Raphael Pires Partinho e alterada pelo acordo de 2 de maio de 1771 (MARTINS, 1911, p. 7), quando, então, se estabeleceu os limites inter-municipais das duas vilas. Tal publicação demonstra a atenção concedida ao assunto, indicando como era um debate latente no período, além disso, a tradição de valorização dos documentos históricos era considerada álibi para a vitória nesta questão. Seu trabalho consistiu na busca de fontes que pudessem auxiliar para a consolidação dos marcos considerados históricos para a formação do Paraná. É interessante observar que tal conduta, pode ser relacionada à noção moderna de história, onde o que entra em cena é precisamente o ideal de uma verdade exata, rigorosa e que será validada pela quantidade de novos documentos. Notamos que o autor seguiu uma tradição que se firmara no Brasil de extrema valorização do documento, tal tendência era evidente, principalmente em Capistrano de Abreu⁷⁹ e Afonso de Taunay⁸⁰, dois dos principais historiadores brasileiros do período (ABUD, 1999, p. 385).

A tendência de valorização dos documentos pode ser sentida também, no estudo publicado no Boletim do IHGP, *Os dois rios do Sahy*⁸¹, realizado por Romário Martins. Esse trabalho foi resultado das pesquisas que fez em vários arquivos quando foi comissionado pelo governo do Estado para ajudar a solucionar o problema da indefinição dos limites fronteiriços entre Paraná e Santa Catarina. Pautado em documentos históricos como: a “carta de 12 de janeiro de 1779 no sentido de dar a Camara de São Luiz de Guaratuba as precisas ordens a fim de melhorar o trânsito” e a “carta de sesmaria passada em 6 de outubro de 1807 por José Antonio da França e Horta, governador e capitão general da Capitania de S. Paulo, em nome da S. Alteza Real e o Rei de Portugal, a favor de Ignario José Cardoso, morador da Villa de Guaratuba” (BIHGP, 1919, p. 32), o autor buscou legitimar em seu texto a área pertencente

⁷⁸ MARTINS, Romário. **O Litígio em face do Accordam – de 16 de Julho de 1904**. Typographia do Paraná Moderno – Rua 15 de Novembro n. 24, Curitiba, 1911, p. 1-45.

⁷⁹ Leituras sobre Capistrano de Abreu podem ser encontradas em: (OLIVEIRA, 2006); (BOTMANN, 1999); (ARAÚJO, 1988);

⁸⁰ Informações referentes a trajetória e a escrita da história construída por esse autor, consultar a tese de: ANHEZINI, Karina. *A história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939)*, Franca: UNESP, 2006.

⁸¹ MARTINS, Romário. *Os dois rios do Sahy*. In: BIHGP, Vol. II, 1919, p. 25-50.

ao Paraná através da utilização dos documentos históricos. Além disso, ficava evidente como era latente a preocupação e a presença da temática dos limites no periódico do IHGP. Romário Martins, chamava atenção, para o fato de

alguns attrictos já se teem dado na jurisdição da pequena zona que fica ente as duas barras do rio que o auto de demarcação de 2 de Maio de 1771 assignalou como limite dos terrenos de Guaratuba e S. Francisco. É, pois de actualidade, o procurarmos elucidar esse ponto, no interesse de ambas as partes, e para que, de futuro, essas pequeninas contendas de hoje não tomem vulto como aquella que no momento se faz preocupação dos dous Estados limítrofes, na disputa de uma rica e extensa região que sempre nos pertenceu, e que, si, “só pode vencer juridicamente a outrem quem demonstra motivos preponderantes de um direito melhor” (BIHGP, 1919, p. 29).

Essa publicação está inserida num rol de artigos que produziu e que atestam, portanto, seu empenho em documentar convenientemente “qual os dous rios do Sahy é o que assignala, os limites no litoral com o Estado de Santa Catharina” (BIHGP, 1919, p. 29), com fins de evitar futuras ambições e projeções do vizinho ao seu território, buscou evidenciar neste estudo “para bem de ambas as povoações [que] seria útil ficar a divisão do termo entre duas villas neste referido lugar chamado Sahy aonde com efeito se marcou na barra que sai ao mar da parte sul” (BIHGP, 1919, p. 30).

Dentre os vários debates sobre a questão de limites, o conflito da área do Contestado é um tema que aparece como discussão identificada como ‘nacional’, além de ser considerado um dos problemas para a constituição da identidade paranaense. A questão das fronteiras territoriais tornara-se nas primeiras décadas do século XX um evento dramático, sobretudo pelos acontecimentos decorrentes da ação reivindicatória do território contestado por Santa Catarina.

3.3 Escrevendo o Paraná: ‘Acontecimentos Históricos’

As diversas questões a serem resolvidas pelos integrantes do Instituto Histórico e Geographico Paranaense exigiram esforços e fizeram com que a geografia e a escrita da história, bem como os diversos ramos correlatos a essas áreas do conhecimento contribuíssem para execução do projeto previsto pelo grêmio, principalmente, no que tange as definições do território estadual. Sendo assim, foram inúmeras as representações discursivas consolidadas

nas narrativas históricas que nos ajudaram a pensar o processo de consolidação do território paranaense.

A maioria das ações do referido Instituto era em razão da construção de saberes acerca do regional, e as inúmeras representações discursivas daí derivadas criaram uma história linear ao Paraná em nome do projeto político e cultural então defendido pelo grupo de intelectuais que fazia parte do grêmio. Nesse aspecto, definições sobre a história paranaense foram realizadas e deveriam ser assimiladas como características comuns aos que viviam no Estado.

O artigo *O Paraná em 1853*⁸², publicado na primeira edição do Boletim do IHGP em 1918 e de autoria de Antonio Manoel Fernandes Jr., à época Chefe de Polícia, responsável pela elaboração do relatório apresentado ao Presidente de Província, Zacarias de Góes e Vasconcellos na ocasião da emancipação política do Paraná, pode ser entendido como um documento que foi considerado seminal para a história da região. Neste relatório, Fernandes Jr. procurou reconhecer o Paraná como uma conquista que representava a continuidade do projeto colonizador que do velho continente se desdobrara até as terras americanas.

Por sua vez, o Boletim do IHGP contribuiria com a publicação de artigos que fornecessem elucidações sobre algumas características geográficas e naturais que acabaram colaborando no processo de consolidação dos seus limites. As fronteiras geográficas do Paraná estariam confinadas “ao norte com S. Paulo, ao sul com Santa Catharina e Rio Grande, a leste com o Atlântico, e a oeste com o Paraguay, Corrientes e Cuiabá” (FERNANDES Jr., 1919, p. 225), já “as suas divisas naturaes são, ao norte o rio Itararé, ao sul o Uruguay, a leste o Atlantico, e a oeste o Paraná” (idem, 1919, p. 226).

A necessidade de se legitimar episódios de um enredo histórico pode ser compreendida como uma tentativa de construir uma linearidade capaz abranger feitos, de demonstrar as etapas históricas da evolução política paranaense, bem como, a valorização dos atos e fatos jurídicos, políticos, administrativos, militares. O ano de 1853 remete assim, a existência de um ponto de chegada, também, considerado um ponto de partida da história do Paraná, uma vez que o episódio de sua fundação foi capaz de orientar a historiografia paranaense editada nos boletins publicados pelo grêmio. Rever criticamente a tradição de eventos e episódios que fomentaram a escrita da história no Paraná praticada no interior do Instituto Histórico e Geographico Paranaense é de alguma maneira estar disposto a perceber quais documentos foram incluídos como testemunhos no seu enredo histórico.

⁸² FERNANDES, Manoel Fernandes. *O Paraná em 1853*. In: BIHGP, 1919, Vol. II, p. 221-244.

Com a concepção moderna de história, o que entra em cena é exatamente a busca por uma verdade exata, verificável por questionamentos como: quando, onde e por quê. O caminho utilizado pela crítica histórica para determinar as verdades dos fatos, seguia uma série de procedimentos, tais como a análise de documentos, o confronto de testemunhos, de forma a conseguir uma visão ‘realista do passado’ (ARAÚJO, 1988, p. 31). É interessante observar, como a verdade dos testemunhos terminou sendo transformada em critério pela crítica histórica, é bem verdade que a partir do exame crítico da tradição ela começava a ser olhada com desconfiança, como algo que deveria ser submetido a um contínuo e profundo estudo.

O texto *O Sítio da Lapa*⁸³, do engenheiro militar Felipe Schmidt⁸⁴, nos permite verificar a dimensão do testemunho no relato histórico. Neste episódio, possivelmente um dos mais cruéis da história republicana do Paraná, o autor foi responsável pela descrição do conflito que aconteceu no ano de 1894, na cidade da Lapa, durante a Revolução Federalista.

Cumprindo a ordem que tive a honra de receber [...], venho entregar uma exposição escripta das occurrencias havidas durante as operações de guerra que se desenrolaram na cidade da Lapa, Estado do Paraná, desde 15 de janeiro até 11 de fevereiro do corrente anno entre as forças leaes que constituíam a divisão em operações ao norte do Estado de Santa Catarina, sob o comando do intermerato coronel Carneiro, de saudosíssima memoria, e forças rebeldes chefiadas pelo caudilho Gumercindo Saraiva. (SCHMIDT, 1925, p. 81).

Em *A Revolução Federalista e o Cerco da Lapa*, o historiador Angelo Piori (2012) chama atenção para o fato de que a Revolução Federalista aconteceu no contexto de consolidação da República proclamada em 1889. O movimento começou no Rio Grande do Sul, em 1893, e foi se expandindo por toda região sul, chegando até a Lapa, local importante e que significou o marco do fim deste conflito. Cabe lembrar que o Paraná estava estrategicamente localizado na luta entre legalistas, grupo ligado ao governo central e federalistas, opositores que lutavam pela libertação do Rio Grande do Sul. Sob o comando do Coronel Antônio Gomes Carneiro, foi instalado “seu quartel-general na cidade de Lapa, de onde organizaria a defesa das cidades paranaenses” (PRIORI, 2012, p. 28). Os legalistas

⁸³ SCHMIDT, Felipe. *O Sítio da Lapa*. In: BIHGP, 1925, p. 79-106.

⁸⁴ Nascido em Lages, Santa Catarina, descendente de imigrantes alemães, Felipe Schmidt (1860-1930) foi político, engenheiro e militar do exército brasileiro. No Paraná, ele ocupou os cargos públicos de adido militar na comissão de estudos da estrada de ferro Madeira-mamoré. Mas foi pelo estado de Santa Catarina teve seu destaque político, chegou ao cargo de presidente do estado por duas vezes, de deputado e senador (ROSEVICS, 2009, p. 103).

acreditavam que sitiando a região da Lapa conteria a intenção dos federalistas em “ocupar os Estados do Sul, sobre a capital federal.

Ao narrar o cotidiano do conflito, Felipe Schimidit acaba expondo seu posicionamento quanto a algumas das principais situações, lideranças, ações e o desencadeamento dos violentos conflitos armados que marcaram àquele episódio⁸⁵. Segundo seu relato, “ os inimigos, em numero três ou quatro vezes superior a nós, foram ganhando terreno; os nossos recuando para as trincheiras” (SCHIMIDIT, 1925, p. 91), de forma que “o cerco tornou-se muito apertado, alojando-se o inimigo em torno de nós [...]. A rua das Tropas e o Alto da Lapa foram ocupados pelos traidores a Republica.” (idem, 19125, p. 92).

Felipe Schimidit se colocava em prol da causa brasileira, como um defensor do regime republicano em terras paranaenses. Assim narrou o desencadeamento do conflito,

sob a ação continua de uma verdadeira caçada humana, que se estabeleceu entre sitiantes e sitiados, e da qual foram victimas até mulheres e inexperientes crianças; em combates diários da nossa com a artilharia inimiga (idem, ibidem, p. 92).

A inserção de tal evento como parte da história do Paraná, demonstra como esse episódio teria favorecido para a manutenção da integridade da pátria e principalmente das instituições republicanas, assim como, teria contribuído para demonstrar o heroísmo dos paranaenses em prol da nação. Para Ângelo Priori (2012, p. 104),

em termos políticos, o Paraná desenvolveu importante papel no contexto da Revolução Federalista. A resistência articulada pelo General Carneiro na cidade de Lapa permitiu que os reforços governistas se organizassem contra os revoltosos, contribuindo para a manutenção da República presidencialista no Brasil.

Nesse momento, fins do século XIX, a sociedade curitibana presenciou a ascensão de um novo grupo político que passou a reger as normativas do Estado, grupo defendia os ideais dos republicanos. A produção de uma historiografia sobre o Paraná exigia que tal acontecimento fosse encarado como algo que foi extremamente necessário no processo de

⁸⁵ A República paranaense homenageava seus militares alçando-os ao panteão dos heróis oficiais da memória paranaense. Dentre os nomes que atuaram em defesa do legalismo durante a Revolução Federalista e foram citados como figuras proeminentes na história do Paraná, encontram-se, General Bernardino Bormann (1844-1919); o Capitão José Cândido Muricy (1863-1943), o Coronel Jocelym Morocine Borba e seu irmão Telêmaco Borba (BELTRAMI, 2002, p. 23).

consolidação da história do estado nacional brasileiro, o que fica evidente em artigos publicados nas páginas do BIHGP.

Com a emancipação política da Província do Paraná a sede da administração pública foi transferida de Paranaguá para Curitiba, que no ano de 1854 passava a ser o centro político-jurídico e cultural desta região do Brasil. Outro evento que foi considerado importante e que mereceu espaço entre as publicações do Boletim do IHGP, foi à fundação de Curitiba. Escrito em homenagem aos 224 anos desta cidade, *Fundação da Villa de Curytiba (29 de Março de 1693)*⁸⁶, de autoria de Romário Martins descreve aspectos do contexto histórico que culminou com as primeiras povoações desta região, desencadeando a fundação da referida vila. Ao acompanhar os primeiros passos do seu povoamento, o autor acaba fazendo uma breve descrição de Paranaguá, Capitania que foi confiada a Gabriel de Lara que passou então a ser donatário, conforme anunciou-lhe Eleodoro Ebano Pereira. Essa menção a Lara é por considerado um dos primeiros a adentrar os sertões de Curitiba. Sua preocupação consistiu em informar uma série de eventos que concorreram para a fundação de Curitiba, que segundo Martins representava “o maior avanço da dominação portuguesa ao ocidente brasileiro no século XVII” (BIHGP, 1918, p.284).

Escrito para parabenizar e com o propósito de refletir sobre a importância de Curitiba para a história do Paraná, esse texto ajudou confirmar o seu protagonismo no estado. Porém, antes da fundação da vila, que foi entendida como “grandioso acontecimento”, “Curytiba foi, pois, habitada pelos forasteiros do Atuba” (BIHGP, 1918, p. 278), sendo que aos 24 de Março de 1693 aconteceu a “elevação da povoação à categoria de Villa” (MARTINS, 1918, p.279), de onde ficou estabelecido que o “logarejo antes denominado de *N. S. da Luz e Bom Jesus dos Pinhaes*, passou a denominar-se de certo tempo em diante ‘*dos Pinhaes de Curytiba*’” (idem, 1918, p. 280).

O enredo apresentado demonstra como tal acontecimento, o de fundação da Vila de Curitiba, se configurou como um desdobramento da ocupação do território brasileiro que acontecia desde o século XV. Além disso, desponta como um trabalho que buscou legitimar a existência da capital como um das conquistas mais simbólicas para sua elite política e intelectual. Com relação à importância dos eventos que concorreram para a fundação da Vila de Curitiba, vale ressaltar a publicação no Boletim de 1919, de *Pinhaes*, cujo autor Ermelino Leão, também procurou detalhar aspectos do processo histórico que culminou para a fundação de Curitiba, ou melhor, da Villa Nossa Senhora da Luz dos Pinhaes. Segundo o autor,

⁸⁶ ROMÁRIO, Martins. *Fundação da Villa de Curytiba (29 de Março de 1693)*. In: BIHGP, 1918, p. 275-284.

nenhuma outra povoação do Brasil apresenta uma origem tão democrática, uma vez que, para ele, “foi a soberania popular a creadora dos poderes públicos, que deviam reger os destinos de Curytiba” (LEÃO, 1919, p. 111). No ano de 1693, teriam os moradores da vila e de seus sertões requereram ao capitão povoador que criasse uma câmara de justiças ordinárias e a 29 de Março, “reuniram-se os 64 republicanos e homens bons para a governança da villa, sob convocação daquela autoridade, na igreja matriz de N. S. da Cruz e Bom Jesus dos Pinhaes, a 29 de março de 1693 (LEÃO, 1919, p. 112).

A tarefa consistia em construir uma escrita que colocasse em evidência os feitos que consolidaram a importância do Paraná para a história nacional, era essa uma das problemáticas que movia as publicações dos Boletins do IHGP. Os assuntos publicados tinham um significado simbólico para a entidade que conseguiu consolidar parte das propostas vigentes em seu Estatuto, acima de tudo, as páginas da história do Paraná deveriam consolidar um lugar específico do Estado no enredo das conquistas do período republicano.

Cabe ressaltar o papel das instituições científico-culturais e sua importância para o desenvolvimento da cultura historiográfica brasileira, de onde escolhas e opções temáticas, dados pelos limites da produção de história do momento, trazem as marcas e as fronteiras da história do Estado Nacional.

4 INTERCÂMBIOS INTELECTUAIS E MOBILIDADES DA ESCRITA DA HISTÓRIA

4.1 Contribuições dos intelectuais do IHGP para a *Revista do Club Curitibano*

A publicação do Boletim do Instituto Histórico e Geographico Paranaense significou mais uma das inúmeras políticas de escrita realizadas na capital do Estado do Paraná, a exemplo das que criaram os círculos literários e as revistas literárias no início do século XX demonstrando a busca pela circulação da palavra naquele período. Desta maneira, para os integrantes do IHGP escrever e publicar tornou-se uma necessidade. Cabe dizer que a impressão do periódico foi a forma encontrada para dar continuidade aos seus objetivos no que diz respeito à disseminação dos princípios que acreditavam serem os viáveis para a consolidação da história do Paraná.

Assim, a história de um novo Paraná começou a ser escrita a partir do ano de 1900 quando o Estado passou a ser apresentado segundo os parâmetros da modernidade, que se alargava como modelo no processo de reestruturação dos padrões e valores da sociedade de princípios do século XX. Autores da história do Paraná, os intelectuais do IHGP podem ter suas condutas aproximadas à noção de intelectual proposta por Jean-François Sirinelli (2003), para quem o intelectual engajado seria aquele disposto a intervir socialmente. Aqui, verificamos tal intervenção especialmente através da publicação de artigos no periódico do Instituto Paranaense.

Neste caso, a circulação do Boletim do Instituto significava uma oportunidade relevante para legitimar o meio intelectual como um espaço no qual, além de representantes culturais, se inscreviam como atores do político (SIRINELLI, 2003, p. 235). A mesma interpretação, aplicada à análise da intelectualidade brasileira de início do século XX, pode ser encontrada em Nicolau Sevecenko, para quem a atividade dos literatos estava imersa numa missão pública, num anseio de intervir na organização da sociedade, da cultura e na definição dos rumos da nação (SEVECENKO, 1995).

De acordo com MELLO (2008), foi comum, no Paraná, a circulação e o revezamento dos intelectuais para a execução das atividades culturais por eles desenvolvidas. Além do revezamento e o fato dos integrantes do IHGP frequentarem inúmeras associações e edições

de jornais, é importante lembrar que, também os textos tinham uma história, pois circulavam em diversas instituições. Era recorrente a participação dos membros do Instituto em outras associações, como aponta a historiadora Silvia Gomes Bento de Mello,

[...] envolveram-se com o *Club Curitibano*, como redatores, Julio Pernetta, Silveira Netto, Leoncio Correia, Sebastião Paraná, Azevedo Macedo, Emiliano Pernetta, Romário Martins, entre outros. A mais consolidada das revistas paranaense da década de 1890 constituiu-se como um espaço de aproximação e afirmação de moços com íntimas afinidades intelectuais, propiciando uma maior efetividade destas relações [...]. Salieta-se que [o revezamento] era uma prática comum [...], uma maneira de fomentar o meio literário e fortalecer os nomes dos escritores locais (MELLO, 2008, p. 167).

São recorrentes os nomes desses intelectuais entre àqueles que mais tarde fariam parte do grupo responsável por fundar e desenvolver as atividades do IHGP. Por sua vez, Rafael Beltrami (2002) comenta em seu estudo “*Da poesia à ciência: Fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná uma historia de suas idéias*”, sobre alguns aspectos da produção de circularidade dos textos escritos pelos intelectuais que frequentavam o referido Instituto. Afirma que essa prática serviu para legitimar os anseios dos intelectuais que frequentavam esse círculo, principalmente nos veículos da imprensa que foram utilizados pela “geração de 90”⁸⁷ para consolidar e divulgar seus ideais. Disto verificamos que as revistas eram consideradas importantes suportes da cultura e da história paranaense.

Apesar de não constituir objeto central de nossa análise, cabe lembrar que os intelectuais do IHGP também participaram das atividades do Club Curitibano, isso pode ser observado na publicação da *Revista do Club Curitibano*. A publicação deste periódico estava inserida no rol de atividades de comemoração do Centenário do Descobrimento do Brasil no Paraná, bem como a fundação do IHGP. De acordo com BELTRAMI (2002)

a *Revista do Club Coritibano*, por iniciativa de seu diretor literário, Dario Vellozo⁸⁸, publicou em maio de 1900 uma edição especial, comemorativa,

⁸⁷ As considerações de Westphalen (1983) sobre a historiografia paranaense revelam aspectos de interpretação que atentam para o fato de que essa geração que funda o Instituto Histórico e Geográfico do Paraná em 1900 (a dos *paranistas*) é a que surge a partir da “Revolução Federalista, com os Centenários e os Contestados” (p. 110); Algumas discussões sobre ações e representações empreendidas pelos intelectuais *paranistas* de fins do século XIX e início do XX, a trajetória desse movimento político-cultural de cunho nacionalista, na formação da I República, já foi objeto de análise de pesquisadores e pode ser observado, por exemplo, nas abordagens realizadas em: SOUZA (2002);

⁸⁸ Dario Persiano de Castro Vellozo (1869-1937) foi ativo incentivador e defensor da cultura local e da literatura local ao divulgar incessantemente a produção de poetas e escritores (BELTRAMI, 2002, p.26-27). Além disso,

em alusão ao quadricentenário do descobrimento do Brasil, patrioticamente intitulada *O Paraná no 4o. Centenário*. Além do abnegado trabalho de contribuição para as comemorações da data nacional, porém, a revista pretende ser um pequeno balanço da situação do Paraná da época e de outrora, contado ainda com prognósticos sobre o papel que o estado viria representar no cenário nacional (2002, p. 81).

Aqui, é importante rememorar que destacou Caroline Marach (2013) em seu trabalho em “*Discursos e linguagens na Revista do Clube Curitibano (1890-1912*⁸⁹)”, que demonstrou como esse periódico representou um espaço profícuo de análises sobre os movimentos culturais surgidos em Curitiba em fins do século XIX e início do o século XX. A autora destaca como a *Revista do Club* reuniu a produção de literatos, jornalistas e professores, nomes proeminentes da cultura paranaense. Entre eles figuravam Ermelino Agostinho de Leão⁹⁰, Dario Vellozo, Júlio Pernetta⁹¹, Sebastião Paraná⁹², que também eram membros fundadores do IHGP, o que confirmava a intensidade das atividades empreendidas para legitimarem suas propostas culturais e políticas, sobretudo através da opção de uma história que evidenciasse seus anseios.

Além da mobilidade dos intelectuais, como foi apontada acima, a circulação dos textos foi fato observado durante a realização de nossas leituras. Verificamos que o texto “*Paleoethnologia*⁹³”, de autoria de José Franco Grillo, publicado pelo IHGP na primeira edição do seu periódico em 1918, fora anteriormente divulgado na *Revista do Club Curitibano*. Tal publicação ocorreu exatamente no mês de maio do ano de 1900.

A partir da publicação de José Franco Grillo, podemos verificar a circularidade do material produzido, bem como a importância desta temática para a escrita da história inserida entre o material selecionado e editado em 1918, nas páginas dos BIHGP. Sobre o texto, a

foi marcante sua participação em todos os processos e movimentos que se desenvolveram no Paraná no início do século. Dividia seu tempo entre textos literários de estética simbolista e textos jornalísticos sobre assuntos daquela atualidade (ROSEVICS, 2009, p. 63).

⁸⁹ Sobre a trajetória e o perfil da Revista do Club Curitibano, consultar: Marach (2013);

⁹⁰ Ermelino Agostinho de Leão (1871-1932), representante dos membros dos grupos econômico e politicamente dominantes descendente. Era da tradicional família Leão, produtora e exportadora de erva mate e deputado estadual pelo Paraná. Advogado por formação e professor por contingência, no Instituto exerceu os cargos de segundo e primeiro vice-presidente entre 1916 e 1925. Na carreira pública, exerceu cargos administrativos como Promotor Público, diretor do Museu Paranaense e agente do Arquivo Público Nacional (ROSEVICS, 2009, p. 62).

⁹¹ Júlio Pernetta (1869-1921) expoente da geração simbolista fez parte do movimento literário que despontava em Curitiba. Destacou-se entre os seus colegas de geração por diferentes ser responsável por vários tipos de produção dentre elas, a sertaneja e a anticlerical. Dentro da temática regionalista foi atuante, principalmente por reunir materiais sobre o *folclore* paranaense, isto é, as lendas e tradições do caboclo do interior do Estado (BELTRAMI, 2002, p. 25-26).

⁹² Sebastião Paraná (1874-1938) era bacharel em direito, geógrafo, professor e capitão honorário do Exército Brasileiro, tendo uma obra vasta sobre o Paraná (ROSEVICS, 2009, p. 93).

⁹³ GRILLO, José Franco. *PaleoEthnologia*. In: BIHGP, Curitiba: Livraria Mundial, 1918, p. 169-181.

Paleoethnologia, José Franco Grillo explica que “este novo ramo das sciencias naturaes [...] vae interpretando e revelando-nos a história da humanidade desde a sua infância [...], sendo o elo que liga a Geologia a História” (BIHGP, 1918, p. 171), de modo que um dos objetivos do autor consiste em conhecer, a partir do estudo da natureza geológica do Paraná, a história dos povos primitivos que habitaram o território paranaense. A construção da escrita de uma história para o estado incluía assim os diversos ramos da ciência considerados fundamentais, como a geografia, etnografia e a paleoethnologia.

Um exemplo são as pesquisas realizadas sobre os sambaquis, “o documento mais importante da Paleoethnologia Paranaense” (GRILLO, 1918, p. 178), aconteciam no sentido de reforçar a concepção de inferioridade desses moradores da região, considerados nossos antepassados mais distantes, os primeiros a povoarem a costa do Paraná. Para José Franco Grillo, em sua suposição sobre os primitivos habitantes do Paraná, os “Sambaquis, mais tarde suplantados pelos Indios vermelhos, [...] devia ser quase eliminados pelos brancos de além mar” (GRILLO, 1918, p. 181).

Podemos perceber que os desafios impostos pelas teses evolucionistas desenvolvidas na Europa e absorvidas pela historiografia brasileira em meados do século XIX, e princípios do século XX, exigiu o esforço de reinterpretação dos fatos e problemas locais, de onde podemos observar a preocupação com a descrição de uma identidade racial culminando na construção de um tipo superior e evoluído, que notadamente fez questão de valorizar o indígena e o português (agente de civilização), e isolar quaisquer manifestações da cultura negra. Vigente no período da escrita do Boletim do IHGP, esse discursos racial seria desconstruído ao longo do século XX, sobretudo a partir dos anos de 1930, quando as críticas anti-racistas e a adoção das explicações mais sociológicas sobre a história do Brasil passaram a despertar o interesse de setores da intelectualidade nacional (SKIDMORE, 1976, SCHWARCZ, 1993).

Sendo assim, foi a partir da configuração geológica do Paraná que o autor buscou “os vestígios que o homem contemporâneo d’aquellas epochas deixou por entre as camadas ou sobre a superficie da terra” (GRILLO, 1918, p. 175). Além dos *sambaquis*, José Franco Grillo o autor também realizou estudos sobre “os poucos documentos que os remotos aborígenes do Paraná deixaram nos trez planaltos” (idem, 1918, p. 179), De acordo com esse autor,

o primeiro degrao ou andar, limitado a Oeste pela Serra do Mar, comprehende a faixa de terras que da beira do Oceano vae até aquella serra. Estes terrenos, geologicamente falando, são de formação recente. Onde hoje

existem as bellas cidades de Paranaguá, Antonina e Morretes [...]. O segundo degrau ou andar, limitado pela Serrinha, compreende a faixa de terra que da vertente occidental da Serra do Mar e vae até [...] quase até Araucária [...]. O terceiro degrau ou andar, que começa pela Serrinha e se estende até a Serra da Esperança, abrange os Campos Geraes e o Sertão de Guarapuava. (GRILLO, 1918, p. 172-3).

Deixando os sambaquis na costa paranaense, José Franco Grillo transpôs a Serra e buscou verificar através das excursões realizadas às demais regiões a história dos “aborígenes”, “índios vermelhos” (GRILLO, 1918, p. 181). A partir dos utensílios e armas que encontrava, procurou chegar a conclusões sobre suas culturas e seus modos de vida. Dentre suas intenções, uma das principais consistiu em oferecer uma teoria sobre a ocupação do continente defendendo a tese de que os sambaquis haviam sido suplantados pelos indígenas. Para José Franco Grillo, “a Paleoethnologia confunde-se com a Ethnographia, e a Prehistoria com as ephocas anteriores do descobrimento do Brazil” (GRILLO, 1918, p. 180). Segundo ele,

a raça que habitava os planaltos do Paraná era relativamente civilizada; já não se achava na sua infância [...]. Foi isto o que aconteceu com a raça dos Sambaquis, a qual, em contacto com o Indio do Norte, relativemetne superior, teve necessariamente de desaparecer (GRILLO, 1918, p. 181).

Refletir sobre a história paleoetnológica do Paraná o levou a concluir que os sambaquis, ao entrar em contato com os “índios vermelhos”, foram aos poucos desaparecendo, um “fenômeno etnologicamente indiscutível que as raças inferiores desaparecem em presença das raças superiores” (GRILLO, 1918, p. 181). A presença e a dimensão da produção etnográfica na escrita da história feita na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi tema também dos estudos de Breno Souza, realizado através do levantamento e análise dos exemplares publicados entre o período de 1900 e 1930, demonstrando a recorrência e o interesse por essa temática, de modo que, para o autor, a temática ocupa

um importante espaço na construção de um discurso sobre o passado nacional transformando a etnografia em um dos “campos do saber que explicassem a existência de uma nação ao longo do tempo formada por brasileiros”. Este, aliás, seria o grande tema dos estudos etnográficos, pois ao estudar o indígena o que estava em questão era a discussão sobre a existência de uma população brasileira (2015, p. 22).

De acordo com Breno Souza (2015), os estudos etnográficos teve início no Brasil a partir das iniciativas do IHGB, cujo

fazer etnografia significava a transformação do indígena em objeto de uma disciplina, [porém], nas primeiras décadas novo século os objetos e temas se ampliaram. O outro antropológico por excelência esmigalhou-se em outros possíveis, dilatando as próprias possibilidades de abordagens etnográficas e antropológicas naquele momento (SOUZA, 2015, p. 20 / grifo nosso).

Cabe lembrar que, “a própria denominação índio e indígena são termos que foram naturalizados para a caracterização de uma ampla gama de populações diferentes entre si”, conforme lembrava Breno Souza (idem, p. 132). Para o referido autor, estes discursos sobre o outro acabaram privilegiando o estudo dos indígenas e a busca de suas origens. Sobre a dimensão dos escritos etnográficos na escrita da história dos institutos históricos, percebemos que o IHGP seguia as orientações do programa historiográfico do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, incluindo entre as suas discussões e publicações estudos voltados para esta temática, que foi assunto recorrente durante a Primeira República.

Os intelectuais integrantes do Instituto Paranaense circulavam entre diversas entidades existentes em Curitiba, indicando que os textos publicados pelo IHGP faziam parte de um projeto maior que buscou enfaticamente, e através de diversos mecanismos e associações, confirmar a história do Paraná como parte da história nacional. A repercussão e o fato de possuir um caráter regional e nacional fez com que o Boletim do IHGP ultrapassasse a conotação local comum aos periódicos dos demais grêmios e associações existentes, até então na capital paranaense, a exemplo da *Revista do Club Curitibano*. Além disso, o Boletim do IHGP significou a possibilidade de publicar uma versão científica, “verdadeira”, da escrita da história do Paraná.

4.2 A participação dos intelectuais do IHGP no periódico do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

Durante nossas observações, verificamos informações relevantes acerca da publicação de textos de alguns sócios do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense em periódico veiculado junto ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo entre os anos de

1900 e 1925⁹⁴. Isso nos permitiu promover uma leitura do intercâmbio entre os intelectuais do IHGP com as demais associações do país e realizar análise científica também do material publicado por estes autores na Revista do IHGSP⁹⁵.

Nome de prestígio da política e da vida cultural do país, Ermelino Leão, foi responsável pela produção de três artigos – que serão analisados a seguir – publicados na Revista do RIHGSP e que confirma a participação dos intelectuais e a circulação do material do que produzia em âmbito nacional. Esse autor, foi admitido como sócio honorário do IHGP desde 11 de novembro de 1900, título designado àqueles considerados dignos de homenagens pelos serviços prestados à formação da nação brasileira, seja através da realização de estudos históricos ou outros ramos correlatos. Além disso, foi aceito como sócio correspondente do IHGSP aos 5 de julho de 1909, tendo a função de enviar textos, artigos, informações diversas sobre as regiões onde estivesse.

Devemos considerar o fato de que no Brasil os Institutos Históricos se consolidaram como locais forjadores de identidades. Isso ocorreu no IHGSP, cujo principal objetivo consistiu em construir em seu periódico um discurso que legitimasse a *epopeia bandeirante*, conferindo aos paulistas um lugar de representatividade no cenário nacional, como bem apresentou Antônio Celso Ferreira, em *A Epopéia Bandeirante: Letrados, Instituições, Invenção Histórica (1870-1940)*. No Instituto Histórico e Geographico Paranaense os intelectuais tiveram ambição similar de realizar um programa cultural que pudesse construir uma identidade regional adequada aos preceitos de modernização que eram defendidos à época. Neste sentido, podemos perceber que não necessariamente são comuns os elementos que compuseram cada uma dessas regiões brasileiras assim como os procedimentos de produção histórica utilizado na confecção da história que se quis escrever.

A ciência serviu de instrumento e de amparo durante o processo de construção e consolidação das tradições das regiões brasileiras, verdadeiro porto seguro da modernidade.

⁹⁴ Alguns membros do IHGSP constavam na lista de sócios do IHGP, são eles: Luiz de Toledo Piza e Almeida (admitido como sócio benemérito em 11 de novembro de 1900), Alfredo de Toledo (admitido como sócio efetivo em 5 de agosto de 1916), José Vieira Fazenda (admitido como sócio correspondente em 5 de agosto de 1916), Max Fleuiss (admitido como sócio correspondente em 5 de agosto de 1916). Já os nomes dos integrantes do IHGP que faziam parte do IHGSP e foram admitidos como sócios correspondentes eram: Romário Martins (admitido em 20 de abril de 1906), J. F. da Rocha Pombo (admitido 5 de setembro de 1907), Ermelino de Leão (admitido 5 de julho de 1909), Dario Velloso (admitido em 5 de setembro de 1912), Jose Niepce da Silva (admitido em 5 de outubro de 1913), Domingos do Nascimento (admitido em 20 de junho de 1913) e Bernardino José de Souza (admitido em 25 de outubro de 1913). Cf: Revista do IHGSP, Vol. XVIII, 1913, 2ª ed., Typografia do Diario Oficial: São Paulo, 1942.

⁹⁵ Para a realização do mapeamento do material produzido pelos intelectuais paranaenses membros do IHGP e que foi publicado na Revista do IHGSP entre os anos de 1900 e 1925 consultamos: o Arquivo e a Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, localizado em Curitiba, onde pudemos ter acesso à coleção da Revista do IHGSP.

Segundo Ferreira (2002), “era essencial buscar o amparo, especialmente, da geografia, da etnografia e da história” (p. 97). Por sua vez, para este estudioso da história de São Paulo, o estímulo e a ênfase nas pesquisas sobre a etnografia e etnologia indígenas no periódico do IHGSP, eram possibilidades para se conhecer as ‘bases da civilização paulista’ (idem, p. 138). Durante os exames que realizou dos artigos publicados na Revista do IHGSP, o autor indica como foi volumosa a produção na busca pelo indígena, cujo principal objetivo consistia em “representar a contribuição da terra para a formação da raça paulista” (idem, p. 140).

O debate sobre as questões indígenas foi tema presente nas discussões empreendidas pelos integrantes do IHGSP, essa abordagem, inclusive, após inúmeras controvérsias ocorridas na instituição, foi solucionada por uma série de fatores, tais como: o desenvolvimento de “novas pesquisas etnográficas devido a criação do Museu Paulista; a polêmica desigualdade entre as raças e os contatos recentes com tribos selvagens, especialmente os caingangue, nas frentes pioneiras de São Paulo, em direção ao Mato Grosso, a Minas Gerais e ao Paraná” (FERREIRA, 2002, p. 141).

Conforme já comentamos Ermelino Leão⁹⁶ desenvolveu atividades em outros centros similares, sendo um dos membros do Instituto Paranaense que mais publicou na Revista do IHGSP, sendo o primeiro texto publicado *Subsídios para o estudo dos Kainganges do Paraná*, colaborava para os estudos sobre os povos indígenas do Estado⁹⁷. Desta maneira, contribuiu para reconstituição da história indígena através da realização de estudos dos Cainganges do Paraná, um dos povos tradicionais mais antigos do estado, tratando dos aspectos sobre a sua cultura, tais como: concepção de divindade, crenças, superstições, a língua, culto dos mortos. Além disso, sobre os Guaianá, aborda os temas: Kainganges e goyanás, a tribo de Tibiriça, os habitantes dos Goyanás (LEÃO, 1910).

Ermelino Leão inicia seu texto realizando uma reflexão sobre as concepções religiosas desses povos, segundo ele, “um dos mais atraentes ramos da ciência da sociedade” (1910, p. 3). Para tanto levanta a seguinte questão: “Qual o estágio da religião dos Kainganges? Como classificar as crenças desses selvagens?” (1910, p.5). Intelectual atento às preocupações do seu tempo, as diretrizes que orientavam sua produção apontam para a

⁹⁶ Ermelino Agostinho de Leão (1871-1932), desembargador, político e industrial do mate. Formou-se em Direito, e no biênio 1897-99, exerceu o mandato de deputado estadual. Publicou diversos artigos sobre a história regional do Paraná, e colaborou nos jornais *Comércio do Paraná*, *A República*, *Diário da Tarde*, e outros. Como historiador, destaca-se sua pesquisa para o vasto *Dicionário Histórico e Geográfico do Paraná*, trabalho ao qual dedicou-se durante as duas primeiras décadas do século XX (BELTRAMI, 2002, p.23).

⁹⁷ LEÃO, Ermelino. Subsídios para o estudos dos Kainganges do Paraná. In: RIHGSP, *Typografia do Diário Oficial*, Vol. XV, 1908, p. 223-252; Tal texto também pode ser consultado na seguinte edição: LEÃO, Ermelino. Subsídios para o estudo dos Kainganges do Paraná – Memória Apresentada ao Segundo Congresso Brasileiro de Geografia, *Typografia da Livraria Economica – Annibal Rocha & Cia. Curityba*, 1910, p. 1-40.

utilização de categorias pejorativas que sinalizam os indígenas como o selvagem, o portador de barbárie, indicando a existência de uma classificação das sociedades, que eram representadas nos estudos científicos produzidos à época sob o ponto de vista da civilização.

Analisando a ideia de ser supremo e as crenças Caingangues, afirmava que seria infrutífero “pretender encontrar nos rudes habitantes das nossas selvas, idéas superiores a própria civilização” (LEÃO, 1910, p. 5). Convém dizer que, os juízos do autor sobre “a tribu kamé ou caingangue que habita as selvas do oeste do Estado do Paraná” (idem, *ibidem*), estavam relacionados ao modo de vida dos Caingangues, que eram observados a partir da perspectiva do atraso, revelando uma relação de sobreposição dos valores científicos para com as práticas culturais dos povos indígenas. Destaca-se a atuação do autor em descrever os costumes desses indígenas do Paraná no texto estudado, que pode ser observado como iniciativa que pretendia argumentar sobre os índios Caingangues, habitantes do Estado do Paraná. No entanto, suas descrições não fugiram do padrão da escrita da história etnográfica brasileira encabeçada pelo IHGB entre o século XIX e princípios do século XX, onde era desejável a construção de um discurso que embora descrevesse aspectos da cultura indígena não desconsiderava a superioridade e os valores do homem branco sobre as demais etnias. É esse o tipo de análise que também encontramos na Revista do IHGSP.

Segundo, Ermelino Leão (1910, p.7), “foi o Pe. Francisco das Chagas Lima, o responsável por expor os sentimentos religiosos dos índios de Guarapuava”, registrando aspectos da superstição Kaingangue, observando algumas crenças religiosas dos Kamés ou Caingangues, como, por exemplo, o fato de atribuírem “as enfermidades a um gênio do mal e para expelli-las do organismo, serviam-se do sopro, princípio vivificador da matéria” (LEÃO, 1910, p. 9). No entanto, “não fica neste rito fúnebre o culto que os caingangues prestam aos seus mortos: na estação das festas, na época do milho verde, visitam os vaicueie (cemitérios) e rezam pelos mortos” (idem, 1910, p. 11).

Questão que chama a atenção em Ermelino Leão é o estímulo nas investigações e estudos dos americanistas, a fim de se definir um critério diferenciador para os indígenas da América do Sul. O principal elemento utilizado para a realização de pesquisas sobre os indígenas brasileiros foi a linguística, elemento importante para definir o problema dos tipos étnicos.

Quanto aos caingangues do Paraná, também conhecidos pelos nomes de kamés, bugres, coroados, socrés e goyanás, nenhuma dúvida surge ao que

diz respeito a filiação ethnica: são tribos componentes do grupo que von den Stein chamou de *Goytacás* e que Von Martius e von Ihering denominam *Crens* raça diversa da Tupy-Guarany [...] Os Kaingangues ou coroados de S. Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul são descendentes dos goyanás (LEÃO, 1910, p. 18-19).

Dentre os princípios de classificação utilizado por Ermelino Leão, se filiavam também às realizadas por Von Ihering, que produziu estudos sobre os caingangues, principalmente por dominarem a região de Piratininga (São Paulo) na época do povoamento do Brasil. Para a confecção dos seus subsídios, Ermelino Leão optou pela realização do exame das crônicas coloniais e dos estudos americanistas modernos, além de levantar a partir dos estudos das línguas indígenas questionamentos sobre o atraso dos indígenas brasileiros. Para o autor,

a língua caingangue, incontestavelmente uma das mais rudimentares das faladas pelos indígenas da America do Sul, está condenada a desaparecer [...]. É extrema a pobreza da língua, não obstante ser ella, como informa von Martius, uma amalgama de palavras de varias origens (LEÃO, 1910, p. 25).

Porém, concomitante a tais apontamentos das fragilidades dos elementos linguísticos dos Caingangues, o autor refaz o processo de formação das palavras, observando que a língua Caingangue era um “dialecto rude e pobre”, uma “língua primitiva” (LEÃO, 1910, p. 28), bastante distante dos padrões vernáculos das línguas civilizadas. Desta maneira, o que nos interessa salientar é que a discussão etnográfica percorreu as páginas da Revista do IHGSP, sendo assunto de destaque. Além disso, notamos através da exposição dos resultados das investigações sobre a cultura Caingangue, que Ermelino Leão buscou contribuir para o entendimento dos povos indígenas do Paraná que foram absorvidos pela civilização brasileira.

Notamos também que tal periódico seguia uma orientação muito próxima à escrita da história etnográfica praticada pelo IHGB no século XX cujos “discursos sobre “o outro” privilegiaram o estudo dos indígenas e a busca por suas origens, assim como assumiram noção que legitimavam e garantiam um sentido para essas pesquisas: civilização, progresso, evolução e raça” (SOUZA, 2015, p. 57). É desse ângulo que os intelectuais se voltaram para compreender a etnografia brasileira, uma contínua preocupação entre as temáticas publicadas na Revista do IHGSP. Tais trabalhos sobre a etnografia no Brasil ou mesmo sobre o estado autóctone da população indígena na América através das comprovações científicas de levantamentos bibliográficos, estudos geográfico-arqueológicos, entre outros, contribuíram

para o debate sobre episódios da história do continente posteriores a expansão do império português na América.

Exemplo disso foi a publicação do texto de Ermelino de Leão, *Cronologia pré-histórica*⁹⁸ texto que apresenta os sambaquis como uma das páginas da pré-história brasileira, representantes dos povos que aqui habitavam antes do descobrimento do Brasil. Buscar origens que justificassem o passado regional, fez com que as bases da história do país fossem revistas, vislumbrando-se a projeção de uma civilização superior, contrariando as inúmeras teses que profetizavam a degenerescência da raça brasileira. A referência do povo ameríndio sul americano que teria habitado a costa paranaense foi a forma encontrada para descrever a existência de seus ancestrais. Essa raça paranaense, antepassada, se apresentava como o mito de origem da sociedade numa expressão daquilo que viria mais tarde a se designar como o povo tradicional do Paraná. O autor explica que este fenômeno, dos *sambaquis* “não se operou, aqui, com a mesma nitidez observada em certas regiões da Europa” (LEÃO, 1912, p.105). Exemplo da presença do tom pejorativo das narrativas sobre as culturas indígenas pode ser observado, nos estudos realizados por Edmundo Krug, sócio correspondente do IHGP (admitido em 5 de agosto de 1916) encarregado dos trabalhos geológicos da Comissão Geográfica. Em relatório da expedição realizada as margens do Paranapanema, em 1906, sobre os Caingangue da região, tanto do lado de SP como do PR, afirmava que “eram ferozes e traiçoeiros, caloteiros por natureza, preguiçosos na lavoura e no pensar, dotados de um pensamento ilógico e produtores de uma arte rudimentar” (FERREIRA, 2002, p. 141).

As concepções de Ermelino Leão estavam associadas aos modelos analíticos pautados na noção de raça vigentes no período que pensavam o indígena americano a partir da inferioridade, naturalmente apresentado como “selvagem”, ou mesmo “indolente em extremo” (LEÃO, 1912, p. 106). Ao tratar do processo de formação da identidade paranaense, Beatriz Olinto (2013) compreende-a como um momento de conflito civilizatório visível nas construções históricas realizadas pelos intelectuais. A análise feita pela autora ressalta que os intelectuais do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense produziram um discurso rígido sobre as diferenças no processo de formação da identidade paranaense.

Outro texto publicado por Ermelino Leão foi *As capitânicas de Itanhaen e Paranaguá*⁹⁹, preocupando-se em compreender aspectos da ocupação, colonização e do povoamento do Brasil reconhecendo a importância da consolidação de um enredo da história

⁹⁸ LEÃO, Ermelino. Cronologia pré-histórica. In: Revista do IHGSP, vol. XVI, 1909, Typografia do Diário Oficial: São Paulo, 1912, p. 103-108.

⁹⁹ LEÃO, Ermelino. As capitânicas de Itanhaen e Paranaguá. In: RIHGSP, vol. XIX, 1914, Typografia do Diário Oficial: São Paulo, 1915. p. 15-27.

pátria que legitimava a expansão do domínio português em terras americanas. Recorrendo aos dados esparsos no Arquivo de Itanhaem, encontrou trabalhos sobre “o passado [...] dos factos da famosa villa da Conceição do Itanhaem” (LEÃO, 1915, p. 117). Além disso, reuniu materiais que coligiu nas suas “repetidas pesquisas pelos cartórios e arquivos do Paraná, devendo o mais abundante das noticias ao infadigavel autor das Memorias Históricas de Paranaguá – Antonio Vieira dos Santos.” (idem, ibidem, p. 17).

A contingência do domínio português e a defesa da noção do projeto de colonização no continente levaram Ermelino Leão a afirmar que

Itanhaem, [...] já tinha cumprido a sua missão histórica de desalojar os hepanhoes de Iguape e de dilatar o domínio portuguez, ao sul do Brasil. Ao Paraná, mais do que o lustro de governo, ella doou o vinculo de sangue. Foram os Itanhaenses [...] dos primeiros povoadores e conquistadores dos campos de Curytiba, tornando-se alguns dos patriarcas dessa população que hoje se estende de Itararé ao Uruguay e do Atlantico ao Rio Paraná (LEÃO, 1912, p. 27).

A frequência de assuntos voltados ao povoamento do Brasil na Revista do IHGSP em princípios do século XX fez com que o material relativo à história da formação dos núcleos urbanos das demais províncias encontrasse espaço e fosse publicado de maneira que se interligassem ao processo de expansão bandeirante¹⁰⁰. Outro intelectual do IHGP que participou das atividades do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo como sócio correspondente foi Jayme Dormund dos Reis¹⁰¹, que teve seu texto publicado na edição de 1909 da Revista do IHGSP. *Ligeiras notas sobre a Etnologia Paranaense*¹⁰² foi também publicado no primeiro volume do Boletim do IHGP, impresso em 1918.

¹⁰⁰ Publicado na Revista do IHGB, estudo histórico que atribui a origem de Paranaguá às bandeiras exploradas foi o realizado por: LOBO, Honório Décio da Costa, Apontamentos sobre Paranaguá, *cidade marítima do Estado do Paraná*. In: RIHGB, Tomo LXVII, parte II, Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1906, p. 227-241; outra publicação que faz menção a Paranaguá indicando sua importância foi escrita por: TOLEDO, Alfredo. Ouvidoria de Paranaguá. In: Revista do IHGSP, v. XII, 1907, Typographia do Diario Oficial: São Paulo, 1908, p. 261-274.

¹⁰¹ Jayme Dormund dos Reis era sócio efetivo do IHGP admitido em 5 de agosto de 1916. Sobre o autor Jayme Dormund dos Reis, de acordo com Larissa Rosevics (2009), “era médico sanitaria e professor no início do século, publicou diversos textos sobre endemias e epidemias que assolaram a região, além de exercer diversos cargos públicos, como o de Diretor de Instrução Pública” (p. 99). Seguindo a tendência dos estudos publicados por médicos brasileiros no início do século XX sobre os grupos sociais brasileiros, Dormund não fugiria a regra e realizaria análises sob o tom eugenista. O que assinala como tal obra responde às questões colocadas por sua época, um contexto onde prevaleciam as proposições do determinismo geográfico e racial.

¹⁰² REIS, Jayme Dormund dos. *Ligeiras notas sobre a Etnologia Paranaense*. In: RIHGB, vol. XVI, 1909, Typografia do Diário Oficial: São Paulo, 1912, p. 115-128; e, REIS, Jayme Dormund dos. *Ligeiras notas sobre a Etnologia Paranaense*. In: Boletim do IHGP, Livraria Mundial: Curitiba, 1918, p. 245-259.

Os desafios em adequar os interesses científicos aos interesses do país exigia esforço de reinterpretação da realidade social brasileira. Nota-se que este é um momento cuja intelectualidade buscava alternativa ou justificativa para a população mestiça que compunha o povo brasileiro, indispensável para a construção da nação. No entanto, os entendimentos sobre o papel e a importância histórica das etnias no processo de consolidação da nação seriam distintos ao europeu, sendo reservada uma posição de superioridade ficando evidente que, para Jayme Dormund dos Reis, a presença dos brancos foi fundamental e serviu de instrumento para uma “resultante evolutiva” (REIS, 1912, p. 129). Porém, cabe lembrar que com o desenvolvimento dos estudos do regionalismo caboclo em meados do século XX, houve uma revisão sobre o papel histórico das culturas dos povos indígenas na formação do Brasil. A miscigenação do europeu com o indígena, teria sido, segundo Jayme Dormund dos Reis,

mistura lenta, mas progressiva [...] essa amalgama estranha [...] como de facto aconteceu, uma variante determinada, que, participando de todos esses elementos constitutivos com predominância do europeu, deu em futuro, mais ou menos distante, o sub-tipo especial e bem definido do nosso actual – *caboclo ou caipira* -, homem que, encerrando, no seu physico, no seu moral, a seiva haurida das múltiplas condições do meio, da região, das raças donde originou-se, se apresenta a meu ver, como o marco forte que, com bem lançados fundamentos irá servir de tronco da nova sub raça paranaense, que se constituíra desse typo nacional fusionado com os mais diversos colonos, em seu solo localizados (REIS, 1912, p. 121).

Desta maneira, observamos que as definições sobre o homem nacional estavam em pauta, bem como a busca de um tipo especial de uma raça forte nascida com o cruzamento de indígenas e europeus, nesse que considerou um “trabalho moroso mas seguro e inevitável da formação de uma nova sub-raça” (REIS, 1912, p. 118), da qual fazia parte o caboclo, resultado da “mistura de dous sangues generosos” (RIHGSP, 1912, p. 119), o “conservador das nossas antigas tradições” (REIS, 1912, p. 122), figura exclusivamente nacional, considerada importante para a constituição do homem paranaense. Ainda segundo o autor, “essa vasta região que hoje se chama Brazil, [...] descobriu que possuía [...] uma sub-raça, exclusivamente sua, nascida e crescida sob os ardentes e benéficos raios do seu sol” (REIS, 1912, p. 123). Além disso, são explanadas as etapas de formação que teriam resultado no homem paranaense:

- 1ª phase: as hordas selvagens, como base fundamental com as suas uniões, depois de guerras sangrentas, entre vencedores e vencidos;
- 2ª phase: uniões entre selvagens e portugueses;
- 3ª phase: uniões entre selvagens, portugueses, hespanhoes e alguns africanos;
- 4ª phase: uniões entre os mestiços, selvagens e africanos; entre aqueles e os europeus da época da pequena imigração;
- 5ª phase: grande colonização, fraternizando todos os elementos, na *grande* afan de *engrandecer* o Paraná (RIHGSP, 1912, p. 127).

Em linhas gerais, algumas das diretrizes que orientaram a produção etnográfica do sócio do IHGP e que pode ser visualizada em seu Boletim, ou mesmo na Revista do IHGSP, são indicativos da importância do debate desta temática no cenário intelectual naquele momento quando se estimulou as pesquisas sobre a etnografia e etnologia com vistas ao entendimento das origens do povo brasileiro. Verificamos que tais estudos são marcados pela superioridade do elemento branco, com alguma proeminência dos indígenas (como elemento da terra), e a diminuição do papel do negro na formação do Brasil.

A nação e a raça foram entendidas por parte da intelectualidade brasileira como conceitos chaves para definir as bases históricas do país. Em especial na região sul, tais debates foram enfatizados principalmente porque durante o século XIX e XX essa região presenciaria a entrada maciça de imigrantes europeus. Esse seria inclusive um marco para os estudos etnográficos produzidos no início do século passado no Brasil, pois segundo Breno Souza (2015), até esse momento, “etnografia foi sinônimo de etnografia indígena” (p. 109)¹⁰³. Foi a partir da imigração branca que houve a “inserção do termo antropologia”¹⁰⁴, até então “um termo pouco usado [...] vinculado aos estudos biológicos que assumiriam grande relevância política e intelectual” (p. 82). Dessa forma, a redefinição do fazer etnográfico foi uma necessidade explicativa da realidade nacional.

A imigração foi uma das preocupações exposta por Jayme Dormund dos Reis, para ele o Paraná deveria “orgulhar-se de ver o seu sólo ocupado, sempre, por uma geração que possui elevados dotes físicos, intelectuais e moraes” (REIS, 1912, p. 127), além disso, informava que “de todos os Estados da nossa União, incontestavelmente, foi o Paraná aquele

¹⁰³ É importante ressaltar, que, (SOUZA, 2015, p. 131), o desenvolvimento dos estudos etnográficos no Brasil esteve intimamente ligado à história do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. [...] Fundado com o objetivo de escrever o passado da recém fundada nação, a instituição foi responsável por definir também aqueles que seriam considerados brasileiros. Nesse sentido, o indígena ocupou um espaço de destaque na invenção de um discurso nacional que objetivava encontrar os antepassados do Brasil.

¹⁰⁴ De acordo com (SOUZA, 2015) o I Congresso Internacional de História da América representou para os estudos dos intelectuais brasileiros a possibilidade de uma maior aproximação entre etnografia e antropologia em suas propostas temáticas.

que recebeu [...] os mais diversos representantes das não menos variadas nacionalidades” (REIS, 1912, p. 123).

a vasta região do Paraná hodierno tem o aspecto imponente de um cenário grandioso, a ribalta do qual se apresenta um forte agrupamento de estrangeiros recém instalados em mais de uma centena de prósperos núcleos, (suíços, alemães, russos, austríacos, ingleses, franceses, hespanhoes, belgas, norte americanos, portugueses, búlgaros, noruegueses, húngaros, orientaes – sírios e turcos – argentinos, holandeses, italianos, paraguayos e polacos, galicianos, silesianos, prussianos) [...] cheios de entusiasmo e de solidas esperanças (idem, 1912, p. 124).

Desta maneira, verificamos que a evolução do homem nascido no Paraná foi garantida mediante a defesa da vinda do contingente de imigrantes que mediante leis e tratados, adentraram e povoaram o território paranaense. Para os autores da época esses imigrantes branquearia a população paranaense e contribuiriam para transformar o Brasil naquilo que os intelectuais desejavam e se esforçavam para que se fosse: um país de base étnica branca, símbolo de civilidade, como era recorrente nas interpretações do período. Para Jayme Dormund dos Reis seria das mãos dos imigrantes, de sua integração à sociedade paranaense e às ideias hegemônicas do projeto político executado pelo poder público, que a pátria cumpriria o seu destino, progredir e civilizar.

4.3 A contribuição dos intelectuais do IHGP para a escrita da história na Revista do IHGB

Buscando averiguar a participação dos intelectuais do IHGP em outras instituições congêneres brasileiras, realizamos um levantamento da produção da Revista do IHGB entre 1900 e 1925 localizando artigos que evidenciassem as contribuições daqueles intelectuais para a escrita da história do Brasil¹⁰⁵. Encontramos na edição de 1925 da entidade nacional, publicada em comemoração ao centenário do nascimento do Imperador brasileiro Pedro II¹⁰⁶, um texto de José Francisco da Rocha Pombo, *A maioridade*¹⁰⁷, o que demonstra o alcance e a conotação nacional que sua obra possuía.

Além de admitido como sócio efetivo no Instituto Histórico e Geographico Paranaense, Rocha Pombo, como se tornou conhecido, foi admitido também no ano de 1900 pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro¹⁰⁸. Sobre a trajetória intelectual do autor em questão, para Myskiw (2008), estava inserido num grupo que defendia e se beneficiava dos interesses elitistas. Além disso, ressalta que foi testemunha ocular e peça importante no alargamento dos horizontes intelectuais paranaenses entre fins do século XIX e início do XX, Rocha Pombo, em 1875 (ainda aos 18 anos) já lecionava em Morretes, litoral do Paraná¹⁰⁹. No entanto, foi no Rio de Janeiro que teve a experiência de publicar obras consideradas importantes pelos historiadores, são elas: *História da América, O Paraná no Centenário*¹¹⁰ e *História do Brasil*¹¹¹.

¹⁰⁵ Para a realização do mapeamento do material produzido pelos intelectuais paranaenses membros do IHGP e que foi publicado na Revista do IHGB entre os anos de 1900 e 1925 consultamos o acervo online da instituição disponível em: <<https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb>>.

¹⁰⁶ (GUIMARÃES, 2007, p. 65).

¹⁰⁷ POMBO, Rocha. A maioridade. In: RIHGB, tomo 98, vol. 152, 1925, Imprensa Oficial: Rio de Janeiro, 1927, p. 217-225.

¹⁰⁸ Outros sócios do IHGB que faziam parte do quadro social do IHGP foram: Manoel Francisco Correia, João Capistrano de Abreu, Antonio Ribeiro de Macedo, Emilio Augusto Goeldi, Orvelli Derby, Silvio Romero, Alfredo de Toledo, Nelson Senna, Alberto Santos Dumont, Antonio de Toledo Piza, Max Fleuss. Já dentre os sócios do IHGP que faziam parte do IHGB: Ermelino Agostinho de Leão e Rocha Pombo (admitidos em 1900), Sebastião Paraná Souto Maior e Alfredo Romário Martins (admitidos em 1901).

¹⁰⁹ José Francisco da Rocha Pombo, nasceu em Morretes, no Paraná a 4 de Dezembro de 1875. Mudou-se para o Rio de Janeiro, continuando a desempenhar o ofício como professor e jornalista. Através de concurso ingressou no Colégio Pedro II e também na Escola Normal (TAVARES, 2011).

¹¹⁰ Em relação a concepção do autor sobre o desprestígio do movimento de Independência à instauração da República, seu Compêndio da História da América e Paraná no Centenário 1500-1900, receberam pareceres negativos do IHGB, pois fariam menções contrárias ao posicionamento do IHGB, que entendia o movimento de Independência como marco de ruptura da política brasileira em relação ao sistema colonial (HRUBY, 2007, p. 147).

¹¹¹ Sobre a repercussão de sua História do Brasil, foi fortemente atacado por Capistrano de Abreu e, mais tarde, por Rodolfo Garcia, discípulo de Capistrano. A crítica à sua obra, em síntese, foi ter tencionado escrever a história brasileira não através das descrições de batalhas, dos acontecimentos políticos, da biografia da realeza,

Com relação ao texto *A maioria*, publicado por Rocha Pombo, trata-se de um estudo sobre a reforma constitucional que culminou com a declaração da maioria do soberano antes de completar 18 anos. Para tanto, indica que as primeiras discussões sobre esse fato aconteceram primeiramente na Câmara e depois no Senado, e também expõe as repercussões dessa ação que começou a se desenrolar a partir de fins da década de 30 do século XIX. Lançado o problema, estava, pois, instituído uma das grandes causas nacionais, a busca pela unidade nacional que se consolidaria mediante o governo imperial, entendido como uma solução para as ofensivas que o território brasileiro sofria principalmente quanto aos movimentos emancipatórios que surgiam país afora, a exemplo do movimento do sul liderado por Bento Gonçalves que buscava a emancipação da região dos domínios do império. Disto decorreu a grande campanha pelo movimento de proclamação da maioria do imperador. Segundo informa Rocha Pombo,

deliberando em comum, começaram aqueles representantes das duas camaras por declarar-se em sessão permanente, e resolvem mandar uma deputação ao imperador para expor-lhe os grandes perigos daquele momento, e pedir-lhe que “assuma as rédeas do governo” (POMBO, 1927, p. 222).

A aclamação aconteceria no dia 23 de Julho de 1840, em sessão solene, em assembleia geral concedendo a Pedro II o pleno exercício constitucional. O significado desse acontecimento foi decisivo para o fim da Regência, além de ser considerado fato imprescindível para a pacificação e manutenção da integridade do império e dos destinos da nação.

As pesquisas sobre a existência de uma produção da intelectualidade brasileira centrada na construção de um ideário nacional para o período republicano não tinha pretensões de dispensar os serviços dos declarados simpatizantes do antigo regime. Cabe lembrar que a produção da Revista do IHGB, mesmo depois da proclamação da República, não chegou a denegrir as contribuições do monarca e de seu governo. Porém, a passagem de uma concepção antiga de história para uma moderna, segundo HRUBY, 2007, seria evidente no limiar do século XX, sobretudo, no IHGB,

nobreza e dos grandes heróis, e sim, do estudo do cotidiano do povo, de seus costumes, opiniões, crenças, legislações, idéias, tendências, instituições, riquezas. Os positivistas denunciavam na obra, a falta de pesquisas documentais para comprovar seus escritos e ideias (MISKIW, 2008, p. 3 / grifo nosso).

seja pela pretensa posição neutra do historiador, seja pela extirpação de toda ficcionalidade, seja pelo uso crítico de documentos [...] a História possuía também, apesar do comprometimento político e da produção de verdades éticas, uma noção moderna, por mais impreciso que seja tal adjetivo. As concepções antiga (clássica) e moderna da História” (HRUBY, 2007, p. 140).

Sendo assim, observamos que o esforço empreendido por Rocha Pombo nas atividades do IHGB buscou fornecer aos futuros historiadores o que “acreditava ser as questões mais importantes para os homens do seu tempo, a fim de auxiliar a escrita da história do Brasil” (idem, p. 219).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Articulada a um lugar de produção socioeconômico, político e cultural, a elaboração da escrita da história é circunscrita por determinações próprias ao fazer historiográfico. É em função deste lugar que, segundo Michel de Certeau (2002), a história se organiza. Disto, mais do que apresentar a trajetória histórica do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense (IHGP), nos esforçamos em descrever aspectos deste lugar que experimentou a construção de uma versão da escrita da história do Paraná para o Brasil. Assim, lançar-se ao “descobrimento” do Paraná e, acima de tudo, do paranaense.

A marca elitista da produção historiográfica do Instituto Paranaense no início do século XX demonstrou como esse lugar fabricou um tipo de história altamente ideológica e que desempenhou papel crucial para o Estado sob o manto da “verdade científica”. Desta maneira, identificamos que o IHGP se configurou como um lugar tradicionalmente restrito aos grupos das associações ou instituições congêneres, instâncias de consagração de história nacional e frequentadas por interessados em discutir as dinâmicas políticas e governamentais do cenário estadual e nacional.

Segundo as proposições de Norbert Elias (1997), o processo que busca efetivar uma nação exige que ela seja imaginada no nível da política e da cultura (literatura, imprensa, institutos, etc.), de onde se reivindica um projeto de história para a nação. É importante ressaltar que, para Elias, as produções históricas são, acima de tudo, representações sociais que se pautam em um determinado grupo, isso porque, “os destinos de uma nação cristalizam-se em instituições que têm a responsabilidade de assegurar que as pessoas mais diferentes de uma sociedade adquiram as mesmas características” (ELIAS, 1997, p. 29). Explica que uma das exigências do pensamento nacionalista foi cada vez mais exigir a glorificação do passado nacional, no qual a narrativa histórica ocupou um lugar de destaque. Elias ainda ressalta a ideia da solidificação do nacionalismo estimulou a criação de símbolos, de mitos e heróis da nacionalidade, dispositivos que seriam utilizados pelas elites dominantes quando julgassem estar em perigo à integridade de sua coletividade e de sua própria história.

Analisar o papel das instituições científico-culturais e a importância que tiveram para o desenvolvimento da cultura historiográfica brasileira foi uma maneira de perceber que os intelectuais fizeram escolhas e opções, sendo que o Boletim do IHGP era utilizado como instrumento de divulgação e produção de sentido, mas também de silenciamentos. Aliado aos preceitos lançados pelo IHGB, desde sua fundação em 1900, o IHGP buscou definir os

elementos que comporiam a sua identidade, de forma que a instituição nacional significou um modelo histórico, parâmetro utilizado pelo grupo da elite intelectual paranaense para consolidar o lugar do Paraná no passado nacional. O papel do Boletim foi, portanto, o de forjar a história do Paraná e resignificar o lugar e a especificidade do estado na narrativa sobre a nação. Além disso, buscamos demonstrar em que medida as orientações do Instituto Paranaense estavam coadunadas com a produção o instituto nacional, responsável pela produção de um tipo de história que foi tomada no Brasil como molde para os estudos históricos e conhecimentos de áreas correlatas. Por sua vez, como procuramos destacar ao longo dessa dissertação, o Paraná seguiu o modelo de construção do passado realizado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, dando continuidade a esse programa de escrita da história.

Refletir sobre a escrita da história produzida no início do século XX nos fez observar que o Boletim do IHGP se apresentou como espaço profícuo para a divulgação de artigos científicos de variadas temáticas, os quais possuíam em comum o fato de produzir material relevante sobre a história do Paraná. Pensar o material publicado pelos intelectuais no periódico da entidade entre 1918 e 1925, e em outras entidades similares locais e nacionais nos ajudou a perceber qual história foi produzida pelos sócios do IHGP, bem como o alcance e a pertinência de tais estudos para a escrita da história no Paraná.

Nossa proposta consistiu, primeiramente, em demonstrar aspectos importantes sobre os desdobramentos da produção do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e sua importância para a historiografia brasileira no século XX. Assim refletimos a escrita da história do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense a partir deste período um momento específico da produção do conhecimento histórico no Brasil. Mais do que apresentar a trajetória histórica do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense (IHGP), entendemos que esse lugar experimentou a construção de uma versão da história do Paraná para o Brasil. Portanto, preferimos abordar ao longo desse trabalho aspectos relacionados à história do periódico publicado pelo IHGP, de maneira que fosse possível perceber a centralidade deste veículo para a escrita da história do Estado.

Também entendemos a importância da fonte - Boletim do IHGP - para a historiografia paranaense produzida no início do século XX, de forma que nossa leitura verificou as temáticas priorizadas e os debates empreendidos, a saber, a que foi produzida pelos membros do IHGP. Disto, realizamos uma discussão sobre a questão de limites, que por

seus desdobramentos e acontecimentos, foi destaque entre as problemáticas do conhecimento histórico elaborado no período, não só no Paraná como em todo o Brasil.

Finalizamos nossas análises demonstrando as contribuições dos membros do IHGP em outras instituições locais e nacionais, de onde foi possível: demonstrar influência dos seus intelectuais, constatar a mobilidade da escrita da história por eles produzida, e indicar o alcance e a pertinência de suas produções para a história da historiografia brasileira no início do século XX.

6 FONTES

ALBUQUERQUE, Caetano Manoel de Faria. *A confluência do Ygoassu no Rio Paraná*. In: Boletim do IHGP, Livraria Mundial: Curitiba, 1919, p. 51-57.

ASSUMPÇÃO, João Pamphilo Veloso. *O Rio da Villa*. In: BIHGP, Empreza Placido e Silva & Cia Ltd: Curitiba, 1925, p. 9-14.

BARROS, Edmundo. *Partilha Internacional dos grandes saltos do Iguaçu*. In: BIHGP, 1919, p. 9-25.

BOLETIM DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRAPHICO PARANAENSE. Livraria Mundial: Curitiba, 1918.

BOLETIM DO INSITUTTO HISTÓRICO E GEOGRAPHICO PARANAENSE. Livraria Mundial: Curitiba, 1919.

BOLETIM DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRAPHICO PARANAENSE. Empreza Placido e Silva & Cia Ltd.: Curitiba, 19125.

COSTA, Didio. *D. Pedro II, Imperador Constitucional do Brasil*. In: Boletim do IHGP, Empreza Placido e Silva & Cia Ltd: Curitiba, 1925, p. 3-68.

ELLIOT, John. *Viagem de Exploração*. In: Boletim do IHGP, Livraria Mundial: Curitiba, 1919, p. 70-80.

FERNANDES, Manoel Fernandes. *O Paraná em 1853*. In: Boletim do IHGP, 1919, Vol. II, p. 221-244.

GARCEZ João Moreira. *MEMÓRIA* – Apresentada pelo Engenheiro Civil João Moreira Garcez (Delegado do Estado do Paraná) – Primeiro Congresso Nacional de Estradas de Rodagem – Instalado na Capital Federal no dia 12 de outubro de 1916. In: Boletim do IHGP, 1925, p. 23-53.

GRILLO, José Franco. *PaleoEthnologia*. In: BIHGP, Curitiba: Livraria Mundial, 1918, p. 169-181

LEÃO, Ermelino de Leão. *Cronologia pré-histórica*. In: Revista do IHGSP, vol. XVI, 1909, Typografia do Diário Oficial: São Paulo, 1912, p. 103-108.

_____. *As capitânicas de Itanhaen e Paranaguá*. In: RIHGSP, vol. XIX, 1914, Typografia do Diário Oficial: São Paulo, 1915. p. 15-27.

_____. Curitiba em 1820. In: BIHGP, Livraria Mundial: Curitiba, 1918, p. 285-294.

_____. *A Conquista do Guayrá*. BIHGP, Empreza Placido e Silva & Cia Ltd.:Curitiba, 1925, p. 3-8.

_____. *Subsídios para o estudos dos Kaingangues do Paraná*. In: RIHGSP, Typografia do Diário Oficial, Vol. XV, 1908, p. 223-252;

_____. *Subsídios para o estuo dos Kaingangues do Paraná* – Memória Apresentada ao Segundo Congresso Brasileiro de Geografia, Typografia da Livraria Economica – Annibal Rocha & Cia. Curityba, 1910, p. 1-40.

MARQUES, Enéas. *Os limites dos Municipios do Estado do Paraná em 1916*. In: BIHGP, 1919, p.27-49.

MARTIS, Romário. *Fundação da Villa de Curityba*. In: Boletim do IHGP, Livraria Mundial: Curitiba, 1918, p. 275-283.

_____. *O Rio Sahy*. In: Boletim do IHGP, Livraria Mundial: Curitiba, 1919, p. 25-50.

_____. *Branco, Amarelo e Preto*. In: Boletim do IHGP, Empreza Placido e Silva & Cia Ltd: Curitiba 1925, p. 35-42.

MERCER, Edmundo. *Far West Paranaense*. In: BIHGP, vol. III, 1925, p. 71-78.

MUNHOZ, Alcides. *Saudação à Bolívia*. In: Boletim do IHGP, Empreza Placido e Silva & Cia Ltd: Curitiba 1925, p. 15-25.

MURICY, José Candido da Silva et. alii. *Descrição Geral da Província do Paraná em 1867*. In: BIHGP, Livraria Mundial: Curitiba, 1919, p. 87-101.

NEGRÃO, Francisco. *O povoamento do Rio Negro*. In: Boletim do IHGP, Empreza Placido e Silva & Cia Ltd: Curitiba, 1925, p. 27-34.

NEGRÃO, Francisco; PEREIRA, Altarmirano Nunes. *A viagem de D. Pedro II pelo Paraná, extracto dos jornaes da época*. In: Boletim do IHGP, Empreza Placido e Silva & Cia Ltd.: Curitiba, 1925, p. 69-115

OLIVEIRA, Euzebio Paulo. *Noticia sobre as Minas de Carvão de Pedra – da Bacia do Rio das Cinzas*. BIHGP, 1918, p. 54-72.

_____. *Sobre a ocorrência de Rochas Petrolíferas na Serra Morena*. BIHGP, Livraria Mundial: Curitiba, 1918, p. 311-319.

_____. *Geologia Economica – Feldspathos*. BIHGP, Vol. II, Livraria Mundial: Curitiba, 1919, p. 1-8.

_____. *Contribuição a Geologia da Bacia do rio das Cinzas*. BIHGP, Vol. II, Livraria Mundial: Curitiba, 1919, p. 50-69.

_____. *Pesquisas de Petróleo*. BIHGP, 1919, Vol. II, p. 183-196.

POMBO, Rocha. *A maioria*. In: RIHGB, tomo 98, vol. 152, 1925, Imprensa Oficial: Rio de Janeiro, 1927, p. 217-225.

REBOUÇAS, André. *O Parque Nacional do Guayra*. In: BIHGP, 1918, p. 157-168.

REIS, Jayme Dormund dos. *Ligeiras notas sobre a Etnologia Paranaense*. In: RIHGSP, vol. XVI, 1909, Typografia do Diário Oficial: São Paulo, 1912, p. 115-128

_____. *Ligeiras notas sobre a Etnologia Paranaense*. In: Boletim do IHGP, vol. I, Livraria Mundial: Curitiba, 1918, p. 245-259.

ROMERO, Sylvio. *A União do Paraná e Santa Catharina – O Estado do Iguassu. Extractos de uma serie de artigos publicados no Jornal A Época, da Capital Federal, em novembro de 1912.* In: Boletim do IHGP, Vol. I, 1918, p.73-98.

SCHMIDT, Felipe. *O Sítio da Lapa.* In: Boletim do IHGP, 1925, p. 79-106.

SHÜCH, Guilherme. *Investigações sobre o sertão paranaense, questões a estudar em relação aos princípios da nossa história.* In: Boletim do IHGP, 1918, p. 299-310.

TADDEI, Fernando. *Pré-história Brasileira.* In: Boletim do IHGP, Empreza Placido e Silva & Cia Ltd: Curitiba, 1925, p. 65-70.

TOURINHO, Monteiro. *A nova Guayra.* In: Boletim do IHGP, Livraria Mundial: Curitiba, p. 59-64.

7 REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICOS

ANHEZINI, Karina. *A história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939)*. Tese (Doutorado em História): UNESP: Franca, 2006.

BELTRAMI, Rafael C. de C. *Da Poesia na Ciência – Fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, uma história de suas idéias*. Dissertação (Mestrado em História) – UFPR: Curitiba, 2002.

BOTTMANN, Denise. G. *Padrões Explicativos da Historiografia Brasileira*. Aos quatro ventos: Curitiba, 1999, 2. Ed.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CORRÊA, A. S. *Imprensa e política no Paraná: prosopografia dos redatores e pensamento republicano no final do séc. XIX*. Dissertação (Mestrado em Sociologia), UFPR: Curitiba, 2006.

COSTA, Samuel Guimarães. *História Política da Assembléia Legislativa do Paraná*, vol. I. Curitiba: Assembleia Legislativa, 1994.

DE LUCA, Tania Regina. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação*. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

DIEHL, Astor Antônio. *A cultura historiográfica brasileira – Do IHGB aos anos 1930*, Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

ELIAS, Norbert. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

FERREIRA, Antônio Celso. *A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: UNESP, 2002.

FIGUERÔA, Sílvia. *As ciências geológicas no Brasil: uma história social e institucional (1875-1934)*. HUCITEC: São Paulo, 1997.

FREITAG, Liliane da C. *Extremo-Oeste Paranaense: História Territorial, Região, Identidade e (RE) Ocupação*. (Tese – Doutorado em História), UNESP: Franca, 2007.

GOMES, Ângela de Castro; Ferreira, Marieta de Moraes Ferreira. *Primeira República: um balanço historiográfico*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, 1989, p. 244-280.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Um olhar sobre o Continente: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Congresso Internacional de História da América*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 20, 1998, 217-229.

_____. *Primeiro Congresso de História Nacional: breve balanço da atividade historiográfica no alvorecer do século XX*. Tempo, Niterói, vol. 9, n.18, jan./jun. 2005, p. 147-170.

_____. *Da escola Palatina ao Silogeu: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)* – Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 5-27.

HRUBY, Hugo. *Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra: a História do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912)*. Dissertação (Mestrado em História), PUCRS: Porto Alegre, 2007.

- IURKIV, José Erondy. Romário Martins e a Historiografia Paranaense. In: *Educere – Revista da Educação*, p. 123-132, vol. 2, n. 2, jul./dez., 2002.
- KOSELLECK, Reinhart; MEIER, Christian; GUNTER, Horst; ENGELS, Odilo. O conceito de história. *Autentica*: Belo Horizonte, 2013.
- LOBO, Honório Décio da Costa, Apontamentos sobre Paranaguá, cidade marítima do Estado do Paraná. In: *RIHGB*, Tomo LXVII, parte II, Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1906, p. 227-241;
- MACEDO, Antonio Ribeiro. *Estudo sobre a Questão de Limites do Paraná com Santa Catharina*. Typographia a Vapor:Curitiba, s/d., p. 3-23.
- MARACH, Caroline Marach, *Discursos e linguagens na Revista do Clube Curitibano (1890-1912)*. Tese (Doutorado em História), UFPR: Curitiba, 2013.
- MARTINS, Romário. *O Litigio em face do Accordam – de 16 de Julho de 1904*. Typographia do Paraná Moderno – Rua 15 de Novembro n. 24, Curytiba, 1911, p. 1-45.
- MELLO, Sílvia Gomes Bento de. *Esses moços do Paraná... Livre circulação da palavra nos albores da República*. Tese (Doutorado em História), UFSC: Florianópolis, 2008.
- MENDES, Antônio Celso et. al.; *Um século de cultura: História do Centro de Letras do Paraná 1912-2012*. Núcleo de Mídia e Conhecimento: Curitiba, 2013.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MYSKIW, Antonio Marcos. Curitiba “República das Letras (1870-0920)”. *Revista Eletrônica História em Reflexão*: Vol. 2, n. 3 – UFGD - Dourados Jan/Jun, 2008, p. 1-27.
- NUNES, Sérgio. *I Congresso Brasileiro de Geografia (1909): um “festival científico” no início do século XX*. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. *Ciência, Civilização e República nos Trópicos*, Mauad/Faperj, Rio de Janeiro, 2010, p. 157-175.
- OLINTO, Beatriz Ancelmo. Conflitos civilizatórios: identificações deterioradas. In: *Pontes e Muralhas – Diferença, Lepra e Tragédia no Paraná no início do século XX*, 2ª ed., UNICENTRO: Guarapuava, 2013.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1990.
- OLIVEIRA, Maria da Glória. *Método crítico e escrita da história em Capistrano de Abreu (1853-1927)*. Dissertação (Mestrado em História), UFRS: Porto Alegre, 2006.
- PEREIRA, Luís Fernando. *PARANISMO: O Paraná inventado; cultura e imaginário no Paraná da I República*. 2. Ed. Curitiba: aos quatro ventos, 1998.
- ROSEVICS, Larissa. *O Instituto Histórico e Geographico Paranaense e a construção de um imaginário regional*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – UFPR, Curitiba, 2009.
- SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. “Os guardiães da nossa história oficial” – Os institutos históricos e geográficos brasileiros. São Paulo: IDESP, 1989.
- _____. *O espetáculo das raças: Cientistas, Instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão*. Tensões Sociais e criação cultural na Primeira República. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SILVA, Cleto. *Apontamentos Históricos de União da Vitória (1768-1933)*. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Vol. XXX.

SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: RÉMOND, Réne (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SKIDMORE, T. *Preto no Branco – Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOUZA, Breno Sabino Leite de. *Os estudos etnográficos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no início do Século XX*. Dissertação (Mestrado em História), UNESP, Assis, 2015.

SOUZA, Fabrício Leal. *Nação e herói: a trajetória dos intelectuais Paranistas*. Dissertação (Mestrado em História), UNESP: Assis, 2002.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1905-1935)*. Tese (Doutorado em História das Ciências), Casa de Oswaldo Cruz: Rio de Janeiro, 2011.

STEPAN, Nancy. “*A hora da eugenia*” - raça, gênero e nação na América Latina. FioCruz: Rio de Janeiro, 2005.

SZVARÇA, Décio Roberto. *O Forjador: Ruínas de um mito – Romário Martins (1893-1944)*. Dissertação (Mestrado em História) – UFPR, Curitiba, 1993.

TAUNAY, Afonso Escagnole. “Curiosidades naturaes do Paraná”. In: *Revista IHGB*, Tomo LXXVII, parte II, 1916, Imprensa Oficial: Rio de Janeiro, 1916, p. 87-115.

TAVARES, Mariana Rodrigues. In: OLIVEIRA, Camila Aparecida Braga; MOLLO, Helena Miranda; BUARQUE, Virgínia Albuquerque de Castro (orgs.). *Caderno de Resumos & Anais do 5º. Seminário Nacional de História da Historiografia: biografia & história intelectual*. Ouro Preto: EDUFOP, 2011.

TOLEDO, Alfredo. Ouvidoria de Paranaguá. In: *Revista do IHGSP*, v. XII, 1907, Typographia do Diário Oficial: São Paulo, 1908, p. 261-274.

WESTPHALEN, Cecília Maria. Historiografia Paranaense. Posse e conferência no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 26 de outubro de 1983. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, p. 105-127.

Autorizo a divulgação integral deste trabalho no banco de dados do
PPGH/UNICENTRO.

Autorizo apenas a divulgação do resumo e do abstract no banco de dados do
PPGH/UNCENTRO.

Irati(PR), 24 de Lucrinas de 2017.

Mari Menezes Maria Dias

Nome do(a) mestre(a)